

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-graduação em Ciência Política



Dissertação de Mestrado

PARTICIPAÇÃO NA INTEGRAÇÃO:

Uma análise sobre a presença da sociedade civil nas Cúpulas
Social do MERCOSUL (2006-2013)

Renata da Silva Gonçalves

Pelotas
2015

RENATA DA SILVA GONÇALVES

PARTICIPAÇÃO NA INTEGRAÇÃO:

Uma análise sobre a presença da sociedade civil nas Cúpulas
Social do MERCOSUL (2006-2013)

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Ciência Política
da Universidade Federal de Pelotas,
como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Luciana Maria de Aragão Ballestrin

Pelotas
2015

Banca examinadora:

Profa. Dra. Vanessa Marx

Prof. Dra. Bianca de Freitas Linhares

Profa. Dra. Rosangela Marione Schulz

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação ao meu Deus todo poderoso que me permitiu estar aqui e chegar onde estou. Entrego a ti Senhor todos os meus dias, para sempre! E a minha avó Oraidá Gonçalves, a qual não pode ver mais essa conquista fisicamente, mas alguém que estará eternamente em minha vida por meio de seu exemplo e fé!

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à minha mãe, eterna guerreira, que esteve comigo quando tudo não fez mais sentido, pelo apoio, compreensão e mão firme quando necessário e ao meu por deixar minhas tardes de estudo sempre mais sonoras.

Aos meus pastores Sidney e Rosa por me deixarem ser a filha brasileira de vocês.

Aos amigos pelos momentos de descontração, por entenderem as ausências e me acolheram nos momentos de crise.

Aos mestres em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas da turma 2013 por me darem a certeza que tive os melhores colegas de mestrado.

A todos que enchem minha vida de música.

À Universidade Federal de Pelotas, Instituição de Ensino Superior que me acolheu durante minha graduação e mestrado.

À minha orientadora professora Dra. Luciana Maria Aragão Ballestrin pela dedicação dispensada a mim e essa pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado concedida.

Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.
Romanos 11:36

RESUMO

GONÇALVES, Renata da Silva. PARTICIPAÇÃO NA INTEGRAÇÃO: Uma análise sobre a presença da sociedade civil nas Cúpulas Social do MERCOSUL (2006-2013). 2015. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015

O objetivo principal da presente dissertação de mestrado é compreender como se dá a atuação da sociedade civil dentro da Cúpula Social do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) considerando: o formato associativo, a escala de atuação e as demandas e interesses que ela apresenta. A Cúpula proporcionou a entrada de novas associações da sociedade civil nos debates do Mercado Comum do Sul e, conseqüentemente, a inserção de demandas oriundas dessa nova agenda participativa no bloco. Embora as associações da sociedade civil que atuem na Cúpula tenham sua atuação predominantemente no âmbito nacional ou local, o MERCOSUL propicia uma estrutura de oportunidades que estimula a interconexão transnacional dessa sociedade civil – seja se tornando um lugar onde a sociedade civil possa buscar novas ideias e pressionar seus Estados, seja propagando ideias que foram frutíferas em seu país para outros, criando conexões. Para esta pesquisa exploratória foi utilizada uma análise qualitativa baseada principalmente em pesquisa documental. Assim, o mapeamento foi realizado a partir da análise de documentos oficiais do bloco obtidos na internet, tais como atas, resoluções, protocolos e as declarações finais das Cúpulas realizadas nos anos de 2006-2013. Além disso foram realizados diversos contatos para a obtenção de dados não disponíveis no ambiente virtual, destacando-se o realizado com a pesquisadora Dra. Janina Onuki que gentilmente cedeu entrevistas com alguns participantes das Cúpulas e a entrevista realizada com o Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria Geral da Presidência da República, Fabrício Prado. Como base teórica, foi realizada uma revisão bibliográfica do conceito de Sociedade Civil na Teoria Democrática Contemporânea, buscando compreender sua adequação e aplicabilidade à realidade do continente latino-americano e ao MERCOSUL. Sendo este um bloco econômico de integração regional que tem estimulado a participação da sociedade civil nos últimos anos, essa dissertação procurar explorar um tema ainda recente e pouco estudado pelas novidades que apresenta. Procurou contribuir principalmente com uma caracterização geral – um retrato – das principais associações que participaram dos espaços autorizados pelo bloco, em termos de participação social e cidadã.

Palavras-Chaves: Sociedade civil, Cúpula Social do MERCOSUL, Integração regional, Mercado Comum do Sul, Participação social.

ABSTRATC

PARTICIPATION IN INTEGRATION: An analysis of the presence of civil society in MERCOSUR Social Summit (2006-2013). 2015 165f. Dissertation (Master Degree in Political Science) - Graduate Program in Political Science, Institute of Philosophy, Sociology and Politics, University of Pelotas, Pelotas, 2015

The present work sought to understand how is the performance of civil society within the Southern Common Market (MERCOSUR) considering: the associative format, the performance scale and the demands and interests that it presents. The Summit provided the introduction of new associations of civil society in the Southern Common Market discussions and consequently the inclusion of demands from this new participatory agenda in the block. Although civil society associations that work at the Summit have its operations predominantly at the national or local level, MERCOSUR provides a framework of opportunities that stimulate transnational interconnection between civil society – it is becoming a place where civil society is able to look for new ideas and push their States or propagate ideas from your country to the others, creating connections. For this exploratory research was carried out a qualitative analysis based mainly on documentary research. Thus, the mapping was done from the analysis block official documents obtained on the Internet, such as meeting minutes, resolutions, protocols and final declarations of the summits held in the years 2006-2013. Also they were made several contacts to obtain data not available in the virtual environment, especially the one with Dr. Janina Onuki researcher who kindly gave interviews with some participants of the Summit and the interview with the Head of International Advisory of General Secretariat from Presidency of the Republic, Fabrício Prado. As a theoretical basis, it was carried out a literature of the concept of civil society in Contemporary Democratic Theory, trying to understand their adequacy and applicability to the reality of the Latin American continent and the MERCOSUR. This being an economic bloc of regional integration that has stimulated the participation of civil society in recent years, this dissertation seek to exploit a recent theme and little studied by the news presenting. Tried to contribute mainly to a general characterization - a picture - the main associations that participated in the areas authorized by the block in terms of social and citizen participation.

Key Words: Civil Society, Social Summit of MERCOSUR, Regional integration, Southern Common Market , Social participation.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Associações participantes das Cúpulas Sociais do MERCOSUL de acordo com sua origem – universo absoluto.	72
TABELA 2 - Associações participantes das Cúpulas Sociais do MERCOSUL de acordo com sua origem.	73
TABELA 3 – Assiduidade das associações no total das 13 Cúpulas analisadas.	73
TABELA 4 – Associações participantes nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL entre os anos de 2006-2013, de acordo com a área de atuação.	76
TABELA 5 – Associações participantes nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL entre os anos de 2006-2013, de acordo com a área de atuação por país.	77
TABELA 6 - Associações participantes nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL entre os anos de 2006-2013, de acordo com o formato associativo.	81
TABELA 7 - Associações participantes nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL entre os anos de 2006-2013, de acordo com o formato associativo por país.	82
TABELA 8 – Número de resoluções do MERCOSUL que exigem incorporação pelos países membros entre os anos de 1991-2011.	94
TABELA 9 – Compromissos assumidos por Subgrupo de trabalho entre os anos de 1991-2011.	96

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Participação de associações de empregadores nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL entre 2006-2013	78
GRÁFICO 2 - Participação de associações envolvidas com a Integração Regional nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL nos anos de 2006-2013.	80
GRÁFICO 3 – Escala de atuação das associações participantes nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL entre os anos de 2006-2013.	84
GRÁFICO 4 – Lapso de tempo entre o ano de assinatura das resoluções e de incorporação nos países membros entre os anos de 1991-2011.	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPEC	Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais
ACAC	Asociación de Cooperativas de Ahorro y Credito
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-americana de Livre Comercio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALTERCOM	Associação Brasileira de Empresas e empreendedores da comunicação
ANMYPE	Asociación Nacional de Micro y Pequeña Empresa
ANTEL	Administracion Nacional de Telecomunicacion
ASC	Aliança Social Continental
CCM	Comissão de Comércio do MERCOSUL
CCMAS	Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais
CCSS	Conselho Consultivo da Sociedade Civil
CEB	Comunidade Eclesiástica de Base
CEFIR	Centro de Formação para a Integração Regional
CEMPED	Centro MERCOSUL de promoção do Estado de Direito
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLADEM	Comitê Latino Americano para defesa dos direitos da Mulher
CMC	Conselho Mercado Comum
CNT	Convenção Nacional de Trabalhadores
CPC	Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL
CRPM	Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL
CT	Comitê Técnico
CTA	Central de Trabalhadores da Argentina
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CUT	Central Unitária de Trabalhadores
CUTA	Central Unitária de Trabalhadores Autentica
DINAPYME	Direciona Nacional de Artesanías, pequeñas y medianas empreas
FAF	Fundo da Agricultura Familiar
FCES	Foro Consultivo Económico e Social
FESUR	Fundação Friedrich Ebert
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMS	Fórum Mundial Social
GMC	Grupo Mercado Comum
GT	Grupos de Trabalho
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ISM	Instituto Social do MERCOSUL
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MEXA	Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos de Graduação
NAFTA	Tratado Norte-americano de livre comércio
ONG	Organização não governamental
OMC	Organização Mundial do Comércio
PARLASUL	Parlamento do MERCOSUL
PEAS	Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
PMSP	Programa MERCOSUL Social e Participativo
RE	Reuniões Especializadas
REAF	Reunião Especializada da Agricultura Familiar
RECAM	Reunião Especializada em Autoridades cinematográficas e audiovisuais do MERCOSUL
RECM	Reunião Especializada das Cooperativas
RECS	Reunião Especializada da Comunicação Social
RECYT	Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia
RED	Reunião Especializada em Autoridades de aplicação em matéria de Drogas, Prevenção de seu uso indevido e Recuperação de dependentes
REDPO	Reunião Especializada dos Defensores Públicos Oficiais
REES	Reunião Especializada da Estatísticas do MERCOSUL
REIPS	Representação Especial para a Integração e para a Participação Social
REJ	Reunião Especializada da Juventude
REM	Reunião Especializada da Mulher
REMPM	Reunião Especializada dos Ministérios Públicos do MERCOSUL
REPCCM	Reunião Especializada da Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL
REOGCI	Reunião Especializada dos Organismos Governamentais de Controle Interno
RET	Reunião Especializada do Turismo
SM	Secretaria do MERCOSUL
SGPR	Secretaria Geral da Presidência da República
SGT	Subgrupos de trabalho
TAL	Tribunal Administrativo Laboral do MERCOSUL
TEC	Tarifa Externa Comum
TLCAN	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
TPR	Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL
UAFRO	Organização de Universitários e Técnicos Afrodescendentes

UBA	Universidade de Buenos Aires
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UPS	Unidade Técnica de Participação Social do MERCOSUL
ZoPaCAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPITULO 1 SOCIEDADE CIVIL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCENTUAIS	19
1.1 A polissemia do conceito de sociedade civil	19
1.2 O conceito “hegemônico” de Sociedade Civil	24
1.3 Uma abordagem alternativa	27
1.4 Sociedade Civil na América Latina pós-democratização	30
1.5 Atores: movimentos sociais e ONG’s	34
CAPITULO 2 FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO HISTORICA DO MERCOSUL	44
2.1 MERCOSUL: antecedentes históricos e integração no Cone Sul	45
2.2 Formação das condições para participação	51
2.2.1 "Espaços Institucionais Oficiais"	57
2.2.2 "Espaços de Diálogo"	61
2.2.3 "Espaços Oficiais"	62
CAPITULO 3 Associações da sociedade civil nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL: uma análise entre os anos de 2006-2013	69
3.1 Caracterização das associações participantes: formato associativo e área de atuação	70
3.2 Local, nacional ou Transnacional? A escala de atuação	83
3.3 Agenda política e social: as demandas levantadas pelas associações nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL	86
3.4 Limites da participação e Percepção dos participantes	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado procurou analisar a participação da sociedade civil na integração regional, mais especificamente no mecanismo de diálogo Cúpula Social do MERCOSUL. A Cúpula é uma atividade do programa Somos MERCOSUL e dos seus parceiros institucionais: a Comissão Permanente de Representantes do MERCOSUL, Comissão Parlamentar Conjunta e o Foro Consultivo Econômico e Social (FCES). Ela foi criada em 2006 com o objetivo de ampliar a participação da sociedade civil nos debates do bloco, promover a perspectiva política e cultural, influir na agenda política regional e aprofundar o programa Somos MERCOSUL (SANTOS, 2007).

Uma larga agenda de pesquisa sobre a atuação da sociedade civil e sua relação com Estado surgiu a partir dos anos 1980, com o fim dos regimes autoritários na América Latina e no Leste Europeu. Apesar de esta agenda ter acumulado inúmeros trabalhos e pesquisas no Brasil, ainda são poucos os estudos que analisam a atuação da sociedade civil no interior de espaços institucionais não nacionais. O caso do MERCOSUL é instigante, visto que ele é um bloco regional de integração econômica em um primeiro momento de fundação.

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é caracterizar a sociedade civil participante das Cúpulas Sociais do MERCOSUL, desde o momento de sua criação até o ano de 2013. A partir desse objetivo geral foram propostos também seis objetivos específicos para identificar: 1) o funcionamento e a estrutura da Cúpula Social do MERCOSUL; 2) os novos atores que foram inseridos no debate a partir da mesma; 3) as áreas, demandas ou reivindicações que são levantadas dentro da Cúpula; 4) os limites, avanços dessa participação em termos democráticos e a percepção dos participantes; 5) os formatos associativos predominantes das organizações participantes; 6) a escala de atuação dessas mesmas associações (nacional/local/regional/internacional). Estes três últimos objetivos específicos conformam três dimensões analíticas que permitirão uma caracterização geral da sociedade civil que atua no MERCOSUL.

A justificativa dessas questões se dá pelo fato de que academicamente a atuação da sociedade civil, não frente a um Estado, mas sim de um bloco de integração econômico, foi pouco pesquisada. Assim, há pouco arcabouço teórico sobre o caráter transnacional na articulação da sociedade civil nesse âmbito em específico. A análise da interação dessa sociedade civil na Cúpula Social do MERCOSUL como mecanismo de diálogo foi pouco estudada.

As origens para a abertura à participação da sociedade civil no bloco deram-se nos anos 2000, a partir da eleição de governos de esquerda e centro-esquerda na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Essa mudança na correlação de forças no Cone Sul, em que presidentes eleitos nos países possuíam uma trajetória de atuação na esquerda e em movimentos sociais, contribuiu para um paulatino fortalecimento da participação social no MERCOSUL. Assim, representantes das associações da sociedade civil dos países membros do bloco foram inseridos na agenda das negociações do MERCOSUL, especialmente na última década.

Durante a 28ª Cúpula Presidencial do MERCOSUL que ocorreu no Paraguai no ano de 2005, Tabaré Vázquez, então presidente uruguaio, lançou a iniciativa “Somos MERCOSUL” que buscava uma “concepção de uma cidadania regional, a fim de obter-se a legitimidade necessária para o bom funcionamento do novo quadro institucional do MERCOSUL” (MERCOSUL, 2010b, p. 1). Tal iniciativa foi continuada pela presidência temporária do bloco exercida em 2006 pela Argentina.

O Somos MERCOSUL é um conjunto de medidas que engloba atividades e debates que busca criar um novo espaço regional de cooperação e de diálogo entre a sociedade civil e os representantes dos governos, caracterizado por uma ampla base de participantes e uma agenda de discussões que abarca diversos temas. Assim, a partir do Somos MERCOSUL mecanismos de diálogo que possibilitaram a participação da Sociedade Civil e o acompanhamento das atividades do MERCOSUL pela mesma foram postos ao seu alcance. Nesse contexto foi concebida a Cúpula Social do MERCOSUL.

Desse modo, o problema de pesquisa que norteou essa dissertação é: como se dá atuação da sociedade civil dentro da Cúpula Social do MERCOSUL, considerando sua escala de atuação, formato associativo e demandas/interesses que apresenta?

Quanto à metodologia desta pesquisa exploratória, para a qual não foram firmadas hipóteses, serão explicitadas as fontes, dados e sua categorização no terceiro capítulo. Pelo momento, antecipa-se que o mapeamento das associações participantes das Cúpulas Sociais entre os anos de 2006-2013¹, foi realizado com base nas assinaturas² das declarações³ por parte das próprias associações. O retrato das associações foi orientado com fins de verificar as três dimensões mencionadas nos objetivos específicos da pesquisa: demandas levantadas, formato associativo e escala de atuação.

A estrutura desta dissertação está disposta em três capítulos. O Capítulo 1 pretendeu disponibilizar ao leitor/a um panorama teórico sobre o desenvolvimento da noção de sociedade civil, a fim de situar o estudo da sociedade civil na Teoria Democrática Contemporânea. Importou refletir sobre novas alternativas conceituais para a compreensão da atuação da sociedade civil através do associativismo e como essas vertentes de pensamento se adaptam a realidade em espaços não nacionais, como é o caso do MERCOSUL.

O Capítulo 2 traçou um panorama histórico das origens da integração no Cone Sul com a intenção de evidenciar a relação próxima entre as diretrizes da política externa dos países membros do bloco, principalmente a brasileira, com as por ele adotadas. Também, procurou-se realizar um breve balanço dos principais incentivos para a participação social.

Por fim, no Capítulo 3 há a apresentação e análise dos dados colhidos durante a pesquisa, com o intuito de caracterizar a sociedade civil participante das Cúpulas Sociais do MERCOSUL, demonstrando como a sociedade civil tem se associado dentro da integração regional, qual sua escala de atuação –

¹ As Cúpulas ocorrem a cada 6 meses. Dessa forma, desde 2006 até o primeiro semestre de 2013 ocorreram 14 Cúpulas Sociais. Entretanto, não consta na presente pesquisa os anos de 2007.1 e 2012.2, porque na declaração elaborada nessas Cúpulas não havia nenhuma assinatura das organizações e representantes.

² Em algumas declarações existe a menção genérica e indireta de associações participantes, como por exemplo: “estiveram presentes 153 ONGs argentinas”. Estas foram incorporadas no cálculo absoluto do número de associações participantes, porém, devidamente excluídas da categorização geral.

³ Quando fala-se em declarações estamos nos referindo ao documento final e oficial elaborado nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL.

local/nacional/regional/internacional, além das demandas e reivindicações apresentadas nas discussões dos grupos de Trabalho das Cúpulas Sociais.

Com esta pesquisa exploratória procura-se contribuir para um maior entendimento sobre a participação da sociedade civil no MERCOSUL.

CAPITULO 1 SOCIEDADE CIVIL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCENTUAIS

Muitas são as definições que o termo sociedade civil carrega. De forma geral, ela pode ser vista como “(...) uma esfera não-estatal, anti-estatal, pós-estatal e até supra-estatal” (GÓMEZ, 2003, p. 11). Encontramos essa amplitude e diversidade, porque todo conceito depende das posições teóricas e do contexto histórico no qual é escrito, além da forma de autoridade política do período em questão. Fora toda a complexidade que o termo já possui, nos últimos anos em virtude da globalização, alguns autores têm apontado para a existência de sociedade civil internacional ou global. Certo é que nenhuma das definições de sociedade civil é neutra por ser reflexo do momento histórico, ambiente cultural, localização geográfica, *status* social e, por fim, de um comprometimento político. Várias classificações acerca da sociedade civil foram feitas ao longo do tempo; entretanto, neste capítulo analisaremos seus principais usos contemporâneos na América Latina.

1.1 A polissemia do conceito de sociedade civil

Inicialmente, o conceito de sociedade civil era visto como sinônimo de Estado (BOBBIO, 1987; COSTA, 1997; AVRITIZER, 1993; BALLESTRIN, 2010). Consequentemente, até o século XVIII, a preocupação comum dos filósofos jus naturalista Hobbes, Locke, Rousseau, era identificar as condições necessárias para o homem escapar do Estado de natureza e adentrar na sociedade civil, ou seja, uma forma contratual de governo.

Só a partir de Hegel o conceito ganhou *status* teórico por sinalizar a tensão entre sociedade civil e o Estado. Para ele sociedade civil é uma esfera social que se encontra entre a família e o Estado, sendo inserida a esfera econômica, o aparato jurídico, a administração pública e a corporação. Um ponto importante em sua abordagem é o reconhecimento da importância das associações, por desempenharem o papel mediador entre o Estado e a família, e por romper com as concepções jus naturalistas. Para o filósofo alemão a sociedade civil seria a sociedade pré-política (BOBBIO, 1987). Quanto ao papel das associações, mesmo sem ter feito uso do termo sociedade civil, será retomado por Tocqueville ao observar a democracia norte-americana (GROPPO, 2008).

Já para Karl Marx a sociedade civil era uma arena de luta de classes entre burguesia e proletariado. Ela é um espaço que se desvinculou do âmbito familiar e estatal se associando a esfera de produção, a partir do triunfo das relações capitalistas na Europa, desenvolvendo-se de forma casuística e não organizada (BOBBIO, 1987). Gramsci, ainda num contexto marxista, foi um dos principais teóricos na renovação do pensamento sobre a sociedade civil, porque ele ampliou algumas teses de Marx, compartilhando da sua crítica à burguesia. Para o autor, a dominação de uma determinada classe social, ou seja, a hegemonia, não é resultado exclusivo do domínio econômico, mas é obtida também no plano cultural. Portanto, a sociedade civil para Gramsci faz parte da superestrutura e é o local onde se dá a disputa entre classes pela hegemonia. Dessa maneira, surge o modelo tripartite gramsciano em que “a infraestrutura econômica do modelo marxiano permanece inalterada; a superestrutura de Marx desdobra-se, entretanto, em duas esferas, a sociedade civil e a sociedade política” (COSTA, 1997, p. 5). A primeira seria o conjunto de organizações privadas que se responsabilizam por elaborar e difundir ideologias, como escolas, sindicatos, partidos, igrejas, jornais entre outros; a sociedade política, por sua vez, seria o conjunto de mecanismos com os quais a classe dominante detém o monopólio da força e possui o controle das burocracias executivas (BOBBIO, 1987).

O próprio Gramsci coloca que essa divisão é conceitual e não prática, mas essa separação se sustenta porque, mesmo servindo para conservar e promover a base econômica, cada esfera possui uma função diferente. Por meio da sociedade civil, as

classes buscariam exercer sua hegemonia através da direção política e do consenso. Já na sociedade política as classes exercem dominação através da coerção. Assim, as grandes contribuições de Gramsci ao conceito são a “percepção dos níveis de dominação ao plano cultural/ideológico, igualando-o em importância estratégica ao material/econômico” (BALLESTRIN, 2010, p. 54) e o legado quanto ao caráter relacional entre sociedade civil e Estado, pois mesmo sendo conceitos distintos, eles acabam se entrelaçando e exercendo influência mútua.

A partir dos anos 1970 e 1980 do século XX, principalmente pelos acontecimentos no Leste Europeu e na América Latina, houve um revigoramento no debate sobre a sociedade civil, que se baseava na contraposição ao Estado. A grande variedade de significados que o termo traz possibilitou muitas interpretações regionais:

Na América do Sul, o termo civil foi tomado como uma oposição a militar, prestando-se de ligadura à aliança que reunia parceiros pouco prováveis, como empresários e sindicalistas, setores da igreja progressista e movimentos de gênero ou movimentos étnicos e nacionalistas de esquerda (Costa, 1997). No Leste Europeu, civil significou não-estatal, nomeando-se com o termo os poucos campos da vida social que se mantinham preservados da influência do Estado socialista onipresente. Aqui, a sociedade civil não ia, portanto, muito além da vida privada e da religião (Cohen; Arato, 1992, pp. 32 ss.). Nos Estados Unidos, em contrapartida, civil munitarista, o sentido de virtude pública, nomeando o mínimo de altruísmo necessário para manter a reprodução da ordem liberal num contexto de pluralismo de valores (Walzer, 1991; Shils, 1991). Nas democracias europeias, o conceito assumiu uma feição distinta de todas as anteriores. Civil tornou-se oposição a burocrático, desvitalizado, inflexível, características atribuídas ao Estado de bem-estar social, o qual cabia formar (COSTA, 2003, p. 22-23)

Costa (1997), amparado em Sölter, vislumbra duas principais vertentes interpretativas no debate contemporâneo sobre a sociedade civil: a visão moderada e a visão enfática. Os filiados à visão moderada vêem a sociedade civil como uma descrição do contexto liberal-democrático das sociedades modernas, ou seja, a sociedade civil é uma mera categoria empírica. Destacam-se nessa corrente os autores Shils e Dahrendorf. Já os vinculados à visão enfática entendem a sociedade civil como o representante normativo de um projeto político democrático e emancipatório. Filiam-se a essa vertente: John Keane, Cohen e Arato, Charles Taylor, J. Habermas, Edward Shils, Michael Walzer entre outros. A seguir, apresentaremos brevemente o pensamento de algum desses autores.

Charles Taylor possui uma interpretação paradigmática da sociedade civil: a visão comunitarista. Assim, a sociedade civil para o autor é uma “rede de associações autônomas e independentes do Estado, as quais agrupam os cidadãos em torno de interesses comuns e que através de sua mera existência ou atividade podem desencadear efeitos sobre a política” (TAYLOR, 1991 apud COSTA, 1997). O autor buscou nas interpretações de Locke e Montesquieu, quanto à relação entre Estado/Sociedade, os contornos do seu conceito de sociedade civil. Dessa forma, o Estado teria o papel de corrigir as tendências privativas da economia, enquanto essa e a esfera pública colocariam limites ao poder do Estado.

John Keane (apud FEENSTRA, 2012) prioriza a investigação do ressurgimento do conceito no Leste Europeu. Desse modo, ele aproxima o seu conceito de sociedade civil à sociedade liberal, pois a vê como uma contraposição à experiência do socialismo real numa crítica clara ao marxismo, ao modelo tripartite de Gramsci e a concepção de sociedade civil de Cohen e Arato, por entender que separada da esfera econômica a sociedade civil se torna limitada sem recursos próprios para se defender e expandir seu poder, uma vez que é apresentada como economicamente passiva. A concepção de sociedade de Keane é dualista diferenciando o Estado e sociedade civil, mas essa não se distingue do mercado, havendo fortemente uma oposição entre atores estatais e não estatais. Segundo Costa (1997), Keane busca dois objetivos principais com seu conceito de sociedade civil: primeiro delinear um projeto para democratizar as relações Estado/sociedade civil, definindo propostas que garantam a existência simultânea de liberdade e igualdade; e, segundo, numa perspectiva institucional, a necessidade de um Estado que se baseie em fundamentos legais claros para intermediar os vários interesses privados e que permita a ampliação da deliberação das associações civis a fim de controlar as instituições estatais.

Para Michael Walzer (apud COSTA, 1994; 1997) o projeto de sociedade civil se funda em seres sociais organizados em grupos, que visam à sociabilidade e não a interesses específicos. Dessa maneira ela representa a moldura político-teórica capaz de sintetizar e incorporar diferentes propostas para o bem-viver, entre elas:

as concepções marxistas, onde o bem-viver está ligado ao associativismo de produção; capitalista, a qual a qualidade de vida se origina das possibilidades

oferecidas pelo mercado; comunitarista, que resgata o ideal rousseauiano da virtude cívica e a nacionalista, que entende que o viver bem está ligado laços de históricos de lealdade e de sangue (COSTA, 1997, p.8).

Cohen e Arato (1999, 2000) realizaram uma extensa recuperação histórica do conceito e sustentaram a importância de retomá-lo, pois nele há a possibilidade de uma terceira esfera diferente e independente do Estado e da economia, uma vez que a sociedade civil proporcionaria mecanismos para aprofundar os níveis democráticos para além daqueles conquistados pela democracia representativa e as leis do mercado. Dessa forma, para criar seu conceito de sociedade civil, os autores partem da distinção proposta por Habermas entre sistema e mundo da vida para recriar o modelo tripartite de Gramsci. Para Habermas, o pano de fundo das interações sociais é o mundo da vida, pois ela contém as interpretações acumuladas das gerações passadas e, conseqüentemente, ele é o significado que determinada sociedade vê a realidade. O mundo da vida baseia-se na linguagem e na cultura, que é transmitida e reproduzida através da comunicação.

Assim, ele possui três estruturas fundamentais: a cultura, a sociedade e a personalidade. A “cultura” corresponde à ação, sendo a comunicação a ferramenta que permite a circulação do conhecimento dos indivíduos; logo, “se entendem mutuamente a partir de uma tradição cultural” (HABERMAS, 1998, p.482). Já o elemento “sociedade” compete à normatividade das relações sociais e à organização coletiva para a sobrevivência da espécie: “os atores coordenam sua atuação por meio de normas que são reconhecidas subjetivamente, atuam como membros de um grupo social solidário” (*idem*). Percebe-se que para Habermas, a integração social é fundamental e a solidariedade é o mecanismo por excelência para alcançá-la. E por último, a “personalidade”, que é o modo de ser, a capacidade de realização e de ação das pessoas. Apesar de indivíduos, com características e personalidade próprias, todos fazem parte de uma coletividade e conseqüentemente compartilham de uma tradição cultural; por fim, esses elementos interagem entre si e se contrapõe ao sistema composto pela sociedade econômica e política. Dessa forma, o mundo da vida e o sistema são duas faces da mesma sociedade, sendo o sistema onde se localiza os mecanismos de autogoverno, enquanto no mundo da vida reside os elementos necessários para legitimar o autogoverno e validar as normas vigentes na sociedade.

A sociedade civil se constitui com o surgimento de instituições, dentro do mundo da vida, especializadas em reproduzir tradições, identidades e solidariedade, a partir de uma estrutura jurídica que busca preservar direitos relacionados à reprodução cultural, como os de liberdade de expressão, pensamento, imprensa; direitos à integração social, liberdade de reunião e associação; e de socialização, como a proteção a intimidade. Direitos esses que “surgem como demandas reivindicadas por grupos sociais e indivíduos em espaços públicos de uma sociedade civil emergente. Que são garantidos pela lei positivada, mas não se equivalem, nem derivam dela” (COHEN; ARATO, 1999, p. 89). Por fim, Cohen e Arato conceituam a sociedade civil como:

uma esfera de interação social entre a economia e o Estado, composta, sobretudo, da íntima esfera (especialmente a família), a esfera de associações (especialmente associações voluntárias), movimentos sociais e formas de comunicação pública. Sociedade civil moderna é criada através de formas de auto-constituição e auto-mobilização. Ele é institucionalizada e generalizada por meio de leis, em particular os direitos objetivos, que estabilizam a diferenciação social. Enquanto as dimensões de auto-criação e institucionalização pode existir separadamente, a longo prazo é necessário a ação independente como a institucionalização para a reprodução da sociedade (COHEN; ARATO, 2000, p. 8-9).

A sociedade civil, para os autores, representa a participação social autônoma e solidária que enfrenta as instituições do Estado e do mercado, funcionando como um espaço de associativismo e ação cidadã a fim de defender, proteger e expandir direitos que surjam dentro da esfera pública e refrear o que Habermas chama de “colonização do mundo da vida”.

1.2 O conceito “hegemônico⁴” de Sociedade Civil

Das várias definições desenvolvidas para a sociedade civil a de Cohen e Arato foi amplamente difundida (COSTA, 2003; ARATO, COHEN, 1999, 2000; AVRITZER, 1993) e tem como principal característica a autonomia dos indivíduos para criar associações conforme seus projetos comuns de vida. A autolimitação entre as esferas Estado, economia e sociedade civil garantiria as condições dessa autonomia por meio

⁴ Entede-se hegemônico nesse trabalho como algo que é preponderante a outro.

de mecanismos próprios como: o monopólio do uso da força pelo Estado; o dinheiro na economia e a capacidade de influência da sociedade civil, exercida por meio da participação em associações, movimentos e mídia. Outro ponto importante dentro da sociedade civil moderna de Cohen e Arato é ação comunicativa. Habermas identifica alguns elementos que devem constituí-la, como: a confiança na boa intenção dos participantes do diálogo, a igualdade de oportunidades entre os interlocutores, o reconhecimento da capacidade que cada sujeito possui de se expressar e compreender o que está sendo exposto. Os princípios que tornam possível a argumentação racional e o consenso correspondem à garantia que cada indivíduo tem de agir e participar do discurso, seja concordando ou problematizando, para que assim possa expressar seus desejos e necessidades uma vez que, a sociedade econômica e política não possibilitam as condições de igualdade e confiança necessária para uma situação ideal de fala.

Ainda com o objetivo de “isolar” a sociedade civil das outras esferas, política e econômica, os autores elaboram alguns componentes necessários para essa diferenciação, sendo a pluralidade, publicidade, privacidade e legalidade. A pluralidade localiza todas as organizações que possuem componentes institucionais da sociedade civil que se instala no mundo da vida, a fim de permitir um pluralismo de ideias e formas de vida. A publicidade é que possibilita a sociedade civil ter as ferramentas necessárias para responder de forma positiva ou negativa as situações de interesse geral. A vida privada ou privacidade que corresponde ao desenvolvimento moral e à eleição dos indivíduos. Nesse sentido, a privacidade é o critério básico para a ação dos sujeitos onde os sentimentos de fraternidade, solidariedade e da escolha racional são os princípios a serem considerados. Por fim, a legalidade, ou seja, o marco normativo referente aos direitos básicos necessários para tornar possível a pluralidade, privacidade e publicidade, além de diferenciá-la das outras esferas: Estado e economia. Tais características estão ligadas aos ideais de autonomia, consenso, argumentação racional, racionalidade comunicativa do mundo da vida e direitos fundamentais que são os pontos que estimulam os acontecimentos da sociedade civil no interior da esfera pública.

Em seu extenso trabalho sobre a sociedade civil, Cohen e Arato (1999, 2000) tratam dos atores que pertenceriam à sociedade civil, tendo em vista que para eles a sociedade civil é a dimensão do mundo da vida institucionalizado. Logo incluíram nessa categoria todas as instituições e formas associativas onde a reprodução de suas reivindicações fosse feita a partir de interação comunicativa fundada na integração social.

Os meios de comunicação eram vistos pelos autores como ferramentas que permitiriam a sociedade civil responder de maneira positiva ou negativa determinada situação e interesse geral, fazendo parte da sociedade civil. Entretanto, Cohen e Arato excluem da sociedade civil a religião, a sociedade política como os partidos e a sociedade econômica composta de organizações de produção e distribuição, como empresas, cooperativas, sociedades entre outros. Da mesma forma, os sindicatos e os grupos de interesse deveriam ser excluídos do conceito. Aqueles por “estarem no meio do caminho entre a sociedade política e econômica - esta composta por organizações de produção e distribuição: empresas, cooperativas, sociedades e outras similares” (COHEN e ARATO, 2000, p. 9). Já os grupos de interesse tendem a ser excluídos por se aproximarem da literatura sobre corporativismo e neocorporativismo de mercado.

Apesar da difusão e importância do conceito de sociedade civil de Cohen e Arato, uma quantidade considerável de trabalhos surgiu nos últimos anos apontados suas insuficiências analíticas. Alguns autores argumentam que o conceito de sociedade civil apresenta contornos operacionais frouxos e características ambíguas quanto à sua contribuição ao aprofundamento da democracia ao ser o conceito transposto para países emergentes. Além do fato de superestimarem o potencial democrático da sociedade civil, sendo esse espaço carregado também de atitudes “incivis”, agregado ao fato da incapacidade de adaptação das elites políticas do Leste Europeu e América Latina (COSTA, 1997, 2003; WARREN, 2001; MAIA, 2007).

Arato (1995) também aponta problemas no esforço de recuperação do conceito de sociedade civil quanto ao movimento político-teórico, pois quem esteve no centro das transições de regime nos países do Leste Europeu e da América Latina foi à elite política e os partidos políticos, e não a sociedade civil. Há também problemas conceitual-metodológicos, uma vez que dinheiro e poder, que caracterizam o mercado e

o Estado, não se restringem a essas esferas. Quanto à comunicação, os graus diferentes de importância que lhe foram atribuídos nos diferentes níveis da sociedade civil não permitiriam uma comunicação livre de dominação e nem a comunicação uma ferramenta exclusiva da sociedade civil, podendo ser encontrado também em outros campos da vida social, como, por exemplo, no parlamento. E por fim, Arato identifica problemas quanto à instrumentalização prática-política do conceito, que conforme ele se mostrou pouco adequada para a busca de um consenso entre os vários atores sociais envolvidos nas transições políticas no Leste Europeu.

Mesmo reconhecendo problemas no conceito, Arato não propõe o abandono do mesmo, mas sugere seis pontos temáticos que deveriam ser mais bem trabalhados: 1. a questão da legitimação política; 2. a questão do constitucionalismo, ou seja, o papel da sociedade civil na formulação e correções das Constituições; 3. aspectos institucionais da democracia; 4. melhoria do relacionamento entre a sociedade civil e a sociedade políticas; 5. a questão dos meios de comunicação; 6. os problemas da globalização da sociedade civil.

1.3 Uma abordagem alternativa

Como já foi mencionado, muitas críticas foram feitas ao modelo de sociedade civil de Cohen e Arato. Dessa forma, por entender o conceito de sociedade civil inoperante, Warren (2001) traz a noção de associativismo como uma abordagem alternativa, problematizando pontos que as teorias existentes superestimaram, principalmente no que se refere ao potencial democrático dos atores inseridos na noção de sociedade civil. O autor ao relacionar a democracia e as associações inclui associações primárias, como a familiar, por considerá-los essenciais na formação cívica dos indivíduos, além das associações terciárias, que se caracterizam por sua abrangência, impessoalidade e hierarquização como sindicatos e partidos políticos. Dentro desse universo associativista é necessário buscar quais associações realmente são atores que se relacionam ao seu potencial democratizante.

Sobre o conceito de associativismo⁵, Warren identifica três eixos distintos que movem as associações e pelos quais é possível identificar os grupos que produzem ou não efeitos democráticos, sejam nacionais ou “cosmopolitas” (2001). São eles: sobre os indivíduos, sobre a esfera pública e a sobre as instituições. A primeira se detém na importância que a ação individual tem a partir da informação, autonomia individual, habilidade política, crítica, virtudes cívicas e inserção social. Enquanto os efeitos sobre a esfera pública são entendidos pelo autor como as possibilidades de deliberação, comunicação pública e representação de “comunalidades” e diferenças. E por último, os efeitos sobre as instituições que, segundo o autor, estariam relacionadas à representação, resistência, cooperação, coordenação e legitimação democrática. A fim de avaliar os impactos da atuação associativa em instituições do Executivo, Legislativo, Judiciário e de representação política não parlamentar como Conselhos Gestores (LÜCHMANN, 2011).

Para examinar esses efeitos é necessária a análise de outros fatores como: grau de voluntarismo das associações; os valores que as orientam - relações sociais, dinheiro ou poder - e seus objetivos (Warren, 2001). Dessa forma, o autor a partir desses três critérios, e por combinações, chega à sua tipologia. O grau de voluntarismo das associações busca avaliar as pressões que impedem ou dificultam a saída ou permanência do associado. Na visão tradicional, associações não voluntárias, como por exemplo, a família, teriam um comprometimento democrático menor em virtude de seu caráter coercitivo. Já os recursos e orientações para o meio envolvente são critérios ligados às normas e valores: sociais, do poder de Estado ou do mercado. As associações orientadas por valores sociais tendem a ser socialmente mais homogêneas facilitando assim a cooperação e a ação coletiva; entretanto, costuma lidar mal com os

⁵ As associações têm sido tema de vários estudos dentro da ciência política e sociologia política. Autores de diferentes modelos de democracia, como: participativa, deliberativa e associativa veem o associativismo como um importante meio de ampliação da democracia, tendo em vista as limitações apresentadas pelos atores e instituições tradicionais frente aos fenômenos sociais atuais. Para os autores vinculados ao modelo associativista “as associações figuram como importantes remédios democráticos no sentido de superação do individualismo, da democratização dos mecanismos de representação e/ou de uma atuação política mais diretamente voltada para a resolução de dos problemas sociais, promovendo maior eficiência governamental” (LÜCHMANN, 2012, p. 61). Seus principais autores são: Hirst, Cohen e Roger e Elstub.

conflitos internos. As associações de origem religiosa ou étnica são um bom exemplo desse tipo. Democraticamente sua implicação é menor em termos de democracia interna. As associações relacionadas com o poder têm um papel democrático importante, pois desenvolvem competências simbólicas, dentro, muitas vezes, do próprio campo político, intensificando as ações coletivas. E por fim, as associações direcionadas ao mercado que, apesar de desenvolverem um alto nível de cooperação e competências profissionais, possuem uma presença pequena na esfera pública, exceto quando seus interesses são afetados.

Quanto aos objetivos é essencial saber se esses objetivos perseguidos são em favor dos membros ou da comunidade a que pertencem os associados. Tal critério é importante para dimensionar a contribuição da associação para a esfera pública. À medida que as associações buscam objetivos que excedam os interesses estritos dos associados, mais ganhos democráticos são gerados no campo deliberativo, contribuindo para o desenvolvimento de virtudes cívicas. Entretanto, as associações por vezes, possuem mais de um objetivo, logo é necessário analisar a compatibilidade e a prioridade estabelecida entre eles para poder ajuizar suas implicações democráticas. Assim, Mark Warren desenvolveu seu conceito de *ecologia das associações* onde ele busca identificar uma “teoria das associações no interior da teoria democrática que permite distinguir as diferentes funções democráticas das associações, por meio de combinações mais ou menos efetivas que desenham um quadro plural” (LÜCHMANN, 2011, p.03).

Michael Edwards (*apud* MAIA, 2007, p. 46), argumenta também que não se pode exigir que as associações cívicas desempenhem todas as funções necessárias para a construção da democracia; pelo contrário, elas tendem a se especializar em determinadas funções, consequentemente:

Alguns tipos de associação serão cruciais para a *accountability* política, mas não para o estabelecimento da confiança e cooperação, enquanto outras podem encorajar novas normas sociais, mas exercer um reduzido impacto sobre a reforma política. Assim, quanto mais forte, mais diversificado e independente for o ecossistema da sociedade civil, maiores serão as chances de que essas interações positivas se mantenham ao longo do tempo.

Para Lüchmann (2011), assim como Edwards e Warren, as associações não encerram em si todas as virtudes democráticas; logo, é necessário “avaliar diferentes possibilidades de atuação política das associações, cujo potencial democrático depende de sua relação e da configuração do contexto social, político, econômico e cultural no qual estão inseridas” (LÜCHMANN, 2011, p.25). A generalização, além de dar a ilusão de benefícios democráticos onde eles não existem, também não percebe efeitos democráticos em associações que são descartadas antecipadamente em função de aspectos teóricos e ideológicos. Outro fato interessante é que “associações podem provocar efeitos democráticos similares por razões diferentes” (WARREN, 2001, p.141). Contudo, em virtude da complexidade social, sempre haverá desigualdades, conflitos e relações de poder muito importantes dentro do campo associativo, que, mesmo em nome da “comunalidade”, escondem por trás de práticas associativas e participação política interesses antidemocráticos (WARREN, 2001).

1.4 Sociedade Civil na América Latina pós-democratização

Desde os anos 1970 e 1980, com a redemocratização no continente, a América Latina tem sido um “celeiro de novidades quanto à participação cidadã” (JARA, 2006, p. 347). Jara (2006) analisou a constituição e algumas leis “extravagantes” de 19 países da América Latina, a fim de identificar mecanismos institucionais que viabilizem a participação na ação legislativa direta, na formulação de políticas públicas a partir de interesses particulares e de cogestão na prestação de serviços públicos. O autor identificou que de todas as constituições analisadas, apenas 5 tinham a delegação do exercício do poder exclusivamente ao sistema político por meio de representantes: todas as outras incluíram mecanismos de democracia direta para exercício do poder. O autor também observa que a maioria das constituições incluíram, o que ele chama de princípios de participação, ou seja, “argumentos voltados para fortalecer e incluir formas de participação cidadã que, embora não se expressem em mecanismos precisos, permitem que se possa exigí-los como garantias constitucionais” (JARA, 2006, p. 347). São eles: a declaração participativa do Estado/governo, participação em políticas sociais setoriais específicas, participação de certos setores da sociedade e participação

territorial. Na primeira, o país se auto define participativo como é o caso do artigo 1º da constituição da Colômbia:

A Colômbia é um Estado social de direito, organizado como uma república unitária, descentralizada, com autonomia territorial, democrática, participativa e pluralista, com base no respeito à dignidade humana, o trabalho ea solidariedade das pessoas que integrada e da prevalência do interesse geral.

Na mesma lógica, seguem as constituições da Costa Rica, Equador, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Venezuela. Quanto às políticas setoriais a que mais se sobressai é a saúde, principalmente no Brasil e na Colômbia. Cuba, México e Nicarágua inovam ao trazer mecanismo de participação nas políticas econômicas. Enquanto o Paraguai e o Panamá estabelecem o direito a participar na política cultura e no sistema educativo, o mesmo faz o Peru que também garante a participação dos trabalhadores na regulamentação do salário mínimo e da comunidade no orçamento regional. Há também a participação de setores minoritários ou excluídos da sociedade, como mulheres, indígenas, camponeses. Argentina, por sua vez, prevê a participação de associações de consumidores em órgãos de controle e, no Brasil, a participação de movimentos sociais na elaboração de políticas agrícolas. Por fim, a participação territorial prevista no Brasil, Chile, México, Peru e Venezuela.

Assim, se configurou no continente vários projetos políticos com elementos de democracia participativa⁶, como dispõe Lüchmann:

as experiências participativas inauguram novos mecanismos e relações de representação política que apresentam especificidades e diferenças substantivas com o modelo da representação eleitoral (R) (embora dele sofram vários impactos), seja por combinarem, em seu interior, mecanismos de

⁶ Importante notar que este conceito de Democracia Participativa se difere do pensada nos anos 1970, que buscava a mudança da sociedade e articulação entre cidadania e soberania popular através da participação ativa e direta. Aquela tinha como autores principais Carole Pateman e Crawford Macpherson e se baseou nos estudos de Rousseau no “Contrato Social”. A fim de que ocorra uma participação verdadeira, os teóricos de tal modelo propõem a democratização de todos os espaços de interação social para tornar o individuo politicamente ativo, responsável e comprometido. A participação estaria presente em todas as estruturas da sociedade, o que os faria ir além de sua atividade eleitoral (PATEMAN, 1992). Contudo, conforme Fedozzi et al (2012) apesar da grande importância de Pateman e Macpherson suas contribuições não obtiveram a grande espaço no cânone democrático contemporâneo porque seria necessário mudanças muito profundas na estrutura do regime político e também no sistema social; além de ser inviável, em sociedades complexas, eliminar o processo de representação.

representação com participação direta; seja por articularem, de forma imediata, participação com representação da sociedade civil apresentam especificidades e diferenças substantivas com o modelo da representação eleitoral (R) (embora dele sofram vários impactos), seja por combinarem, em seu interior, mecanismos de representação com participação direta. (2007, p. 146)

Dessa forma, os novos regimes democráticos no continente dão um papel importante para associações cívicas, ONGs e movimentos sociais para que aja fiscalização das autoridades e se possa reformular a relação dos eleitores com seus representados, a fim de “rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa” (AVRITZER, 2003, p. 14). Ao contrário do que prega o discurso hegemônico sobre a democracia (AVRITZER; SANTOS, 2003) e quanto à incapacidade dos indivíduos, a Democracia Participativa entende que qualquer pessoa, desde que tenha as informações necessárias, está apta a participar. Dessa forma, a principal função da participação é o seu caráter educativo. Conforme Gohn:

Assim como os movimentos sociais dos anos 1970/80, os novos experimentos participativos desempenham também um papel educativo entre seus participantes, à medida que fornecem informações, capacitam-nos à tomada de decisões e desenvolvem uma sabedoria política. Eles contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades a partir das experiências que vivenciam. Nesse sentido contribuem para o desenvolvimento político dos indivíduos (GOHN, 2002, p. 20).

A capacitação para tomada de decisões e o desenvolvimento de uma sabedoria política que a educação desenvolve, ajuda a evitar a cooptação e manipulação dos indivíduos (SANTOS; AVRITZER, 2003). Além disso, e em virtude da grande extensão territorial de alguns países, a participação direta seria inviável, sendo necessário mesclar a participação e a representação. Para Boaventura e Avrtizer (2003) uma não existe sem a outra, pois em processos complexos é imprescindível a criação de esferas de delegação, que requerem reflexões cuidadosas e de representação. Um bom exemplo dessa interação é o Orçamento Participativo de Porto Alegre. Para o autor, a democracia representativa e a participativa podem interagir de duas formas: coexistindo em diferentes níveis de atuação ou pela articulação da sociedade com o Estado inter-níveis.

Ainda, a democracia participativa estimula inovações sociais em razão da criatividade das pessoas em sugerir soluções para os problemas cotidianos. No livro *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (2003), Boaventura organiza uma série de experiências participativas mundiais que buscaram caminhos alternativos à democracia representativa para a criação de “uma nova gramática social e cultural”, que desenvolva o “entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional” (SANTOS; AVRITZER, 2003, p.51). Dessa forma, a participação pode introduzir novas práticas para o nível administrativo assim como incluir novos atores ou propor novos temas e demandas. Em síntese, é o que a Democracia Participativa pretende: aprofundar a democracia.

Nessa perspectiva, a sociedade civil latino-americana tem apresentado uma ressignificação para o conceito entendendo a relação entre sociedade civil e Estado em termos de parceria, cooperação, substituição e pressão, onde a iniciativa pode partir tanto de um como do outro (BALLESTRIN, 2010). De modo que uma teoria universal deixa muito a desejar, pois nem sempre as características ideais da sociedade civil são mantidas. Exemplo disso são os casos nos quais o próprio Estado impulsiona a organização da sociedade civil, rompendo com o princípio da espontaneidade.

De acordo Ballestrin (2010) é possível perceber na América Latina processos de despolitização da sociedade civil e “onguização” dos movimentos sociais. Resultam no que Dagnino chamou de “confluência perversa”, ou seja, uma crise discursiva entre dois projetos políticos antagônicos na América Latina: o democrático-participativo e o neoliberal. Assim, a “perversidade” (BALLESTRIN, 2010, p. 55) está no fato de que mesmo que ambos pressuponham uma sociedade civil ativa e propositiva, o segundo modelo acaba banalizando e despolitizando conceitos como os de cidadania, participação, democracia e sociedade civil que “quando chamada a participar, (...), é na melhor hipótese, para ser consultada por aqueles funcionários e representantes, mas não para deliberar ou tomar decisões políticas vinculantes” (ALVAREZ & HOROWITZ, 2008 apud BALLESTRIN, 2010, p. 54). Para a autora, apenas o projeto democrático-participativo apresentaria um espaço genuíno e original para essas lutas.

O centro da perversidade estaria no chamado Terceiro Setor, por não se saber exatamente qual projeto se está servindo. O perverso, ainda pode ser encontrado nas

adjetivações, como: solidário, participativo, sustentável, responsável, que podem significar conceitos diferentes e praticados pelos mais diversos financiadores (bancos, agências regionais, organismos multilaterais). Assim, de modo geral, os países da América Latina possuem uma realidade heterogênea marcada por projetos políticos diversos e por vezes excludentes, instituições fragmentadas e uma sociedade civil que abarca um grande número de atores com diferenças políticas, sócias e culturais. Logo, a sociedade civil “é um conjunto heterogêneo de múltiplos atores sociais” (DAGNINO; OLVERA; PAFICHI, 2006, p. 23), que engloba tanto associações de fins privados, ONGs, movimentos sociais e organizações com fins públicos, isto é, que prestam serviços públicos ou advogam por direitos de interesse geral e difuso da sociedade (COELHO, 2002). Para uma construção contemporânea e com uma visão mais marxista do conceito afirma Susana Eróstegui que a sociedade civil

assume, em cada contexto, a conotação de um conglomerado social complexo de classes sociais dominantes e subalternas, classes populares e médias, grupos de interesses, grupos corporativos, comunidades diversas como agregações sociais de base. Na sociedade civil coexistem sindicatos de assalariados, organizações indígenas, de camponeses, de empresários, de vizinhos, de mulheres, redes sociais, movimentos sociais e culturais, grupos de opinião, de pressão, instituições cívicas, religiosas, de ação para o desenvolvimento regional ou local. (ERÓSTEGUI, 2009, p. 220).

Nota-se, que autora percebe a sociedade civil nos países da América Latina de maneira muito mais abrangente e muito mais coerente com as forças que atuam nesses países.

1.5 Atores: movimentos sociais e ONGs

Dos atores citados os que têm mais relevância e peso nas discussões feitas sobre a sociedade civil na América Latina são os movimentos sociais e as ONGs. Segundo trabalho de Alonso (2009), a partir dos anos de 1970, surgiram três novas teorias para explicar os “movimentos sociais” - não se baseando mais na emoção coletiva, como antes, mas a partir de agora na racionalidade. São elas: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos

Novos Movimentos Sociais (TNMS). A primeira aplicou a sociologia das organizações aos movimentos sociais. Por analogia, os movimentos sociais eram vistos como firmas por agirem com racionalidade, organização e, com o tempo, burocratização dentro dos movimentos sociais: normas, hierarquia interna e divisão do trabalho.

A TMR entende os movimentos sociais como um fenômeno social igual a qualquer outro dotado das mesmas características de um partido político, por exemplo. Isso porque sua análise estava voltada a racionalidade e organização dos movimentos, sem se preocupar com suas ideologias e valores. Já as outras duas teorias têm suas análises dentro de um enquadramento macro histórico do fenômeno. A TPP e a TNMS surgem a partir do esgotamento dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução, insurgindo-se contra as explicações deterministas e econômicas da ação coletiva. Elas têm como chave explicativa dos movimentos sociais a combinação entre política e cultura. Entretanto, “a TPP investe numa teoria da mobilização política enquanto a TNMS se alicerça numa teoria da mudança cultural” (ALONSO, 2009, p. 54).

O grande nome da Teoria do Processo Político foi Charles Tilly que construiu uma sociologia política histórica com o objetivo de identificar os mecanismos que organizam os macroprocessos políticos no Ocidente, por meio de um método comparativo. Assim, se criam os conceitos de estruturas de oportunidades políticas e estrutura de mobilização. O primeiro, conforme Tarrow (1994 apud CAMMAERTS, 2013, p. 15), são as dimensões do ambiente político, formal ou informal, “que oferecerem incentivos às pessoas para tomar ação coletiva ao afetar suas expectativas de sucesso ou falha”, ou seja, quais os aspectos do mundo externo podem afetar o desenvolvimento dos movimentos sociais. De forma simples, segundo Cammaerts (2013), o que eles pretendiam era estudar era o impulso político. Tarrow (1988 apud ALONSO, 2009) argumenta que, quando há mudanças nas estruturas de oportunidades políticas se criam novos canais para as reivindicações dos grupos sociais de fora da política e isso pode acontecer pelo:

(...) aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises na coalizão política no poder; por mudanças na interação política entre o Estado e a sociedade,

especialmente a redução da repressão a protestos; e pela presença de aliados potenciais (KRIESI, 1995 apud ALONSO, 2009, p.55).

Já as estruturas de mobilização seriam os recursos formais e informais que beneficiam a organização, como organizações civis e redes sociais (ALONSO, 2009): é o que gera ação dos movimentos. A Teoria dos Novos Movimentos Sociais ao analisar os movimentos percebeu que, durante o século XX, houve uma mudança macroestrutural na natureza do capitalismo. Os conflitos deixaram de ser restritos ao plano econômico e passaram a ter dimensões simbólicas como luta por reconhecimento, questões culturais e identitárias. Das três teorias, a mais utilizada na América Latina certamente foi esta última (SCHERER-WARRE, 2008).

Assim, o processo de aprofundamento democrático que tem se dado em todo o continente trouxe o ressurgimento de movimentos tidos tradicionais, como os indígenas na Bolívia e no Equador, ou nacionalistas, como os vistos na Venezuela. Houve também o retorno e/ou a intensificação dos movimentos populares de bairro, estudantis, de afrodescendentes, de mulheres e gays. Ocorreu o fortalecimento de movimentos que por muito tempo viveram no anonimato como os piqueteiros na Argentina, cocaleiros na Bolívia e Peru e Zapatistas no México. E há também, os que se articulam em redes compostas de movimentos sociais globais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Brasil, a Via Campesina e movimentos ambientalistas.

A solidariedade entre os sujeitos, o reconhecimento a partir de suas diferenças e o pluralismo democrático, segundo Sousa Santos (apud SCHERER-WARREN, 2008) são os pontos fundamentais para que demandas particulares se tornem pautas políticas. Nesse sentido, os movimentos latino-americanos se organizem em redes políticas com os mais diversos fins. Apesar de tal transformação poder deflagrar a debilidade das lutas em virtude da fragmentação dos interesses e gerar conflitos no interior das redes por causa de diferenças nas concepções político-ideológicas, tal forma de organização traz grandes avanços quanto ao reconhecimento intersujeitos e interorganizacional (SCHERER-WARREN, 2008).

Os novos meios de comunicação e informação são um aspecto interessante e fundamental para a formação de uma sociedade civil mais ampla e ramificada. Tal

Comunicação não se encontra apenas dentro da rede, mas também fora a fim de criar uma rede de simpatizantes, gerando solidariedade e opinião pública a partir de uma sociedade civil crítica. Um exemplo emblemático desse fenômeno foi o movimento zapatista de Chiapas, no México. A situação desses indígenas "foi reinterpretada e ressignificada através das redes virtuais, para outras formas de exclusão e resistência na modernidade" (SCHERER-WARREN, 2008). Assim, as redes temáticas têm poder de articulação para além do nível local.

Quanto às redes, para alguns ela substituiria a categoria de movimento social; para outros, a rede é uma construção que atua num campo sem conotações com a política, dentro da ideia de "público participante" e não mais "militantes" e ainda há os que a vêem como uma ferramenta dos movimentos (GOHN, 2008). Alguns autores, assim, costumam diferenciar redes compostas por movimentos sociais e as redes de mobilização civis, pois entendem esses que o primeiro termo corresponderia a uma fase passada onde a organização dos cidadãos se dava por sindicatos ou associações de bairros.

O termo "mobilização" era referente a um associativismo moderno, dentro de um panorama de "políticas globalizadas, de cidadãos participantes nas políticas públicas" (GOHN, 2008, p. 448), onde o movimento seria o resultado de uma ação e não o ator. De fato, o termo "mobilização" dentro da Ciência Política aparece pela primeira vez no Dicionário de Política organizado por Bobbio, Mateucci e Pasquino (1986) e possui dois sentidos: político e social. O primeiro indica um processo de ativação das massas, que pode se dar a partir dos governantes ou de líderes da sociedade civil, enquanto, o segundo, se refere a ativações que visam mudança "de comportamentos ou adesão a dados programas ou projetos sociais" (GOHN, 2008, p. 448). Mobilização, nesse sentido, é um termo que tende a nos remeter a "participação" como se vê na atuação das ONGs. Atualmente, vários autores se utilizam do termo mobilização. O colombiano José Bernardo Toro é um deles. Para Toro "Mobilização Social é o envolvimento ativo do cidadão, da organização social, da empresa, nos rumos e acontecimentos em nossa sociedade. Ela se traduz em pequenas ou grandes ações e pode ser desempenhada de diferentes formas" (apud GOHN, 2008, p 443).

Ele trata o processo de mobilização social como um instrumento, uma ferramenta

para “convocar vontades”, na expressão do autor. Dessa forma, os cidadãos participantes, diferentemente dos militantes, devem ter:

seu campo de atuação voltado para o interior de suas realidades, focado no cotidiano, devem desenvolver processos de comunicação direta, atuar em redes comunicativas, formular e difundir mensagens claras, criar imaginários sociais que despertem o desejo de engajamento nas pessoas, estudar e planejar o campo de suas atuações, desenvolver ações coletivas sem hierarquias ou “donos” e acompanhar permanentemente os processos de mobilização. (GOHN, 2008, p. 449)

A partir da concepção de mobilização de Toro, o movimento social é o resultado desse processo de mobilização, havendo uma inversão do que seja movimento social. Segundo Gohn “o termo movimento é substituído inicialmente por mobilização e aparece somente no final do processo, basicamente fruto de um trabalho de colaboração, coesão, com ações propositivas. Movimento é um resultado e não o foco da ação coletiva” (GOHN, 2008, p. 449). Desse modo, a dimensão do político é esquecida ou negada. Essa abordagem é utilizada para fundamentar a ação coletiva de várias ONGs e entidades do Terceiro Setor em toda a América Latina.

Essas novas formas de associativismo têm crescido no continente, contudo não se pode pensar que os movimentos sociais “morreram”. O certo é que os dois são protagonistas da sociedade civil e muitas vezes se cruzam dentro das redes, mas atuam de formas diferentes: um no conflito, o outro no campo da cooperação; possuindo ambos solidariedade. No primeiro caso é uma solidariedade orgânica por vivenciar experiências semelhantes, enquanto nas organizações cívicas ela é estratégica ou instrumental, criada para atingir metas que resolvam problemas com os quais eles se identifiquem por alguma razão, mas projetadas por agentes externos (GOHN, 2008).

No que se refere às ONGs (SORJ, 2010; PINTO, 2006), elas se diferenciam das formas tradicionais de filantropia por possuírem ativistas sociais, além de voluntários, profissionais, sendo seu principal objetivo “transformar a sociedade ou os grupos nas quais elas atuam, a partir de uma visão geralmente orientada pelo discurso dos direitos humanos ou valores ecologistas” (SORJ, 2010, p. 11). Contrapõem-se aos partidos e os sindicatos por não serem organizações

representativas, isto é, sua legitimação vem dos princípios morais que os guiam e não de um público do qual possuem delegação de poderes e representação.

De acordo com Pinto (2006) as ONG's tendem a se confundir com os movimentos sociais e como eles também podem se articular em redes, entretanto há diferenças importantes que devem ser ressaltadas, como o fato de que um grande número de organizações não governamentais surgiu a partir dos movimentos sociais, principalmente, os identitários, as ONGs feministas por exemplo. Desse modo elas "não substituem os movimentos nem são uma fase avançada destes, mas se relacionam com eles" (PINTO, 2006, p. 656) dividindo com eles os temas, demandas e campanhas. Entretanto, se diferenciam quanto ao seu funcionamento, uma vez que as ONGs existem em virtude de projetos que a sustentem, possuindo metas a serem cumpridas e programas já pré-estabelecidos e financiados.

Para a autora (2006, p. 655) "estas organizações ocupam papéis de quase partidos políticos da sociedade", uma vez que elas trabalham assuntos que não fazem parte dos temas tradicionais da política brasileira ou fazem, mas em virtude da ideologia política dos partidos, não teriam o mesmo tratamento. Outro argumento que corrobora a afirmação da autora é o fato dessas organizações terem voz ativa em locais de participação (conselhos, conferências, orçamentos participativos, entre outros) como "representante" da sociedade.

As ONGs podem ser classificadas quanto aos seus membros, forma de atuação e quanto à sua dependência. No que se refere aos membros e as causas que defendem, eles podem se dividir em ONGs que defendem o interesse dos próprios membros como negros contra o racismo, gays contra o preconceito, e os que defendem causas alheias - drogados, pessoas de rua, vítimas de abuso sexual, entre outros. Já quanto à forma de atuação, eles podem se dividir nas que atuam na direção das populações excluídas, isto é, na direção da sociedade, ou na direção do Estado. Assim, quando a atuação das ONGs se desenvolve para a sociedade, elas trabalham projetos de empoderamento que tem como objetivo "fortalecer a autoimagem e promover qualificação profissional através de cursos, atividades artísticas e seminários" (PINTO, 2006, p. 660), tentando influenciar a opinião pública através da promoção de valores que buscam defender os interesses das comunidades através

do “treinamento de lideranças dentro ou fora dos movimentos sociais” (PINTO, 2006, p. 660).

Quando a atuação se dá em direção ao Estado, as ONGs podem operar treinando a burocracia estatal nos temas dos direitos dos cidadãos (principalmente direito da mulher), ou através de assessoramento parlamentar. A primeira é a situação mais complexa e delicada por enfrentar resistência por parte dos servidores, assim em “projetos dirigidos à burocracia estatal, há um trabalho de conquista que envolve o rompimento de rotina e até de interesses corporativos” (PINTO, 2006, p. 664). E por fim, as ONGs, segundo Sorj (2010), se dividem entre ONGs independentes e as que de fato ou de direito são controladas por outras instituições, uma vez que praticamente todos os atores sociais hoje possuem as suas próprias ONGs. De fato, a grande maioria das ONGs na América Latina não se sustentam pelas cotizações de associados: elas dependem de financiamentos externos, seja por organizações internacionais, cooperação internacional entre países ou pelo próprio Estado. Dessa forma, as ONGs têm uma natureza instável, em virtude dos temas com os quais se organizam e de sua instabilidade financeira, o que provoca mudanças significativas na relação destas com a esfera oficial.

Conforme Pinto, as ONGs:

têm potencial para ser um dos instrumentos importantes no fortalecimento da sociedade civil. Estas organizações constituem redes das mais diversas formas no interior da sociedade civil, que podem abranger somente ONGs, como também organismos internacionais, movimentos sociais, entidades filantrópicas. As ONGs também se tornam, em alguns momentos, parceiras do Estado, na discussão, proposição e até implementação de políticas públicas. Cabe, diante deste intenso movimento, perguntar quais as consequências da presença desse novo ator. (PINTO, 2006, p. 666)

Entretanto, sua ação é limitada em virtude da sua fragmentação, do fato de atingirem um público limitado da sociedade e dependerem de financiamentos, como dito. Outro problema que as ONGs apresentam é a falta de transparência dos recursos captados, gerando, segundo Sorj (2010, p. 13), “uma situação paradoxal de reivindicar dos governos uma maior transparência, enquanto elas mesmas não apresentam transparência interna”.

Até o momento se tratou de redes de movimentos sociais e ONGs com demandas simbólicas, identitários e até mesmo demandas mais tradicionais. Entretanto, a partir de 1990, com o Tratado de Livre Comércio da América do Norte⁷ (TLCAN) é possível perceber mudanças significativas na forma de atuação da sociedade civil sobre os debates econômicos e de integração. Durante as negociações da TLCAN um número considerável de atores da sociedade civil participou de debates reunindo-se em vários países, o que acarretou na criação de novas organizações e alianças.

Assim, a partir das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), um amplo e heterogêneo grupo de atores da sociedade civil de todo o continente Americano se reuniu e criou a Aliança Social Continental (ASC). Em 1997, durante a reunião ministerial da ALCA em Belo Horizonte, foi criada a ASC com o intuito de criar uma estrutura de coordenação entre esses grupos de atores para além do nível local com o objetivo de “coordenar a ação coletiva sobre comércio; (...) traduzir a linguagem técnica dos acordos comerciais para atores da sociedade civil, produzir análises sobre os possíveis impactos dos acordos e alternativas” (VON BÜLLOW, 2009, p. 39), além de tentar diminuir a

falta de transparência dos processos negociadores, à inexistência de canais de diálogo com as organizações da sociedade civil, à ausência dos temas sociais e ambientais da agenda, à distribuição desigual dos benefícios e custos dos acordos, à ameaça que estes acordos representam para a soberania dos países e para a capacidade dos estados de implementar políticas públicas, e ao risco de uma “*race to the bottom*”, ou seja, de uma tendência dos países a competir entre si com base em salários cada vez mais baixos e legislações ambientais e trabalhistas menos eficientes (VON BÜLLOW, 2009, p.27-28).

A ASC torna-se um exemplo, segundo Von Büllow, de uma rede articulada entre a sociedade civil que foge às demandas tradicionais e simbólicas, anteriormente tratadas. Aqui a sociedade civil articula-se além de seu território nacional de forma

⁷ Tratado que foi negociado pelos Estados Unidos, Canadá e México entre 1991 e 1993, e inaugurou um novo momento nos acordos livres de comércio, “no qual temas como propriedade intelectual, regras de investimento e, em menor medida, direitos trabalhistas e a defesa do meio ambiente, passaram a ser quase tão importantes quanto os relativos a acesso a mercados” (VON BÜLLOW, 2009, p. 27)

horizontal a fim de fiscalizar assuntos econômicos dentro de blocos ou áreas de livre comércio, construindo assim

um novo *campo de ação coletiva transnacional*, definido como um espaço de ação política formado por indivíduos e organizações da sociedade civil que participam do processo de elaboração de um conjunto comum de práticas, objetivos e crenças (VON BÜLLOW, 2009, p. 28).

Para a autora, tais redes ou coalizões tem como principais características a presença de atores de nível local e transacional concomitantemente, o dinamismo oriundo do número de participantes que varia com o tempo, o permanente questionamento ou reafirmação dos valores e práticas, o fato de que a maioria das organizações que fazem parte dessas redes e alianças participam de outras redes e relacionam-se a campos que na maioria das vezes tem pouca relação com o debate econômico, a heterogeneidade/assimetria interna e a pluralidade de mecanismos utilizados. Dessa forma, afirma Von Büllow:

A construção e institucionalização de vínculos entre os atores não tem sido um processo linear e progressivo, pelo qual coalizões são criadas e fortalecidas no nível doméstico, para então, em um segundo momento, *spill over* na arena transnacional. Ao contrário, tem sido um processo mais caótico de institucionalização de vínculos simultaneamente nos dois níveis. Em todos os casos, no entanto, essas iniciativas têm tido que enfrentar o desafio da sustentabilidade, e algumas não sobreviveram (VON BÜLLOW, 2009, p. 30).

Com tudo que foi discutido até então se pode afirmar que não é possível formular um modelo universal de sociedade civil. O que de fato existe são sociedades civis que são constituídas em cada local por meio das “raízes históricas da formação do estado e das tradições políticas nacionais e os modos como o conflito social é organizado, esses são os elementos que definem o lugar específico e o significado da sociedade civil em contextos nacionais diferentes” (SORJ, 2007, p. 8). Desse modo, em determinados locais há mais atores atuando na sociedade civil que Cohen e Arato poderiam supor.

A América Latina é um bom exemplo disso, uma vez que os atores da sociedade vão desde movimentos sociais, ONGS, redes à mídia, sindicato, igreja. Essa última foi historicamente excluída do conceito por seu caráter anti-moderno (BALLESTRIN, 2010).

Contudo, no Brasil, por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ao lado de grupos estudantis e os teóricos da Teologia da Libertação desempenharam um papel ativo em busca da democratização, além da atuação das igrejas em comunidades periféricas. Essa polissemia de significados e formas de atuação que a sociedade civil adquire no continente permite até incluir empresas privadas ou partidos políticos, uma vez que sua exclusão se dá, na maior parte das vezes, muito mais por uma questão operacional do que princípios. Conforme Sorj:

Qualquer empresa privada que se apresente no domínio público com uma dada mensagem (por exemplo, “nós geramos empregos” ou “a livre empresa produz crescimento econômico”) é parte da sociedade civil. Pela mesma razão não se justifica teoricamente a desqualificação dos partidos políticos como atores centrais da sociedade civil na busca do bem público. Na melhor das hipóteses em alguns casos eles podem ser excluídos a fim de delimitar os atores que não estão diretamente envolvidos no governo ou que buscam tornar-se parte dele. Mas isso não deve excluir a questão dos partidos políticos e da interação dos congressistas com outros atores da sociedade civil (SORJ, 2007, 18)

Dessa forma, “qualquer cidadão individual e grupo formal ou informal (desde a organização da igreja e clubes esportivos até sindicatos) que se engaja na esfera pública é um ator potencial da sociedade civil” (SORJ, 2007, 18). Logo, parece mais apropriado ao estudar a atuação da sociedade civil dentro do bloco a utilização da ideia de associativismo de Warren, já que ele se apropria de uma visão de sociedade civil mais operacional, abarcando todos atores acima mencionados. O que facilita a identificação de diferentes funções democráticas dentro de associações que tradicionalmente seriam excluídas das análises sobre participação da sociedade civil. Para prosseguir a pesquisa, no próximo capítulo se estudará a criação do MERCOSUL, a relação de suas ações com as políticas externas adotadas em seus países e a evolução dos espaços de diálogo com a sociedade.

CAPITULO 2 FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO HISTORICA DO MERCOSUL

A grande contribuição do século XXI para o estudo da sociedade civil foi à percepção da existência de uma sociedade civil mundial ou transnacional e assim, como aconteceu com o conceito de sociedade civil nacional, ela também é vista por muitos como um “elemento essencial para a democracia e o processo de democratização e como a fonte principal da solidariedade e da integração social ultrapassando os limites do Estado” (COHEN, 2003).

Segundo Cohen, essa mudança de foco ocorreu em virtude dos processos de globalização, crescimento do comércio internacional, rápido fluxo de capital e o poder das sociedades anônimas transnacionais. Além do caráter transnacional do “risco” que as sociedades enfrentam, como problemas ecológicos e ambientais, organizações internacionais ligadas ao tráfico de drogas, armas e sexo, o aumento de imigrantes e refugiados políticos, o terrorismo entre outros, que acabam acentuando a vulnerabilidade dos Estados perante seu território, fronteiras e população. Para Cohen (2003, p. 420) “a fronteira entre o nacional e o transnacional parece estar se diluindo, pondo em dúvida a soberania do Estado”.

Outro fator importante para essa diminuição na importância dos Estados Nacionais para a autora é o aumento de instituições supranacionais dedicadas à

regulação e produção de regras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e blocos de integração econômica em vários continentes, como é o caso do MERCOSUL.

Assim neste capítulo, abordaremos o contexto regional que deu origem a formação do MERCOSUL e seus antecedentes históricos. Posteriormente analisaremos a evolução e a relação das diretrizes tomadas dentro do bloco com as políticas externas assumidas por seus membros e sua gradativa mudança de foco do econômico para o social. Por fim, serão destacados os principais órgãos e mecanismos de diálogo desenvolvidos nas áreas sociais e políticas.

2.1 MERCOSUL: antecedentes históricos e integração no Cone Sul

Após o fim da Guerra Fria, houve um aumento considerável de instituições supranacionais e blocos de integração econômica no mundo. Na América do Sul não foi diferente. A partir das ideias desenvolvidas pela CEPAL na década de 1950, a qual predominava uma visão desenvolvimentista da economia, os Estados deveriam planejar a economia e impulsioná-la a partir de programas que diversificassem a indústria, o que inspirou, posteriormente, a integração regional no continente latino-americano. Segundo a CEPAL, a integração era necessária, pois os mercados nacionais eram limitados e a integração possibilitaria a incorporação de avanços tecnológicos, resultado da ampliação da produção e a diversificação de produtos.

Dessa maneira, em 1960 foi criada a Associação Latino-americana de Livre Comercio (ALALC) que teve como principais medidas a substituição de importações e a presença forte do Estado na economia. Seu objetivo final era criar um Mercado Comum Latino-americano, mas vários fatores impediram que isso se tornasse realidade, tal como a diversidade econômica e política dos países membros. Exemplo disso é o Brasil que sofreu em 1964 um golpe militar e desde então passou a estabelecer sua política exterior focada no combate ao comunismo, extremamente ligada aos Estados Unidos. A fragilidade e falta de operacionalidade dos mecanismos institucionais e as mudanças ocorridas no comércio e na cooperação internacional foram outros pontos que dificultaram os projetos da ALALC (FREITAS, 2009). Já no

que se refere à questão social ela não foi vista como prioridade na ALALC, sendo mencionada de forma vaga apenas em seu preâmbulo.

Em 1980, substituindo a ALALC, é criada a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), na qual se nota uma maior preocupação com a questão social do que sua antecessora. Conforme Freitas (2009, p. 159), “o Tratado da ALADI teve o mérito de, pela primeira vez, associar o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social”. A ALADI pretendia resolver os problemas sociais a partir do desenvolvimento econômico, melhorando as condições de vida e de trabalho da população. Contudo, ela não conseguiu ter um papel ativo no desenvolvimento da integração no continente americano, o que fez os países constituírem blocos sub-regionais.

A partir da metade dos anos 1980, com o fracasso das tentativas anteriores e o fim dos regimes militares, Brasil e Argentina retomam o processo de integração regional em meio à crise do sistema econômico internacional que elevou as taxas de inflação, aumentou o saldo da balança comercial e a dívida externa dos países da América do Sul e diminui as importações totais. Para muitos autores, como Munhoz, a “crise do endividamento introduziu um viés antiintegração na América Latina” (1987, p. 89). Entretanto a crescente percepção dos países latino-americanos de vulnerabilidade frente ao contexto internacional elevou o interesse pela integração.

Dessa forma, em novembro de 1985, quando os presidentes da Argentina e Brasil se encontraram em Foz do Iguaçu foi anunciada formalmente a aproximação entre os dois países, através da Declaração de Iguaçu. Já em julho de 1986, foi aprovado o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) que tinha como princípios fundamentais:

o gradualismo, com fases anuais de definição, negociação, execução e avaliação; a flexibilidade, permitindo o ajuste de alcance, ritmo e objetivos; e o equilíbrio, impedindo a especialização das economias em setores específicos, e estimulando a integração intra-setorial. Buscava-se, também, a harmonização progressiva de políticas e a participação ativa dos empresários, e decidiu-se elaborar o programa por fases, com conjuntos reduzidos de projetos. (DATHEIN, 2005, p. 23)

Nesse mesmo encontro, foi assinada a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina e outros doze protocolos que trataram de temas específicos, tais como: produção, comércio e desenvolvimento tecnológico; abastecimento alimentar; expansão do comércio; empresas binacionais; criação de um fundo de investimentos; cooperação na área energética; projetos sobre biotecnologia; criação do Centro Brasil-Argentina de Altos Estudos Econômicos; entre outros. Ainda em 1986, foram acrescentados mais cinco protocolos sobre cooperação e integração no setor siderúrgico; transporte terrestre; transporte marítimo; comunicações e cooperação nuclear (ABACC, 1986).

No ano de 1988, Brasil e Argentina assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que tratava da criação de um espaço econômico comum no prazo máximo de dez anos. Esse espaço buscava a harmonização das políticas aduaneiras de comércio interno e externo e a coordenação de políticas monetária, fiscal, cambial e de capitais. Essa seria a primeira etapa do processo; a segunda almejava o mercado comum. Segundo Dathein “o Programa de Integração e Cooperação entre Argentina e Brasil foi à experiência mais destacada de integração na América Latina nos anos 1980” (2005, p.24).

Apesar da importância, a integração entre Argentina e Brasil foi prejudicada pelo alto nível de dívida externa dos dois países, que continuou determinando a condução das políticas econômicas e as restrições das importações. Para se alcançar uma integração econômica efetiva era necessária uma política cambial coordenada, o que se tornou difícil já que cada país seguiu por caminhos contraditórios. Outro problema identificado por Araújo Jr. (1991, p. 100) é que os acordos firmados no Cone Sul não foram estimulados “por pressões empresariais interessadas em aprofundar vínculos já estabelecidos, mas resultou de uma decisão governamental de reverter uma tendência histórica de deterioração nas relações econômicas dos dois países”.

Salienta-se que, apesar de se falar muito em integração econômica, os acordos ente Brasil e Argentina tinham muito mais ênfase na cooperação econômica do que na integração propriamente dita. Assim, o projeto de integração foi mantido, mas suas condições de operacionalização foram reduzidas e colocadas em um plano

inferior entre as prioridades dos governos, que agora buscavam soluções de curto prazo e não mais de médio e longo prazo (HIRST, 1990 apud DATHEIN, 2005).

Essa situação perdurou até 1989, quando novos governos eleitos, tanto na Argentina como no Brasil, adotaram diretrizes neoliberais que eram favoráveis a proposta de abertura da economia (HIRST, 1990 apud DATHEIN, 2005). No entanto, aquele momento houve uma mudança no foco da integração que deixa de ser intrasetorial e é substituída pela proposta de integração intersetorial. Um exemplo dessa mudança foi o abandono do instrumento dos protocolos, que tratavam de temas específicos e o retorno das iniciativas individuais nos temas econômicos e políticos a nível internacional, buscando sempre a expansão comercial. Tais tendências refletiram no passo seguinte do processo de integração: a inclusão do Paraguai, Uruguai e a assinatura do Tratado do MERCOSUL.

O bloco foi criado, como já mencionado, num momento em que os países da América do Sul se encontravam com sérios problemas financeiros e altos índices de dívida externa, o que os colocavam em uma situação de extrema vulnerabilidade internacional, além dos altos níveis de desigualdade social. E, apesar de toda a região ter passado por um período de redemocratização, isso não significou uma inclusão imediata de toda a população nas vantagens decorrentes das novas democracias, em razão de barreiras internas e externas ao seu aprofundamento. O regime democrático trouxe, na maioria dos casos, avanços apenas nos aspectos formais e apesar dos discursos favoráveis ao fluxo de comércio internacional, o diálogo norte-sul permanecia infrutífero, em virtude da manutenção do protecionismo das nações industrializadas e as poucas cessões nos organismos internacionais (FREIXO; RISTOFI, 2008). Segundo Flores, ficava assim demonstrado:

uma incoerência clara dos países ricos, que apoiavam a redemocratização no Cone Sul, mas não se esforçavam para permitir um pleno desafojo externo da economia regional, fazendo comprometer a abertura (FLORES, 2005, p. 40)

Buscando através da cooperação ampliar sua segurança nacional e seu poder de barganha, os países do Cone Sul fixaram na Ata de Buenos Aires dezembro de 1994 como data para a criação definitiva do MERCOSUL. Os membros principais

iniciais eram: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Consta no Tratado de Assunção que para atingir o Mercado Comum⁸ seria necessário:

A livre circulação de bens serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias a circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente (...) O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais (...) A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração (MERCOSUL, 1991).

Assim, o próprio tratado previa um período de transição para a instituição definitiva do Mercado Comum do Sul, no qual os países membros se comprometiam a coordenar gradualmente suas políticas macroeconômicas, implantar uma tarifa externa comum e a adotar acordos setoriais visando facilitar a utilização e mobilidade dos fatores de produção para alcançar escalas de produção eficientes. Ademais, implantar-se-ia um Programa de Liberação Comercial para redução progressiva das tarifas, buscando chegar a dezembro de 1994 com tarifas zeradas e a eliminação de outras restrições comerciais (ALMEIDA, 2001).

Haveria também, durante o período de transição a adoção de um Regime Geral de Origem⁹, um Sistema de Solução de Controvérsias¹⁰ e Cláusulas de

⁸ Existem diferentes tipos ou etapas de integração regional, que variam segundo a intensidade da união econômica dos membros de um Bloco. Os principais são a Área de Livre Comércio, a União Aduaneira, o Mercado Comum e a União Econômica e Monetária. Na primeira etapa, como é o caso do NAFTA, as barreiras visíveis aplicadas ao comércio (impostos de importação e exportação, por exemplo) são eliminadas. A União Aduaneira é parecida com a Área de Livre Comércio, mas difere-se pelo fato de os Estados-Membros cobrarem tributos iguais para o comércio com países que não são sócios do Grupo. Esses tributos são chamados de Tarifa Externa Comum, ou TEC. A seguir vem o Mercado Comum que é caracterizado pelo afastamento não só das barreiras alfandegárias ao comércio como também pelo afastamento das barreiras não visíveis que impedem a concorrência plena entre as economias. E por fim, a União Econômica e Monetária que configura-se, além de todas as características descritas anteriormente, com a adoção de uma mesma moeda pelos países envolvidos. O único exemplo de uma União Econômica e Monetária no mundo é a União Européia. (BÖHLKE, 2002)

Salvaguarda¹¹. A administração e a execução do Tratado de Assunção ficariam a cargo do Conselho do Mercado Comum¹² e do Grupo Mercado Comum¹³, entre outras medidas tomadas para facilitar a transição e implementação do bloco. Quanto à estrutura institucional definitiva do MERCOSUL ficou acordado também que até o fim de 1994 ela seria definida.

Em 1994, foi firmado o Protocolo de Ouro Preto que concedeu personalidade jurídica de direito internacional ao bloco. E adotou uma Tarifa Externa Comum (TEC), ou seja, todos os países membros aplicariam taxas comuns a produtor oriundos de países não-membros. O protocolo também formalizou a estrutura institucional definitiva do MERCOSUL, mantendo alguns já previstos pelo Tratado de Assunção e criando novos.

Os principais órgãos são: Conselho Mercado Comum (CMC), Grupo Mercado Comum (GMC), Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL)¹⁴, Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) e Secretaria do MERCOSUL (SM)¹⁵. Com o desenvolvimento do bloco outros organismos centrais foram sendo criados, tais como: Tribunal Administrativo Laboral do MERCOSUL (TAL), Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL (TPR), Centro MERCOSUL de promoção do Estado de Direito (CEMPED), Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM). Há também órgãos de assessoramento do GMC e do CCM. Quanto ao assessoramento do GCM existem os Subgrupos de trabalho (SGT) que se dividem por temas. Atualmente existem 11 SGTs em

⁹ O Regime de Origem fixou normas sobre a origem das mercadorias permutadas dentro do bloco. O objetivo desse regime era disciplinar o comércio para evitar que produtos importados de fora dos quatro países fosse reexportado com os benefícios do MERCOSUL.

¹⁰ As controvérsias seriam provisoriamente solucionadas através de negociações diretas ou, quando não fosse possível, por intermédio do Grupo Mercado Comum ou do Conselho do Mercado Comum, até se instituir o Sistema Permanente de Solução de Controvérsias do Mercado Comum.

¹¹ Em casos excepcionais, o Anexo IV do tratado previa a possibilidade de um país solicitar a adoção de salvaguardas transitórias à importação de determinado produto.

¹² O Conselho é o órgão superior do bloco e cabe a ele a condução das principais decisões, sendo integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e de Economia dos países membros. O Conselho deveria se reunir, ao menos, uma vez ao ano, com presença dos Presidentes dos quatro países.

¹³ O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo, coordenado pelos Ministros das Relações Exteriores de cada país e conta também com a participação dos Ministérios da Economia e dos Bancos Centrais. O Grupo Mercado Comum contaria também uma Secretaria Administrativa, sediada em Montevideu.

¹⁴ Antiga comissão Parlamentar Conjunta.

¹⁵ Antiga Secretaria Administrativa do MERCOSUL.

funcionamento e reúnem-se, geralmente, duas vezes por semestre. As Reuniões Especializadas (RE), possuem o funcionamento parecido ao dos SGTs; entretanto sua pauta negociadora não emana diretamente desse órgão. Por fim, os Comitês Técnicos (CT) que auxiliam o CCM e dividem-se de acordo com os temas tratados. Até 2015 existem 10 CTs (SANTOS, 2007).

Atualmente o bloco é formado pela Argentina, Brasil, Paraguai¹⁶, Uruguai e Venezuela¹⁷. O bloco também possui cinco países associados: Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru e dois países observadores: Nova Zelândia e México. (FREIXO, 2008)

2.2 Formação das condições para participação

Apesar do elemento “democracia” não ter aparecido de forma explícita no Tratado de Assunção, ele apareceu de forma significativa nos discursos oficiais do bloco. Entretanto desde 1996, após uma tentativa de golpe de Estado por parte do General Lino Oviedo no Paraguai, princípios democráticos como a defesa do estado de direito, direitos humanos, liberdades fundamentais, participação e legitimação da integração foram inseridos ao ordenamento jurídico do bloco. Em 1996 os presidentes dos Estados-membros do bloco assinaram a Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, o qual previa a necessidade da

plena vigência das instituições democráticas como condição essencial para a cooperação no âmbito do Tratado de Assunção, seus protocolos e demais atos subsidiários. Toda alteração da ordem democrática constitui obstáculo inaceitável para a continuidade do processo de integração em curso para o Estado membro afetado (MERCOSUL, 1996, ponto 1 e 2, p. 1)

¹⁶ Em 2012, no encerramento da 43ª Cúpula do Mercosul foi anunciada a suspensão política do Paraguai até fossem realizadas novas eleições presidenciais democráticas no país. A decisão ocorreu porque os membros do MERCOSUL consideraram a destituição do ex-presidente Fernando Lugo numa ruptura da ordem democrática. O Paraguai retornou ao bloco em 15 de Agosto de 2013, com a posse do presidente eleito Horácio Cartes (ESTADÃO, 2013).

¹⁷ A Venezuela incorpora-se ao MERCOSUL como membro pleno no dia 31 de Julho de 2012. Isso se deu em virtude da suspensão do Paraguai, uma vez que o congresso paraguaio era o único contrário ao pedido venezuelano (ESTADÃO, 2013).

A mesma declaração ainda institui, de forma específica, que “as Partes deverão incluir uma cláusula de afirmação do compromisso com os princípios democráticos nos acordos do MERCOSUL com outros países ou grupo de países” (*idem*). Posteriormente, foi assinado o Protocolo de Ushuaia, em 1998, onde Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai reiterar as considerações da Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL. Este prevê em caso de ruptura da ordem democrática em um dos países parte, a possibilidade de adoção de medidas que variam desde a suspensão do direito de participar-nos diferentes órgãos do processo de integração até a suspensão dos direitos e obrigações emergentes do processo. Cabe salientar que o artigo 8 indica que “o presente Protocolo é parte integrante do Tratado de Assunção e dos respectivos acordos de integração celebrados entre o MERCOSUL e a República da Bolívia e entre o MERCOSUL e a República do Chile” (MERCOSUL, 1988, p. 2). Dessa forma, o protocolo integra o que a doutrina chama de “normas constitucionais da comunidade” (FLORES, 2005).

Por fim, em 2005 foi assinado o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, que estabelece que o Parlamento tenha, dentro da órbita da sua competência, que “velar pela preservação do regime democrático nos Estados Partes, de acordo com as normas do MERCOSUL, e em particular com o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, na República da Bolívia e República do Chile” (MERCOSUL, 2005, Art. 4, ponto 1, p. 4), assim como “fomentar o desenvolvimento de instrumentos de democracia representativa e participativa no MERCOSUL” (*idem*, Art. 4, ponto 18, p. 6). Além dos protocolos apresentados, o MERCOSUL também criou o Centro MERCOSUL de promoção de Estado de Direito (CEMPED). Criado pela Decisão N° 24/04 do CMC tem como finalidade “analisar e reforçar o desenvolvimento do Estado, a governabilidade democrática e todos os aspectos vinculados ao processo de integração regional, com especial ênfase no MERCOSUL.” (MERCOSUL, 2004, Art. 1, p.1).

Apesar dos avanços no que se refere à cláusula democrática e do Tratado de Assunção ter como um dos seus objetivos constituir a “ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça

social” (MERCOSUL, 1991, p. 1), poucos avanços significativos quanto a questões sociais e participação houveram até o fim dos anos 1990.

Isso porque desde o seu início, o bloco tinha um foco na criação de um mercado comum deixando aspectos sociais de lado. Isso se deu, principalmente, pelo conjunto de medidas neoliberais adotadas pelos presidentes do Brasil e Argentina, à época principais países do bloco. Assim, o MERCOSUL foi principalmente visto como um meio de melhorar a condição dos países do Cone Sul frente às exigências imposta pelos processos de globalização e liberalização dos mercados, dando ao acordo um caráter basicamente comercialista (VIZENTINI, 2007).

Contudo, na perspectiva da política externa brasileira, o bloco não foi entendido como um fim em si mesmo, mas como um projeto mais abrangente. Isso se deu pela mudança do discurso brasileiro diante da inserção internacional, além da deterioração do contexto mundial com o aumento do protecionismo nos países ricos e a crise no campo soviético. Conforme Vizentini:

Assim, quanto mais se deterioraram as condições internacionais, mais a política externa brasileira tratou de criar uma nova realidade regional. Através da integração com os países vizinhos, além de benefícios econômicos mais imediatos, se reforçaria a base regional como forma de incrementar a participação do Brasil e de seus parceiros platinos no plano mundial. Neste sentido, o Mercosul não constituía um fim em si mesmo, nem o aspecto comercial constituía o objetivo essencial, apesar do discurso oficial, mas fazia parte de um projeto mais abrangente. Quando os EUA anunciaram a criação do NAFTA, o Brasil reagiu lançando em 1993 a iniciativa da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americana) e estabelecendo com os países sul-americanos e africanos a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS), numa estratégia de círculos concêntricos a partir do Mercosul. (VIZENTINI, 2007, p. 84)

Segundo Onuki e Oliveira (2000), através do MERCOSUL, o Brasil conseguiu uma posição de liderança regional, sendo a postura adotada pelo país quanto às questões de política externa fatores influenciadores do posicionamento do bloco. O mesmo acontece com sua estabilidade econômica. Apesar do MERCOSUL ter sido

criado em um momento conturbado da história política brasileira¹⁸ os primeiros anos do MERCOSUL foram de grande avanço econômico. Segundo Hirst (2000, p. 5):

os indicadores de comércio revelam um crescimento anual de 27,6% das exportações intra-regionais, entre 1991 e 1997. De 5,1 mil milhões de dólares em 1991, o comércio intra-regional chegou a 20 mil milhões de dólares em 1997. Este resultado foi três vezes superior ao das exportações destinadas ao resto do mundo.

O ex-ministro Luiz Felipe Lampreia foi quem conduziu, em grande parte, a política externa dos oito anos de governo de FHC. Segundo ele suas medidas buscavam a “autonomia pela integração” ao invés de uma autonomia isolacionista, além de aumentar a credibilidade internacional do país para assim atrair capital internacional, considerados essenciais para o desenvolvimento e mantendo uma postura de alinhamento com os valores do Norte, tais como: democracia, estabilidade e abertura econômica (LAMPREIA,1998). Quando houve o colapso das bolsas de valores da Ásia e da Rússia, o sustentáculo principal do MERCOSUL, ou seja, o avanço econômico, foi abalado. Isso porque as importações brasileiras foram afetadas, o que atingiu os outros países do bloco, em especial a Argentina. As crises dos anos 1990 salientaram problemas antigos, que de certa maneira foram agravados com o MERCOSUL, uma vez que esse aumentou o fluxo de capitais para o Brasil e em contrapartida aprofundou o processo de desindustrialização da Argentina e evidenciou o atraso do Uruguai e do Paraguai.

Conforme Silva (2009), Cervo e Bueno (2008), o modelo neoliberal adotado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ao contrário do que aconteceu na Argentina, não foi levado aos extremos. Para Reis, isso foi resultado da resistência dentro da própria base de governo. Dessa maneira, a crise do Real faria o Brasil transitar do fundamentalismo liberal para o liberal-desenvolvimentismo, adotando o discurso da “globalização assimétrica”, que será adotado também por seu sucessor, no qual três pontos devem ser levados em consideração:

¹⁸ O MERCOSUL tem início em um período onde grandes mudanças políticas e econômicas ocorreram no Brasil: o impeachment de Collor, resultando na breve presidência de Itamar Franco e, posteriormente, a eleição de Fernando Henrique Cardoso e lançamento de um novo plano econômico no país.

Em primeiro lugar, já havia ocorrido um ajuste no discurso neoliberal com o governo Itamar Franco, simbolizando que o período Collor havia malogrado. Em segundo, a adesão ao neoliberalismo não foi integral, mostrando a persistência (admitida por Amado Cervo) do paradigma desenvolvimentista. A terceira matização corresponde ao que pode ser definido como inflexão e crise de matriz” (SILVA, 2009, p.148).

A adoção do discurso de “globalização assimétrica” buscava promover a inserção interdependente do país e assumir a postura de um Estado logístico:

Logístico é aquele Estado que não se reduz a prestar serviço, como fazia a época do desenvolvimentismo, nem a assistir passivamente as forças do mercado e do poder hegemônico, como se portava a época do neoliberalismo. Logístico porque exerce a função de apoio e legitimação das iniciativas de outros atores econômicos e sociais. Contrariamente à presunção da literatura acerca da globalização, esse novo paradigma, introduzido por Cardoso e consolidado por Lula, não admite que diante das forças internacionais os governos sejam incapazes de governar” (CERVO; BUENO, 2008, p. 494).

Mesmo que tal mudança de discurso tenha se dado no fim do governo de Fernando Henrique Cardoso, ele muito pouco foi realizado nesse período, pois não havia base política e vontade para isso. Entretanto, quando Lula assumiu a presidência em 2003, ele trouxe consigo uma política diplomática clara e bem articulada adotando três dimensões:

Para a concretização dessa estratégia, as relações internacionais do governo Lula são dotadas de três dimensões: uma diplomacia econômica, outra política e um programa social. A primeira dimensão é realista, a segunda de resistência e afirmação e a terceira propositiva. Trata-se de um projeto amadurecido por mais de uma década, e não uma política voluntarista, e está adequada à correlação de forças existente no país e no mundo (VIZENTINI, 2007, p. 89).

Essa política tem o claro objetivo de tornar o Brasil mais ativo no cenário internacional, utilizando-se de um plano interno que tinha como prioridades o reforço da economia através da valorização do mercado interno, além de outras ações que visavam aumentar e qualificar a ação do Brasil em um contexto internacional. Dessa forma, o Brasil surgia como o porta-voz de um projeto de globalização alternativo ao neoliberal, com propostas sociais ativas visando corrigir distorções do mercado. Para Vizontini (2007, p. 90) a “principal prioridade da agenda, percebe-se a reconstrução

do MERCOSUL e a integração sul-americana, criando um espaço para a liderança brasileira”.

Enquanto isso, na Argentina, Néstor Kirchner havia sido eleito presidente, assumindo o poder após uma forte crise política. Kirchner, mesmo com baixo respaldo nas urnas, imprimiu um novo sentido à política externa no país, procurando reforçar a dimensão estratégica do MERCOSUL e trocando o modelo neoliberal adotado até então no país por um baseado no investimento público e combate à pobreza. Assim, Brasil e Argentina se reaproximaram o que fez, segundo Vizentini (2007, p. 92), “com que a Casa Branca começasse a se preocupar com o surgimento de um pólo autônomo Brasil-Argentina”. Agregado a isso, a vitória da Frente Ampla com Tabaré Vázquez no Uruguai em 2004, possuía propostas semelhantes ao novo momento político brasileiro e argentino, o que também aconteceu no Paraguai, em 2008, com a eleição de Fernando Lugo completando a “onda progressista” no MERCOSUL.

A partir do momento que assumem o governo dos Estados-membros os partidos políticos considerados mais progressistas (esquerda e centro-esquerda) e esses adotam dentro de seus territórios nacionais mecanismos de democracia participativa, que aumentam a participação e o diálogo entre o Estado e a sociedade civil, o MERCOSUL entrou em novo momento da sua história criando um número considerável de novos órgãos e mecanismos de diálogo a fim legitimar as negociações realizadas no processo de integração (MARTINS; ALBUQUERQUE; GOMENSORO, 2011; VIGEVANI, VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2001).

Assim, após a crise financeira do final dos anos 1990, o número de atores não estatais e mecanismos de diálogos entre eles e os Estados-membros tem tido um aumento significativo, além de abarcar uma diversidade maior de setores, como o meio ambiente, educação, gênero, indígenas entre outros. Segundo Caetano, a emergência de atores da sociedade civil no âmbito do MERCOSUL tem cumprido um

importante papel na luta por uma hegemonia democrática nas esferas nacionais, regionais e internacionais. A presença da sociedade civil e as potencialidades da pluralidade de alianças nacionais, regionais e internacionais existentes entre ONGs, sindicatos e movimentos sociais, deram forma à criação de redes e organizações no âmbito do acompanhamento, monitoramento e incidência nas negociações do Mercosul, bem como de resistência ao avanço

do livre comércio na região e no mundo, sinalizado especialmente através das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA e em relação às negociações perpetuadas pela Organização Mundial do Comércio – OMC. Constituem exemplos disso, no âmbito nacional a criação da Rede Brasileira pela Integração dos Povos – REBRIP e da Campanha Nacional contra a ALCA/OMC, no nível regional a Aliança Social Continental – ASC e a Campanha Continental contra ALCA (MARTINS; ALBUQUERQUE; GOMENSORO, 2011)

Dessa forma, é possível perceber que as políticas externas e internas adotadas pelos países do bloco influenciam diretamente o andamento do MERCOSUL. À medida que as concepções internas vão se modificando elas refletem nas decisões tomadas e nos instrumentos aplicados no bloco. Atualmente o MERCOSUL possui diversos espaços de participação da sociedade civil, sejam eles formais, institucionalizados ou informais. Em sua pesquisa, Santos (2007) a fim de ordenar o levantamento desses espaços os dividiu em quatro categorias, são eles: os espaços institucionais oficiais com marco normativo próprio; os espaços oficiais criados com objetivo de promover diálogos periódicos, os espaços de diálogo com o objetivo de trabalhar a incidência e o diálogo com a sociedade civil e os espaços não-oficiais estabelecidos por iniciativa própria da sociedade civil. Abaixo, partiremos das três identificações de espaço de iniciativa do MERCOSUL que a autora propôs para desenvolver o estudo sobre a participação da sociedade civil no bloco.

2.2.1 “Espaços Institucionais Oficiais”

A primeira categoria é composta pelo Foro Consultivo Econômico Social do MERCOSUL (FCES) e as Reuniões Especializadas (RE). O FCES foi instituído no artigo 28 do Protocolo de Ouro Preto, definido como “o órgão de representação dos setores econômicos e sociais que estará integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte e tem função consultiva que se manifestará mediante Recomendações ao Grupo Mercado Comum” (MERCOSUL, 1991). As recomendações mencionadas no artigo são produzidas por iniciativa do próprio organismo ou através de consultas realizadas por outros órgãos do MERCOSUL. O FCES também tem como objetivo avaliar os impactos e implementação das políticas

de integração quanto aos aspectos sociais e econômicos e propor tais políticas sociais e contribuir para o aumento efetivo da sociedade no processo integrador.

O FCES é formado por entidades independentes dos setores econômicos e sociais com representatividade a nível nacional, que se reúnem em seções locais e possuem autonomia organizativa, compostas por delegados representantes das entidades que a compõem. Quanto à estrutura institucional, o FCES possui um órgão superior, chamado plenário, sendo que cada sessão poderá enviar nove (9) delegados representantes, respeitando a paridade entre os participantes (SOLIGO, 2010).

Ao analisar a composição do FCES, é possível notar que ele está dividido em três grupos de interesse, sendo dois deles principais: representantes do setor econômico formado por empregadores da indústria, comércio e agricultura patronal; e representantes de trabalhadores. O terceiro grupo é o denominado “terceiro setor”, formado por ONGs e entidades acadêmicas. Mesmo estimulando a paridade entre os participantes, o setor econômico possui mais representantes do que os outros dois setores. Outro problema que dificulta a participação é a questão financeira, uma vez que o FCES não possui sede e nem orçamento próprio: assim, os custos decorrentes de seus encontros, ficam a cargo de cada organização membro. E, por fim, apesar do FCES ser um órgão oficial consultivo do MERCOSUL, até 2006 ele havia sido consultado apenas três vezes. Isso demonstra incoerência uma vez que

o Foro foi criado para ser o espaço em que as decisões principais que afetam a sociedade, seja do ponto de vista econômico, produtivo, do trabalho, ou em geral, seriam colocadas na mesa para serem debatidas com a sociedade, para que a sociedade fosse ouvida (SANTOS, 2007, p. 28)

Já as Reuniões Especializadas do MERCOSUL (REs) foram constituídas pelo CMC, em 1991, para discutir temas não incluídos nos Subgrupos de Trabalho. Tem como objetivo auxiliarem o GMC e funcionam como espaços institucionais de diálogo político, das quais nascem recomendações que serão levadas para a apreciação do GMC, tomadas em consenso pelos representantes de todos os países membros do bloco e de países associados. De acordo com o site oficial do MERCOSUL:

A criação da Reunião Especializada não implica na geração de estruturas burocráticas, mas a institucionalização de uma situação pré-existente, onde

estava expressa, pelos fatos, a vontade de trabalho comum entre os órgãos governamentais nacionais da região com competência em matéria cooperativa, e em coordenação com as organizações nacionais representativas do setor. A institucionalidade atingida permite uma efetiva articulação, harmonizando aspectos legislativos e produtivos, a complementação de atividades produtivas e/ou de serviços e potencializar espaços comuns e recursos do setor e dos Estados. Com relação ao GMC, estabeleceu-se um nexo de atuação, que permite retroalimentar o sistema no momento da tomada de decisões, redundando, sem dúvida, em uma inserção positiva e dinamizadora de todo o processo de aprofundamento do MERCOSUL (SANTOS, 2007).

As Reuniões são organizadas por meio de Seções Nacionais e algumas delas possuem grupos de trabalho (GT). As REs contam com a participação de representantes da sociedade civil envolvidos no tema da respectiva Reunião, tanto nas Sessões quanto nos GTs. Atualmente, estão em funcionamento doze Reuniões Especializadas, são elas: Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF), Autoridades cinematográficas e audiovisuais do MERCOSUL (RECAM), Autoridades de aplicação em matéria de Drogas, Prevenção de seu uso indevido e Recuperação de dependentes (RED), Ciência e Tecnologia (RECYT), Cooperativas (RECM), Defensores Públicos Oficiais (REDPO), Juventude (REJ), Mulher (REM), Ministérios Públicos do MERCOSUL (REMPM), Organismos Governamentais de Controle Interno (REOGCI), Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL (REPCCM), Turismo (RET), Comunicação Social (RECS) e Estatísticas do MERCOSUL (REES). Das 13 REs, duas possuem presença significativa de organizações da sociedade civil a Reunião Especializada da Agricultura Familiar e a Reunião Especializada da Mulher (MERCOSUL, 2015).

A REAF foi proposta pelo Brasil e tem como objetivo incluir a produção familiar no processo de integração regional, a partir do fortalecimento das políticas públicas rurais e da busca de geração de renda, tendo em grande produção de alimentos destinada ao mercado interno, ligada a este setor nos países do MERCOSUL (REAF, 2015). A REAF está fundada em dois pilares: o fortalecimento de políticas públicas específicas para a agricultura familiar e a facilitação do comércio dos produtos produzidos pela agricultura familiar (SANTOS, 2007). A REAF recebe apoio financeiro e técnico do Programa Regional do Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura e é dividida em 5 GTs, são eles: o GT Acesso a Terra e Reforma Agrária,

o GT Gênero, o GT Facilitação de Comércio, o GT Seguro Agrícola e o GT Juventude Rural.

Sobre a participação da sociedade civil, o artigo 9º do Regimento Interno da REAF define:

Nas reuniões da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar as delegações de cada Estado Parte serão integradas por representantes governamentais e da Sociedade Civil. Os representantes da sociedade civil participarão das deliberações da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar, sendo a fase decisória da Reunião reservada à participação dos delegados governamentais de cada Estado Parte, nos termos do Artigo 16 da Decisão CMC Nº59/00. Os representantes da Sociedade Civil contribuirão com ideias, propostas e projetos relacionados à Agricultura Familiar, objetivando o aprimoramento dos trabalhos da REAF (MERCOSUL, 2004 apud SANTOS, 2004).

Algumas recomendações oriundas do REAF se transformaram em políticas concretas, como é o caso do desenvolvimento do seguro agrícola e créditos de financiamento para pequenos produtores da região e as normativas para implementar políticas comuns ao tratamento especial e diferenciado da agricultura familiar. Dessa forma, percebe-se que a importância efetividade e objetividade em suas propostas envolvem outros setores e países, para além dos sócios plenos do MERCOSUL, assim como ramos de governos em um processo de discussão (SOLIGO, 2007). Contudo, há dois pontos que merecem ser revistos. O primeiro é a necessidade de ampliação dos participantes, uma vez que movimentos sociais importantes e representativos no âmbito nacional ainda não estão presentes na REAF, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, no Brasil e do Movimento Camponês Paraguaio. O segundo é a necessidade de equilíbrio representativo das organizações entre as sessões nacionais (SOLIGO, 2010).

Já a Reunião Especializada da Mulher foi estabelecida em 1998 por demanda de organizações feministas¹⁹. Nessa época, o movimento de mulheres do Brasil e de vários países do mundo viviam um processo muito ligado a institucionalidade dos mecanismos de participação da mulher, como secretarias, coordenadorias, ministérios. Esta discussão foi levada para o âmbito regional e a partir daí foi

¹⁹ As organizações feministas iniciaram um processo de articulação regional desde 1995, após as discussões de Beijing+5 e do primeiro seminário “Mulheres no Mercosul” (SOLIGO, 2010)

proposto à criação da Reunião Especializada da Mulher - REM (REM, 2015). Dessa forma, a REM tem como objetivo estabelecer um “âmbito de análise da situação da mulher com relação à legislação vigente nos Estados-parte do Mercosul, no que se refere ao conceito de igualdade de oportunidades” (MERCOSUL, 1998, p. 2).

A REM é composta por representantes dos Estados partes e Estados Associados, pelas seções nacionais e conta com a participação de organizações regionais de mulheres no caráter de observadoras (REM, 2015). Hoje em dia, as organizações regionais da sociedade civil mais atuantes na REM são: o Comitê Latino Americano para defesa dos direitos da Mulher (CLADEM), Comissão de Mulheres da Coordenadora da União Sindicais do Cone Sul, Rede Internacional de Gênero e Comércio, *Articulación Feminista Marcosur* e *Foro de Mujeres del Mercosur*.

A participação das mulheres tem sido mais efetiva nos subgrupos de saúde e trabalho, do que propriamente no REM. A partir dessa Reunião Especializada a proposta mais concreta que saiu é a questão da harmonização da legislação dos Estados partes, especialmente no que diz respeito aos padrões trabalhistas (SANTOS, 2007).

2.2.2 “Espaços de Diálogo”

Dentro da categoria de “Espaços de Diálogo” duas instituições merecem maior destaque: o Parlamento do Sul e o Mercocidades. Criado em 1991, a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (CPC), hoje Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) garante a participação do Poder Legislativo no bloco. Apesar de ter sido previsto no Tratado de Assunção só se tornou um dos órgãos parte da estrutura institucional definitiva do MERCOSUL a partir do Protocolo de Ouro Preto. Seus objetivos principais eram: acompanhar o processo de integração e manter os congressos nacionais informados a respeito; emitir recomendações sobre o processo de integração; realizar estudos fim de harmonizar a legislação dos países partes, desenvolver as ações pertinentes à instalação do Parlamento do MERCOSUL e canalizar a comunicação entre as instâncias negociadoras e suas respectivas

sociedades civis. De todos os objetivos apresentados apenas os relacionados a preparação e instalação do Parlamento do Sul foram significativos (VIGEVANI et al, 2000).

O Parlamento do MERCOSUL foi criado em dezembro de 2006 reafirmando alguns princípios essenciais do bloco, como a construção de uma integração política entre os países do Cone Sul, reforçar o conteúdo democrático dentro do bloco e introduzir um novo projeto de soberania compartilhada, sem negar a soberania dos Estados. Apesar da importância de sua criação, a discussão sobre o estabelecimento do Parlamento, assim como a divulgação de sua criação entre as populações dos países membros do bloco revela-se ainda muito insuficiente (SOLIGO, 2010).

Quanto à sociedade civil, o Parlamento estabeleceu um acordo com o Foro Consultivo para realizar reuniões periódicas e tratar de temas comuns aos dois espaços, além de receber propostas de outros organismos como a REM, que propôs a criação de um Grupo de Trabalho conjunto para discutir mecanismos nacionais e regionais para com o objetivo de aumentar a participação da mulher no processo de integração (SANTOS, 2007).

A Rede Mercocidades foi fundada em 1995 por iniciativa das autoridades e prefeitos da região. O Mercocidades é uma rede de municípios do MERCOSUL que tem por objetivo, segundo seu estatuto, criar um espaço institucional para as cidades no interior do MERCOSUL e assim favorecer a participação desses no processo de integração regional; além de desenvolver o intercâmbio e a cooperação entre as municipalidades da região (MERCOCIUDADES, 2015). Desde sua criação, a rede vem ampliando o número de cidades associadas, contando hoje com a participação de cidades da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile e Bolívia. Deve-se ressaltar que essa rede aprovou a integração de seus trabalhos com outros atores para além dos governos locais, estendendo o diálogo aos sindicatos, setores empresariais, organizações não governamentais e universidades (MERCOSUL, 2010)

2.2.3 “Espaços Oficiais”

Por fim, trataremos dos “Espaços Oficiais” que englobam a iniciativa Somos MERCOSUL e as Cúpulas Sociais do MERCOSUL. O Somos MERCOSUL, foi lançado durante a presidência pro-tempore do Uruguai, ou seja, presidência temporária do bloco exercida pelo Uruguai em 2005, devido os pedidos de maior participação nas decisões políticas do bloco feitas pela sociedade civil. Assim seu objetivo principal era envolver a sociedade civil do bloco no processo de integração a partir de novos canais de diálogo entre os governos e a sociedade civil a fim de debater, formular demandas e incidir nos processos decisórios. O programa visou o fortalecimento das dimensões sociais, culturais e políticas do bloco como um complemento aos aspectos econômicos e comerciais, na qual se concentrou a ideia inicial desse processo de integração. O Somos MERCOSUL é reconhecido pelos governos como um espaço de diálogo oficial dentro do bloco, apesar de não fazer parte do organograma do MERCOSUL, o que foi idealizado como estratégia da iniciativa para não a limitar. Segundo Martins, Albuquerque e Gomensoro (2011), a iniciativa Somos MERCOSUL é fundada em conceitos que norteiam a democracia participativa que seriam:

a Democratização, que compreende a incorporação de novos sujeitos sociais como portadores de direitos legítimos. (...) Esfera pública, que corresponde à incorporação dos fluxos de discussões e demandas geradas nos movimentos sociais, normalmente ocorridas à margem dos sistemas oficiais – a partir de dinâmicas não-institucionais ou semi-institucionais – capazes de identificar carências sociais por meio de vivências comunitárias e direcioná-las para as instituições do bloco, de sorte a incidir nos rumos da integração. Transparência, que pressupõe a visibilidade das decisões, a circulação de informações estratégicas e a discussão prévia e informada sobre o que está em jogo nas negociações dos Estados Partes. (...) Controle social, que corresponde à garantia de participação de representantes sociais em espaços institucionais e à qualificação de suas demandas coletivas nos fóruns oficiais, como as reuniões especializadas de juventude, mulheres, agricultura familiar, cooperativismo etc. (MARTINS; ALBUQUERQUE; GOMENSORO, 2011, pp. 139-140)

Para atingir suas metas, o Somos MERCOSUL desenvolveu uma estrutura de participação tripartite: governos dos países membros, organizações da sociedade civil e as instituições do MERCOSUL Foro Consultivo Econômico e Social, PARLASUL e Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL. A secretaria técnica do

programa encontra-se em Montevideu, no Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR), e a coordenação de iniciativa é composta por quatro pontos focais, estruturado pelos países membros, possuindo características próprias e específicas, que definem a agenda de ação e diálogo para o semestre. O mesmo se repete nos mecanismos de diálogo criados a partir desse programa como é o caso da Cúpula Social do MERCOSUL. Cada um destes Pontos Focais é composto pelo governo dos países membros em cooperação com os atores regionais relevantes. Em cada Ponto Focal há também um coordenador ou um responsável pela iniciativa que é, geralmente, um funcionário do governo local nomeado pelo Ministério das Relações Exteriores (NUNES, 2010).

Na Argentina, o Conselho Consultivo da Sociedade Civil (CCSS) do Ministério das Relações Exteriores é responsável pela iniciativa como Ponto Focal. Criado em 2003, o CSCC tem como função atuar como um instrumento para a articulação e participação das organizações sociais argentinas, além de difundir informação, capacitação de funcionários e apoio à organização da sociedade civil. Um fato interessante sobre a criação do CCSC é que ela ocorreu logo após a crise de 2001 na Argentina, quando houve uma ruptura entre as organizações sociais e o governo.

Inicialmente o núcleo do CCSC era composto por trinta organizações; hoje são mais de 1.300 organizações e é coordenado pela Representação Especial para a Integração e para a Participação Social (REIPS). Em virtude do grande número de temas o CSCC é dividido em 25 comissões temáticas e essas são agrupadas em seis áreas de trabalho. Uma característica peculiar da iniciativa Somos MERCOSUL na Argentina é curso virtual Todos Somos MERCOSUL que visa expandir o conhecimento dos cidadãos membros do bloco sobre a integração regional. O curso é posto em prática pelo método e-learning²⁰, tinha duração de dois meses e trata de temas da globalização com os aspectos locais e cidadãos se informem mais sobre o bloco e se aproximem da estrutura de integração regional (NUNES, 2010).

No Brasil, o Ponto Focal é a Assessoria para Assuntos Internacionais da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), que atua como interlocutor entre

²⁰ O e-learning é um modelo de ensino não presencial baseado na utilização de tecnologias informáticas e internet.

o governo e a sociedade civil, além de assessorar a presidência em suas atribuições. A SGPR também organiza conferências, seminários e outras atividades. O Somos MERCOSUL iniciou no Brasil com o projeto Encontro com o MERCOSUL, em março de 2005 que buscava a cooperação dos setores brasileiros da sociedade civil, o FCES e do Parlamento do MERCOSUL, antigo CPC, em resposta às reivindicações da sociedade civil. Assim, entre 2005 e 2006 uma série de seminários foram realizadas nas regiões Norte e Nordeste do país, por entender que a extensão continental do país dificulta a integração no processo, além da distribuição das informações. Entretanto, durante a presidência pro-tempore brasileira, em 2008, um novo programa foi pensado para aproximar o MERCOSUL do nível local e do nacional. Consequentemente, em 6 de outubro de 2008 foi lançado o Programa MERCOSUL Social e Participativo pelo presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva (Decreto-Lei N º 6.594), que é financiado pelos recursos incluídos no orçamento do SGPR, o que representou um grande avanço na integração regional, já que a maioria dos programas de iniciativa do MERCOSUL não tem previsto ou à disposição nenhum tipo financiamento público (NUNES, 2010).

No Paraguai, o Ponto Focal é a Secretaria Geral do Ministério das Relações Exteriores. Diferente dos outros países, o desenvolvimento da iniciativa no Paraguai tem sofrido problemas em virtude da desordem política, social e econômico do país. Já no Uruguai, o Ponto Focal é o Ministério das Relações Exteriores, mas a iniciativa neste país conta com o apoio do Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR), que assume a função de Secretaria Técnica do programa, além do apoio da Fundação Friedrich Ebert no Uruguai (FESUR). O Somos MERCOSUL, no Uruguai, conta com FESUR e o CEFIR, já mencionados, além de movimentos como o MERCOSUL Social e Solidário, redes, sindicatos, cooperativas, organizações feministas e outros. E diferentemente dos outros países, a iniciativa no Uruguai não é dependente do governo. Isso porque eles contam com o apoio financeiro do CEFIR o que torna a iniciativa independente e autônoma, a fim de estruturar uma agenda em conjunto com a sociedade civil e organizar seminários, conferências e workshops. Quanto ao CEFIR, ele foi fundado em 1993 pelo Grupo de Rio como Centro de Informação Europeu. Contudo, em 2006 ele passou por uma reformulação e começou a atuar como um centro de treinamento e formação para a integração regional do MERCOSUL, além de

apoiar o diálogo político com a União Europeia por meio de reuniões, seminários de pesquisa entre outros (NUNES, 2010).

O programa Somos MERCOSUL foi um importante meio para promoção de espaços de participação da sociedade civil e apoiou, em 2006, a primeira Cúpula Social do MERCOSUL, realizada pela presidência pro-tempore brasileira. Nesse sentido, a Cúpula Social como tal é inserida dentro do programa Somos MERCOSUL, por ter os mesmos objetivos finais e a estrutura muito semelhante.

Como já visto, durante a 28ª Cúpula Presidencial do MERCOSUL, que aconteceu no Paraguai no ano de 2005, Tabaré Vázquez, ex-presidente uruguaio, lançou a iniciativa Somos MERCOSUL. Tal iniciativa foi continuada pela Presidência pro-tempore da Argentina e dela surgiu a Cúpula Social do MERCOSUL que é um mecanismo de diálogo que possibilita a participação da Sociedade Civil e o acompanhamento das atividades do bloco. Desse modo, percebe-se que os governos procuraram interagir com os movimentos sociais e não os encarar como um ponto negativo. Como bem destaca Nunes:

A Cúpula Social do MERCOSUL não é uma 'contra-cúpula', mas uma reunião durante a qual se deve construir uma crítica construtiva... Uma de suas peculiaridades é que, apesar de contar com a participação do governo, ela não é uma cimeira oficial. Ela sustenta a ideia de criar um espaço de convergência entre governos, sociedades e instituições do MERCOSUL (NUNES, 2010, p. 62).

Como dito acima, a cúpula é uma atividade do programa Somos MERCOSUL e dos seus parceiros institucionais: a Comissão Permanente de Representantes do MERCOSUL, Comissão Parlamentar Conjunta e o Foro Consultivo Econômico e Social (FCES). Criada em 2006, com o objetivo de ampliar a participação da sociedade civil nos debates do bloco, promover a perspectiva política e cultural, influir na agenda política regional e aprofundar o programa Somos MERCOSUL (SANTOS, 2007). Elas ocorrem de seis em seis meses, antecedem as cúpulas presidenciais do bloco e contam com a participação de todos os países da União de Nações Sul-Americanas: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela, exceto as Guianas (MARTINS; ALBUQUERQUE; GOMENSORO, 2011).

Quanto ao seu funcionamento, as Cúpulas costumam ser divididas em quatro ou cinco momentos, dependendo do país que a sedia. Primeiramente há a abertura, geralmente em plenária, com todos os participantes. A seguir, a divisão dos participantes em Comissões/Grupos de Trabalho para elaboração de propostas específicas sobre temas relacionados aos segmentos das associações presentes e então os participantes voltam à plenária onde os relatores de cada comissão compartilham com o restante as conclusões chegadas. Depois da exposição das resoluções, forma-se uma comissão composta por um representante das associações da sociedade civil de cada país que se encontrará com todos os Presidentes dos países e lhe apresentam a síntese de propostas e posicionamentos políticos da Cúpula. E por fim, os presidentes dos países do MERCOSUL comparecem a plenária final do evento para darem uma saudação. O processo de diálogo que se estabelece dentro das Cúpulas demonstra sua importância para a participação social na região, uma vez que nem a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) possui uma iniciativa similar, tendo em vista que o acordo que a criou também prevê a instituição de mecanismos de participação da sociedade civil (BRENNAND, 2012).

Como já visto, durante a Cúpula são realizados Grupos de Trabalhos (Gts) temáticos, compostos por representantes dos governos, órgãos do MERCOSUL e organizações sociais. Eles têm como objetivo sistematizar e propor uma agenda social ao MERCOSUL e como cada edição ocorre em um país diferente, cada um dos membros do bloco possui um órgão ou departamento que se responsabiliza de sua realização. Assim, no Brasil compete à Secretaria-Geral da Presidência da República, juntamente com o Departamento do MERCOSUL do Ministério das Relações Exteriores. Já no Uruguai, o CEFIR é o órgão responsável pelas Cúpulas. Na Argentina, o Conselho Consultivo da Sociedade Civil do Ministério das Relações Exteriores é quem exerce esse papel e no Paraguai, é a própria Presidência da República. Percebe-se, assim, a semelhança na estrutura entre as Cúpulas Sociais e o Somos MERCOSUL (SANTOS, 2007).

A Cúpula não se presta ao papel de uma esfera pública regional ou transnacional, mas sim uma estrutura de oportunidades, ou seja, um novo canal, dentro do âmbito do político, para as reivindicações dos grupos, como se viu no capítulo 1.

Esse novo canal tem ampliado o número de participantes - organizações de mulheres, imigrantes, juventude, trabalhadores, pequenos empresários, cooperativas, entre outros²¹ e consequentemente os assuntos que serão tratados a fim de se formular reivindicações e colocá-las na agenda do bloco. Quanto aos setores que tais organizações representam é expressivo o número de entidades ligadas à educação, cultura, cidadania, agricultura familiar e ao movimento sindical (MARTINS; SILVA, 2011).

Segundo Martins, Albuquerque e Gomensoro (2011), dois aspectos devem ser levados em consideração quando se trata das Cúpulas Sociais. O primeiro é que elas “são fruto de uma ação conjunta em que participam – e cooperam – governos, organizações da sociedade civil e organismos oficiais do MERCOSUL” (*idem*, p. 149). Logo, se percebe nessa ação “o resultado de uma lenta mudança de cultura política que vem ocorrendo na região” (*idem*, p. 149). O outro aspecto é quanto ao caráter intersetorial da iniciativa, que reuni atores (ONGs, partidos políticos, movimentos sociais) com origem, meios de atuação, legitimidade e representação muito diferentes.

Fica claro que com o tempo o MERCOSUL não mudou seu foco da integração econômica, mas ampliou suas possibilidades de atuação e inserção regional trabalhando questões sociais e buscando aprofundar mecanismos democráticos dentro do âmbito do bloco. Salienta-se a importância desses novos mecanismos de participação social no MERCOSUL ocorrerem diretamente articulados aos Estados-membros. Assim, a participação não fica restrita a discussões entre os representantes dos Estados ou grandes setores empresariais e viabiliza uma agenda positiva dentro do processo de integração. Outro ponto que fica evidente ao analisar a evolução das questões sociais no bloco é a relação dessas mudanças institucionais com a realidade política dos países membros do bloco (MARTIN; SILVA, 2011), principalmente no que tange as mudanças que ocorrem no Brasil, que se apresenta hoje como uma liderança regional (ONUKE, OLIVEIRA, 2000). Dessa forma, ao analisar a agenda político e social no dentro do bloco, torna-se inevitável não analisar também os avanços que os países membros tiveram nessa mesma área, principalmente após a adoção de mecanismos de

²¹ lista de participantes em anexo

democracia participativa nos países do Cone Sul (MARTINS; ALBUQUERQUE; GOMENSORO, 2011).

No próximo capítulo serão apresentados os dados da pesquisa exploratória, feita a partir da análise das declarações oriundas das Cúpulas Sociais realizadas entre 2006-2013, a fim de identificar os novos atores que foram inseridos no debate do bloco, a forma de associação que as associações da sociedade civil têm utilizado sua escala de atuação e as questões que são levantadas dentro da Cúpula. Além disso, serão analisados os limites dessa participação dentro do MERCOSUL e a percepção de alguns participantes sobre a mesma.

CAPITULO 3 Associações da sociedade civil nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL: uma análise entre os anos de 2006-2013

No Brasil, uma extensa agenda de pesquisa sobre a atuação da sociedade civil e sua relação com Estado já existe; contudo, ainda há poucos trabalhos que ofereçam ferramentas teóricas capazes de lidar com o tipo de arranjo além do Estado, que caracteriza em particular o contexto do MERCOSUL. Assim o objetivo desse capítulo é realizar um mapeamento sobre a atuação das associações²² da sociedade civil dentro da Cúpula Social do MERCOSUL, buscando conhecer quem são os atores que fazem parte do debate, de que forma se associam, qual sua escala de atuação e as demandas e interesses que apresentam.

Dessa forma, para realizar a pesquisa foram utilizadas como fontes as declarações feitas pelas Cúpulas Sociais²³. Em virtude da dificuldade para acessar os dados das Cúpulas, estipulou-se que seriam analisadas apenas as declarações elaboradas pela I até a XVI Cúpula. Tendo em vista que elas ocorrem duas por ano, o intervalo de julho de 2006 até julho de 2013 gerou um número significativo de material a ser analisado. Para a análise foram pesquisados sites, normativas e documentos oficiais do bloco, além de fragmentos de entrevistas realizadas com os líderes de algumas associações²⁴ participantes das Cúpulas e a entrevista informal, ou seja, sem

²² Utilizaremos o termo associações de Warren (2001), por entender que se aplica de forma mais adequada à realidade encontrada na Cúpulas Sociais do MERCOSUL.

²³ Os resultados dessa pesquisa são oriundos da análise das declarações das Cúpulas, como mencionado na Introdução.

²⁴ Essas entrevistas fazem parte da pesquisa desenvolvida pelo Ministério da Justiça e publicada na Revista Pensando Direito, na sua 45ª edição. Apesar de ser um material disponível na internet, uma parte substancial da pesquisa se encontra no Relatório Final, que não foi publicado ainda, mas nos foi cedido gentilmente pela pesquisadora Janina Onuki.

roteiro, realizada com o Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria Geral da Presidência da República Fabrício Prado.

Sobre a pesquisa é importante ressaltar que constam como participantes apenas organizações e não indivíduos²⁵, e que apesar de participarem das Cúpulas todos os países membros da UNASUL para fins da análise serão contabilizados apenas as organizações pertencentes aos membros plenos do bloco²⁶. Alguns problemas dificultaram a pesquisa, tais como: a dificuldade no acesso de vários dados, a falta de uma ata de presença das Cúpulas²⁷, bem como a falta de definição da data, local dos eventos e pouca divulgação sobre essas informações.

3.1 Caracterização das associações participantes: formato associativo e área de atuação

A primeira edição do evento com o nome de Cúpula Social do MERCOSUL ocorreu em Brasília, em dezembro de 2006. Entretanto, costuma-se considerar o I Encontro por um MERCOSUL Produtivo e Social ocorrido no primeiro de semestre de 2006, em Córdoba-Argentina, durante a XXX Reunião de Chefes de Estado do MERCOSUL, devido suas características²⁸, como a primeira edição da Cúpula Social do MERCOSUL. Portanto, ao se considerar o evento de Córdoba como a primeira edição da Cúpula Social do MERCOSUL, tem-se as seguintes edições subsequentes: Córdoba (Argentina) e Brasília (Brasil) em 2006; Assunção (Paraguai) e Montevideu (Uruguai) em 2007; Tucumã (Argentina) e Salvador (Brasil) em 2008; Assunção e Montevideu em 2009; Isla del Cerrito, Chaco (Argentina) e Foz do Iguaçu (Brasil) em 2010; Assunção e Montevideu em 2011; e Mendoza (Argentina) e Brasília (Brasil) em 2012 e Montevideu (Uruguai) em 2013.

²⁵ Se faz necessária essa distinção porque nas assinaturas constantes nas declarações comumente surgiam assinaturas de pessoas que não representavam, ou ao menos não declaravam, nenhuma organização, o que dificultou a análise.

²⁶ Isso inclui a Venezuela. Mesmo tendo se tornado membro pleno do MERCOSUL apenas em 2012, a pesquisa contabilizou todas as organizações que participaram das Cúpulas desde julho de 2006.

²⁷ A pesquisa se baseou nas associações participantes que assinaram as declarações, mas é possível que mais organizações tenham participado das edições estudadas.

²⁸ A referida Cúpula apresentou na sua edição os cinco momentos que compõe a Cúpula Social, apresentados na p. 66.

As Cúpulas Sociais costumam ter a presença de centenas de participantes. As edições realizadas na Argentina tiveram em cada uma de setecentas a mil pessoas, sendo que as últimas edições realizadas no Paraguai e Uruguai contaram com a presença de aproximadamente 300 pessoas cada (BRENAND, 2012). A seguir será apresentada uma tabela com o universo absoluto de associações que firmaram as declarações finais das 13 Cúpulas estudadas.

Tabela 1 – Associações participantes das Cúpulas Sociais do MERCOSUL de acordo com sua origem – universo absoluto²⁹.

	ANO	Argentina	Brasil	Para guai	Uruguai	Vene zuela	Regio nal**	Interna cional*	Total
MONTEVIDEO	2006.1	11	6	1	3	3	6	0	32
BRASILIA	2006.2	11	64	3	9	11	14	0	112
MONTEVIDEO	2007.2	29	22	4	5	0	17	4	81
SALVADOR	2008.1	17	3	1	1	0	0	0	22
TUCUMAN	2008.2	24	67	10	15	11	13	0	140
ASSUNÇÃO	2009.1	8	25	3	2	1	0	0	39
MONTEVIDEO	2009.2	7	9	3	3	2	1	0	22
F. DO IGUAÇU	2010.1	51	2	27	44	0	0	0	13
CHACO	2010.2	52	14	8	10	0	0	0	84
ASSUNÇÃO	2011.1	21	1	14	5	0	0	0	41
MONTEVIDEO	2011.2	185	1	29	49	0	0	0	45
MENDONZA	2012.1	190	0	31	42	0	1	0	45
MONTEVIDEO	2013.1	30	16	11	39	12	9	0	117
		638	230	145	227	40	61	4	793

Fonte: elaborado pela própria autora

* entende-se por Internacional toda associação que atue em escala mundial

** entende-se por Regional toda associação que atue no nível latino-americano

A próxima tabela apresenta o número de participantes das 13 Cúpulas, mas sem as presenças genéricas³⁰.

²⁹ Nessa tabela se fez a soma de todas as assinaturas contabilizadas por ano, contabilizando também as ONG's que assinaram de forma genérica, sem mencionar o nome da associação, por exemplo, 150 ONG's argentinas

³⁰ não foram contabilizadas as associações que exemplificam a nota acima.

TABELA 2 - Associações participantes das Cúpulas Sociais do MERCOSUL de acordo com sua origem.

		Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Regional	Interna cional	Total
MONTEVIDEO	2006.1	13	6	1	3	3	6	0	32
BRASILIA	2006.2	11	64	3	9	11	14	0	112
MONTEVIDEO	2007.2	29	22	4	5	0	17	4	81
SALVADOR	2008.1	17	3	1	1	0	0	0	22
TUCUMAN	2008.2	24	67	10	15	11	13	0	140
ASSUNÇÃO	2009.1	8	25	3	2	1	0	0	39
MONTEVIDEO	2009.2	7	9	3	3	2	1	0	22
F. DO IGUAÇU	2010.1	5	2	2	4	0	0	0	13
CHACO	2010.2	52	14	8	10	0	0	0	84
ASSUNÇÃO	2011.1	21	1	14	5	0	0	0	41
MONTEVIDEO	2011.2	32	1	4	8	0	0	0	45
MENDONZA	2012.1	37	0	6	1	0	1	0	45
MONTEVIDEO	2013.1	30	16	11	39	12	9	0	117
		286	230	70	105	40	61	4	793

Fonte: elaborado pela própria autora

Ao analisar os dados, observa-se que não há uma continuidade na presença das associações que assinam as declarações.

TABELA 3 – Assiduidade das associações no total das 13 Cúpulas analisadas.

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
Duas vezes	24	36 ^{''}	7	14	9
Três vezes	10	8	0	0	3 ^{'''}
Quatro vezes	1	3	0	1	0
Mais de cinco vezes	4	4	2	3	0

Fonte: elaborado pela própria autora

Apesar de a Argentina ter um número maior de participantes, o Brasil superou a Argentina quanto à assiduidade, conforme a tabela. Já o Uruguai e o Paraguai, além de possuírem um número inferior de participantes, também não apresentam um nível de continuidade de suas organizações. Das 286 entidades argentinas que compareceram nas Cúpulas, apenas 4 foram a mais de 5 eventos, sendo elas: a Universidade de Buenos Aires (UBA), o Conselho Consultivo da Sociedade Civil (CCSC), o

Confederação Geral do Trabalho (CGT) e a Central de Trabalhadores da Argentina (CTA).

Com a mesma quantidade de participantes que participaram mais de cinco vezes nas Cúpulas está o Brasil. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Força Sindical e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). O Uruguai apresenta 3 organizações que tenham firmado as declarações finais do Evento mais de 5 vezes, são a Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT), Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR) e a Organização de Universitários e Técnicos Afrodescendentes (UAFRO). E por fim, o Paraguai possui apenas 2 organizações que estiveram presente mais de 5 vezes: Central Unitária de Trabalhadores (CUT) e a Central Unitária de Trabalhadores Autêntica (CUTA). Percebe-se que os sindicatos e associações de empregados são mais organizados e apresentam, diferente da maior parte dos participantes das Cúpulas, uma continuidade na participação e também nas propostas apresentadas.

A questão da rotatividade dos participantes das Cúpulas já foi observada pela sociedade civil e o governo brasileiro até mesmo dentro das reuniões do Programa MERCOSUL Social e Participativo (PMSP). Conforme as entrevistas concedidas à pesquisa (VENTURA et al., 2012) participam, atualmente, das reuniões do PMSP apenas 30 organizações. Isso porque ou elas não compareciam ou iam de forma intercalada. Dessa forma, o próprio governo, a fim de diminuir os custos das reuniões, resolveu convocar somente as organizações que tem uma presença constante e aumentou o número de encontros do Ponto Focal³¹ a fim de organizar uma agenda comum entre todas as organizações e o governo.

Ainda sobre essas duas tabelas que tratam sobre o número de participante por país e a assiduidade dessas organizações é importante ressaltar que os dois países que possui maior número de participantes e associações que mais participam também são as que apresentam um Ponto Focal bem estruturado, logo é possível concluir a importância da organização do governo em fomentar na sociedade a participação nos assuntos do bloco.

³¹ Vide página 61.

Para facilitar à análise dos participantes das edições da Cúpula Social do MERCOSUL as organizações foram primeiramente divididas em 18 categorias segundo sua área de atuação. São elas: Afrodescentes³², Agricultura Familiar e Economia Solidária³³, Ambiente³⁴, Comunicação³⁵, Cultura³⁶, Direitos Humanos, Direitos Reprodutivos e Sexuais³⁷, Educação³⁸, Indígenas³⁹, Integração Regional⁴⁰, Mulheres, Pesquisa e Capacitação⁴¹, Política⁴², Portadores de Necessidades, Religião⁴³, Trabalho: Empregadores⁴⁴, Trabalho: Empregados⁴⁵ e outros⁴⁶. A seguir serão apresentadas uma tabela com o número total de participantes divididos conforme a área de atuação e outra com o número de participantes segundo a área de atuação por país.

³² Ligados a movimentos negros.

³³ Engloba associações rurais que trabalham com agricultura familiar e economia solidária.

³⁴ Associações relacionadas com questões ambientais.

³⁵ meios de comunicação como rádios e televisões.

³⁶ associações que incentivam e promovem cultura.

³⁷ Exemplos das associações que formam essa categoria são os de homossexuais e transtênicos

³⁸ Associações que trabalham com educação, como universidades, escolas, entre outros.

³⁹ associações de índios e povos originais.

⁴⁰ Estão nessa categoria, além de associações que promovem a integração dos povos, órgãos oficiais tanto dos Estados-nacionais como do MERCOSUL. Nessa categoria não se levou em consideração o assunto que cada órgão trabalha, mas sim sua vinculação com o aparelho estatal ou estrutura institucional do bloco.

⁴¹ Fazem parte dessa categoria institutos de pesquisa e capacitação profissional.

⁴² Fazem parte dessa categoria partidos políticos e movimentos políticos.

⁴³ É composta por igrejas ou associações religiosas.

⁴⁴ Associações que reúnem profissionais liberais, indústrias, empresas de grande, pequeno e médio porte.

⁴⁵ Engloba associações de trabalhadores, como: sindicatos, associação de aposentados, entre outros.

⁴⁶ Associações que não se enquadravam nas áreas estipuladas, que não foi possível averiguar qual sua área de atuação ou que englobavam mais de uma área de atuação.

TABELA 4 – Associações participantes nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL entre os anos de 2006-2013, de acordo com a área de atuação.

AREA DE ATUAÇÃO	Nº
AFRODESCENDENTES	20
AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA	24
AMBIENTE	11
COMUNICAÇÃO	31
CULTURA	20
DIREITOS HUMANOS	66
DIREITOS REPRODUTIVOS E SEXUAIS	9
EDUCAÇÃO	34
ÍNDIGENAS	7
INTEGRAÇÃO REGIONAL	96
MULHERES	23
PESQUISA E CAPACITAÇÃO	30
POLÍTICA	13
PORTADORES DE NECESSIDADES	11
RELIGIÃO	12
TRABALHO: EMPREGADORES	30
TRABALHO: EMPREGADOS	35
OUTROS	62

Fonte: elaborado pela própria autora

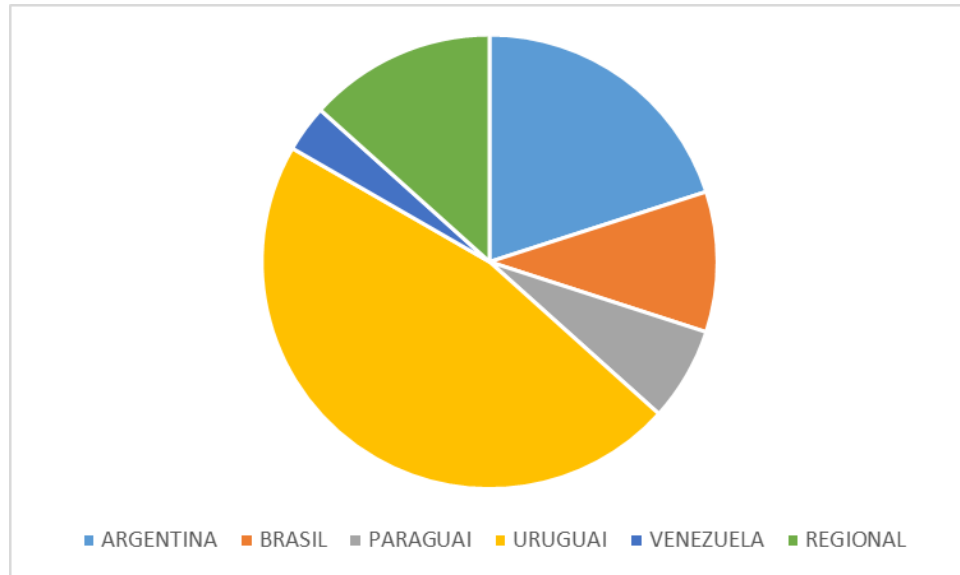
TABELA 5 – Associações participantes nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL entre os anos de 2006-2013, de acordo com a área de atuação por país.

ÁREA DE ATUAÇÃO	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	VENEZUELA	REGIONAL	INTERNACIONAL
AFRODESCENDENTES	5	8	1	4	2	0	0
AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA	11	8	2	3	0	0	0
AMBIENTE	3	3	3	1	0	1	0
COMUNICAÇÃO	12	6	4	4	5	0	0
CULTURA	4	10	5	1	0	0	0
DIREITOS HUMANOS	41	17	2	1	1	4	1
DIREITOS REPRODUTIVOS E SEXUAIS	5	2	0	1	1	0	0
EDUCAÇÃO	10	14	0	3	3	4	0
ÍNDIGENAS	2	1	3	0	0	1	0
INTEGRAÇÃO REGIONAL	49	13	8	6	5	15	0
MULHERES	5	9	1	5	2	1	0
PESQUISA E CAPACITAÇÃO	4	16	0	7	1	2	0
POLÍTICA	7	2	2	0	2	0	0
PORTADORES DE NECESSIDADES	7	0	1	3	0	0	0
RELIGIÃO	2	5	1	0	0	3	1
TRABALHO: EMPREGADORES	6	3	2	14	1	4	0
TRABALHO: EMPREGADOS	9	13	5	3	1	4	0
OUTROS	21	8	12	12	2	7	2

Fonte: elaborado pela própria autora

A seguir serão destacados alguns dados que devem ser considerados em virtude da discrepância do número de participantes entre os países. Essa análise trata das associações formadas por profissionais liberais/micro e pequenas empresas/indústrias, igreja, meios de comunicação, educação, pesquisa/capacitação e órgãos estatais.

GRÁFICO 1 – Participação de associações de empregadores nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL entre 2006-2013.



Fonte: elaborado pela própria autora

Das 30 associações que participaram das 13 cúpulas estudadas 4 foram de organizações regionais, 6 da Argentina, 3 do Brasil, 2 do Paraguai, 1 da Venezuela e 14 organizações do Uruguai. São elas: “Asociación Nacional de Micro y Pequeña Empresa” (ANMYPE), Antel, Centro Comercial e Industrial de Santa Lucia, Centro Industrial de Panaderos, Confederación Empresarial del Uruguay, Empresarial BPS, Parque Industrial del Cerro, Confederación Mipymes, Dirección Nacional de Artesanías, pequeñas y medianas empresas (DINAPYME), Asociación de Cooperativas de Ahorro y Crédito (ACAC), FUNDASOL, República Microfianzas e Unidad Mypes.

No que tange à participação de associações de empregados, o número total não difere muito do de associações de empregadores. Participaram durante as Cúpulas estudadas 35 associações. Entretanto, a lógica de participação por países é inversamente proporcional. Assim, participaram ao total 1 associação venezuelana, 3 uruguaias, 5 paraguais, 9 argentinas e 13 brasileiras.

Quanto às entidades religiosas compareceram em 4 das 13 Cúpulas estudadas: Dezembro de 2006, Dezembro de 2007, Dezembro de 2008 e Julho de 2009.

Assinaram as declarações das Cúpulas no total 12 organizações sendo 1 em nível internacional, 3 em nível regional, 2 argentina, 1 paraguai e 5 brasileiras. Diferentemente do que aconteceu no Fórum Mundial Social (FMS), onde as organizações baseadas na fé tiveram grande participação; principalmente, as católicas e em especial a Comissão Brasileira de Justiça e Paz que estava entre as entidades que organizaram a primeira edição do FMS e as demais ocorridas no Brasil (FRUTUOSO, 2013) a igreja não possui uma participação muito ativa nas Cúpulas. Apesar disso, entre as entidades que participaram, o Brasil mostra-se mais ativo entre eles.

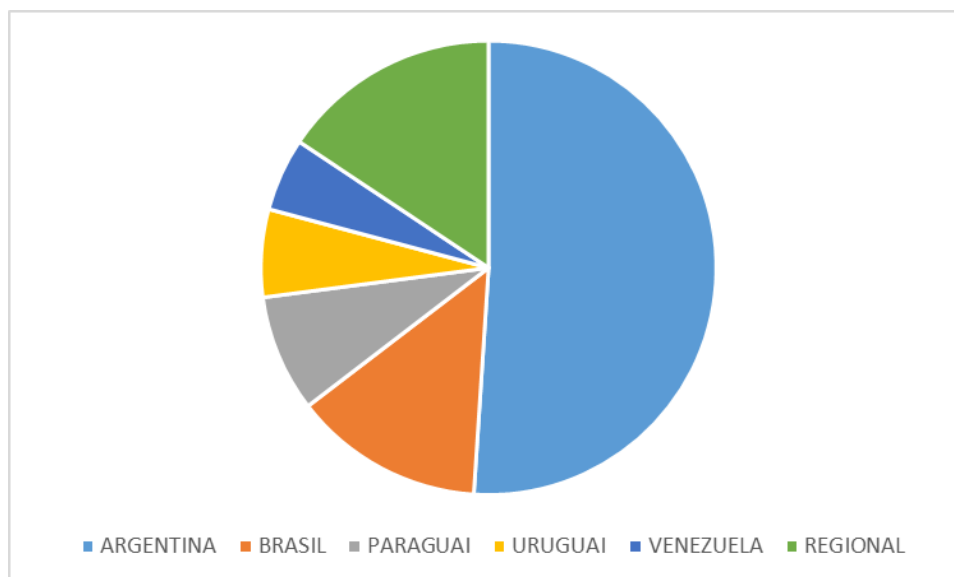
Já os meios de comunicação, Educação e Pesquisa/Capacitação apresentam uma disparidade entre os países. Quanto aos meios de comunicação, 28 associações ao total firmaram as declarações das cúpulas estudadas, entre eles rádios, emissoras de televisão, jornais, revistas e associações⁴⁷. Desse número total, 12 eram da Argentina, sendo a maioria rádios. Sobre as associações que trabalham com Educação⁴⁸ e com Pesquisa e capacitação, nos dois casos o Brasil é o país com o maior número de participantes 15 e 18 respectivamente. Seguido na Educação pela Argentina com 8 organizações e pelo Uruguai na categoria Pesquisa - Capacitação com 7 institutos, entre eles o CEFIR.

Já foi mencionado que as Cúpulas são fruto da necessidade de interação e diálogos entre o MERCOSUL, os governos locais e a sociedade civil. Dessa forma, é de se esperar que órgãos dos governos estejam entre os participantes. Entretanto, ao analisar as declarações foi possível perceber que há um desnível considerável na participação desses órgãos entre os países. Dos 96 participantes da categoria Integração Regional, 12 são do MERCOSUL, 5 da Venezuela, 6 do Uruguai, 8 do Paraguai, 13 do Brasil e 49 da Argentina.

⁴⁷ Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC) e Associação Brasileira de Empresas e empreendedores da comunicação (ALTERCOM)

⁴⁸ Sendo elas associação de educadores, movimento estudantil, conselhos de educação, foruns de educação e universidades.

GRÁFICO 2 - Participação de associações envolvidas com a Integração Regional nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL nos anos de 2006-2013.



Fonte: elaborado pela própria autora

A Cúpula também incentivou a juventude à participação e tem ampliado a participação de movimentos que buscam a igualdade de gênero e seguridade social. De acordo com Martins e Silva (2011):

é possível que o Mercosul evolua para a constituição de um sistema regional de proteção social, que complementaria as políticas nacionais direcionadas para a redução do grau de vulnerabilidade dos cidadãos frente às carências sociais ainda existentes nos países da região. Segundo essa concepção, o Mercosul passa a ter responsabilidades sobre a provisão de serviços e bens considerados direitos de cidadania – educação, saúde, renda, moradia e segurança física –, que deixam de constituir-se como obrigação exclusiva dos Estados nacionais (2011, p. 71).

Quanto ao formato associativo (nessa pesquisa se respeitou a nomenclatura dada pelas organizações quanto a sua forma de associação) às associações que participam das Cúpulas Sociais foram divididas em 18 categorias, são elas: Associação⁴⁹, Central, (Con)Federação, Cooperativas, Empresas/associações de

⁴⁹ Se manteve essa categoria de formato associativo, apesar da redundância, porque a maior parte das associações que usam essa nomenclatura são da Argentina. Apesar de ser possível supor que as tais “asociaciones civiles” assemelhem-se as organizações não-governamentais, não seria possível se valer

empregados⁵⁰, Fórum, Fundação, Instituto e Centro de Estudo, Movimentos Sociais, ONG, Órgão Oficiais (nacionais e transnacionais), Partido Político, Rádios/Jornais, Rede/Aliança, Sindicato/Associação de empregados⁵¹, União, Universidade e outros⁵². A seguir serão apresentadas uma tabela com o número total de participantes divididos conforme o formato associativo e outra com o número de participantes segundo o seu formato associativo por país.

TABELA 6 - Associações participantes nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL entre os anos de 2006-2013, de acordo com o formato associativo.

FOMATO ASSOCIATIVO	Nº
ASSOCIAÇÃO	50
CENTRAL	4
(CON)FEDERAÇÃO	17
COOPERATIVAS	6
EMPRESAS/ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADORES	34
FORUM	14
FUNDAÇÃO	12
INSTITUTOS E CENTROS DE ESTUDO	32
MOVIMENTOS SOCIAIS	18
ONG	14
ORGÃOS OFICIAIS (NACIONAIS E TRANSNACIONAIS)	100
PARTIDO POLITICO	4
RÁDIOS/JORNAIS	30
REDE/ALIANÇA	28
SINDICATO/ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS	30
UNIÃO	16
UNIVERSIDADE	13
OUTROS	107

Fonte: elaborado pela própria autora

desse tipo de suposição na pesquisa; uma vez que as declarações fazem menção de ONG's argentinas de forma genérica. Assim adotou-se a nomenclatura adotada pela própria instituição para categorizar a forma associativa das associações participantes das Cúpulas Sociais do MERCOSUL.

⁵⁰ o mundo do “trabalho” entra pouco no conceito de sociedade civil “hegemônico”. Por isso na categoria formato associativo, preservou-se uma certa dicotomia que reflete esses interesses conflitantes.

⁵² Associações que não se enquadravam nos formatos associativos estipuladas ou que não foi possível averiguar seu formato.

TABELA 7 - Associações participantes nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL entre os anos de 2006-2013, de acordo com o formato associativo por país.

FORMATO ASSOCIATIVO	ARGENTINA	BRA SIL	PARA GUAÍ	URU GUAÍ	VE NE ZUELA	REGIO NAL	INTERNA CIONAL
ASSOCIAÇÃO	28	8	5	9	0	0	0
CENTRAL	0	4	0	0	0	0	0
(CON)FEDERAÇÃO	3	8	3	1	1	0	1
COOPERATIVAS	6	0	0	0	0	0	0
EMPRESAS/ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADORES	7	6	2	14	1	4	0
FORUM	3	11	0	0	0	0	0
FUNDAÇÃO	9	2	0	1	0	0	0
INSTITUTOS E CENTROS DE ESTUDO	1	21	0	7	1	2	0
MOVIMENTOS SOCIAIS	9	4	2	2	1	0	0
ONG	6	3	2	2	1	0	0
ORGÃOS OFICIAIS	47	5	14	12	9	13	0
PARTIDO POLITICO	2	1	1	0	0	0	0
RÁDIOS/JORNAIS	11	2	7	5	5	0	0
REDE/ALIANÇA	7	10	2	1	3	4	2
SINDICATO/ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS	8	11	5	2	1	3	0
UNIÃO	4	8	3	1	0	0	0
UNIVERSIDADE	7	2	0	0	2	2	0
OUTROS	32	28	16	17	4	10	1

Fonte: elaborado pela própria autora

Apesar de não constar nas tabelas a cima, o formato associativo mais presente nas Cúpulas são as ONGs⁵³. A partir da Cúpula de Montevideu que ocorreu no segundo semestre de 2011, é notório o aumento de sua participação nas declarações. Entretanto, sua assinatura é genérica, ou seja, consta na declaração que “estiveram presentes 153 ONGs argentinas”, por isso não há sua contabilização nos dados da pesquisa. A seguir estão os órgãos oficiais com 100 participantes e as associações com 50 participantes. Seguido das empresas/associações de empregadores com 34

⁵³ Além das 14 vezes que aparece na tabela 6, as ONG'S são mencionadas 552 vezes, mas de forma genérica.

participantes, institutos e centros de pesquisa com 32 participantes, sindicatos/associação de empregados com 30 participantes.

Entre os participantes também se encontra organizações tradicionais como sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais. Entretanto, movimentos sociais importantes por sua trajetória não se fizeram presente em nenhuma das Cúpulas estudadas, exemplo é o Movimento dos Sem Terra.

Conforme Brennand (2012), as Cúpulas Sociais do MERCOSUL conseguiram com o passar do tempo abranger um leque amplo de organizações e movimentos sociais “em suas diferentes trajetórias, escolas e matrizes, em que estão presentes a articulação do movimento sindical, LGBT, agricultura familiar, educação popular, passando até mesmo por novas temáticas, como as tecnologias sociais e do software livre” (*idem*, p. 42). Segundo Martins e Silva:

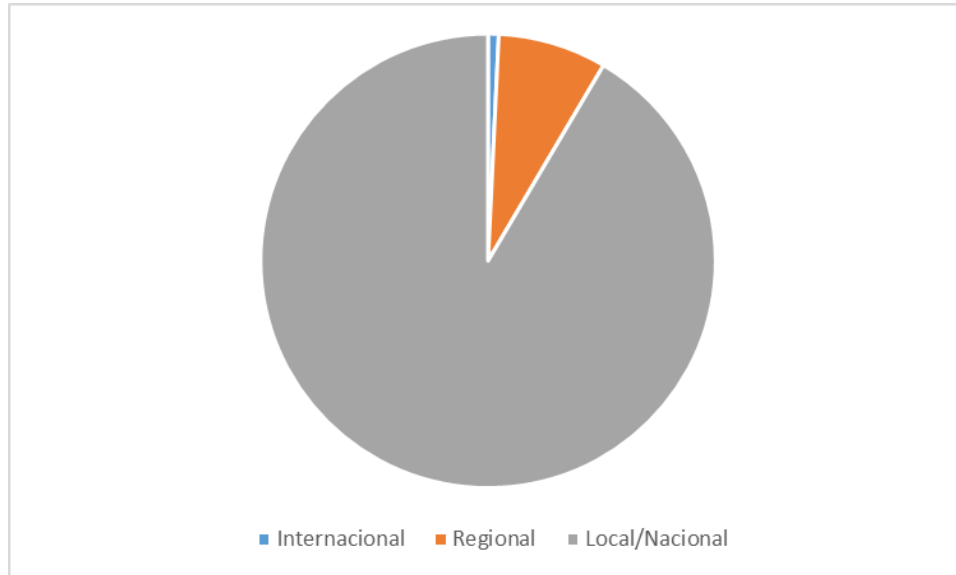
a participação da sociedade civil tem permitido que centrais sindicais, redes e plataformas regionais de setores, como a agricultura familiar, as pastorais sociais, as cooperativas, os pequenos e médios empresários, a economia solidária, os direitos humanos, as mulheres, a juventude, o movimento negro, o meio ambiente, a saúde, a educação e cultura, entre outros, adquiram um peso relativo maior nas discussões sobre os destinos do bloco (MARTINS; SILVA, p. 65).

3.2 Local, nacional ou transnacional? A escala de atuação

No que tange a escala de atuação é possível perceber pelo gráfico abaixo que as organizações que se reúnem na Cúpula são majoritariamente locais/nacionais⁵⁴, sem grande intervenção de redes transnacionais de movimentos sociais ou ONGs.

⁵⁴ Não foi possível distinguir em todas as associações estudadas as escalas de atuação local e nacional, por isso criou-se a categoria local/nacional.

GRÁFICO 3 – Escala de atuação das associações participantes nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL entre os anos de 2006-2013.



Fonte: elaborado pela própria autora

Das 793 organizações que firmam as declarações das Cúpulas desde julho de 2006 até julho de 2013, apenas 4 eram internacionais, 61 regionais, sendo essa maioria órgãos do próprio MERCOSUL, tais como: Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, Fórum Universitário do MERCOSUL, Rede Mercocidades, Mesa Permanente Economia Social Solidária do MERCOSUL, Observatório de Políticas Públicas de Direitos Humanos no MERCOSUL, entre outros.

Apesar da atuação nacional dos participantes das Cúpulas e dos mecanismos de participação social, o MERCOSUL fomenta a interação transnacional dessas associações, utilizando-se da Cúpula como meio de absorver novas ideias e assim pressionar os governos locais ou então a usando como um trampolim que permite levar ideias e políticas do local para o regional. Esse tipo de estratégia também aparece nos trabalhos de Von Büllow.

Nessa perspectiva, Tarrow (2009) trabalha a interação da sociedade civil nacional e transnacional atuante nos Direitos Humanos e identificou quatro tipos diferentes de processos. O primeiro tipo é a internalização, que ocorre quando

campanhas de ação local ou nacional são construídas em torno de questões com visibilidade externa, como por exemplo, a inserção de normas internacionais nas políticas internas, o segundo processo é a externalização que se dá quando a sociedade civil local faz uso de oportunidades políticas proporcionadas por instituições internacionais ou outras ações de política externa. O terceiro é a transnacionalização, quando atores locais cooperam em ações além de suas fronteiras. E por fim o processo de formação de coalizão dos de dentro/dos de fora⁵⁵ que ocorre quando “as oportunidades nacionais e internacionais estão relativamente abertas e ativistas nacionais privilegiam as oportunidades políticas nacionais, porém mantêm o ativismo internacional como opção complementar e compensatória” (TARROW, 2009, p. 157).

Dessa forma, conforme Von Büllow (2012), o MERCOSUL possibilita formação de coalizões dos de dentro/dos de fora ou efeito bumerangue quando “organizações domésticas se valem de uma instância regional de cuja construção participaram para pressionar seu governo” (VON BÜLLOW, 2012, p. 240) e a transnacionalização ou efeito Trampolim quando diante de uma estrutura de oportunidade política doméstica, a organização local utiliza-se de instituições regionais para ampliar e fortalecer alianças internacionais e exportar políticas públicas.

A agricultura familiar⁵⁶ é um bom exemplo desse fenômeno. O setor no MERCOSUL é constituído por cerca de 20 milhões de pessoas. O Acordo sobre Bases para o Reconhecimento e Identificação da Agricultura Familiar no MERCOSUL de 2007 estabeleceu critérios comuns para a definição da agricultura familiar nos países do bloco. Por meio dessa identificação, é possível a implementação de políticas específicas para o setor. Além disso, estão sendo implantados os registros nacionais da agricultura familiar em todos os países do bloco, o que possibilita que os governos cadastrem as famílias da agricultura familiar. Até o surgimento da Reunião Especializada da Agricultura Familiar do bloco apenas o Brasil e o Chile contavam com este tipo de instrumento. Em 2010, 40% do universo da agricultura familiar do

⁵⁵ Nesse último caso o autor faz referência ao pioneiro trabalho de Keck e Sikkink (1998).

⁵⁶ Considera-se Agricultura Familiar, segundo os critérios adotados pelo Acordo sobre Bases para o Reconhecimento e Identificação da Agricultura Familiar no Mercosul, a mão de obra preponderantemente familiar, residência no próprio estabelecimento, com utilização de recursos produtivos em termos compatíveis com a capacidade de trabalho da família (REAF, 2007)

MERCOSUL já foram registrados e têm se beneficiado das políticas públicas específicas destinadas ao setor. Outro destaque foi à criação, em 2008, do Fundo da Agricultura Familiar (FAF). Assim como acontece nos outros fundos existentes no bloco, as contribuições são proporcionais ao tamanho das economias dos países. Dessa forma, cabe ao Brasil a maior parcela, 60%, no caso do FAF (MARTINS; SILVA, 2011).

3.3 Agenda política e social: as demandas levantadas pelas associações nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL

Com o aumento de participantes há, consequentemente, o alargamento dos assuntos que serão tratados, a fim de se formular reivindicações e colocá-las na agenda do bloco. Para Martins e Silva (2011), os espaços de participação social “fortalecem a institucionalidade democrática do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)”. Do ponto de vista institucional, e a partir das proposições feitas pelas associações da sociedade civil foram criados o Foro Consultivo de Municípios; Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL; o Comitê de Municípios, a realização de reuniões especializadas da juventude do MERCOSUL; a Unidade de Participação Social do MERCOSUL; e a Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais (CCMAS) do MERCOSUL, composta por um ministro por país.

A criação desses espaços de diálogos tem possibilitado a implantação, inclusive, de políticas sociais articuladas pelos países integrantes do bloco. Um exemplo da atuação da CCMAS é o processo de construção do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), proposta elaborada pela sociedade civil em Córdoba, em 2006, que consiste em um plano que define diretrizes a serem seguidas e, possivelmente, metas sociais a serem alcançadas pelo conjunto dos Estados partes do bloco (MARTINS; SILVA, 2011).

Outro exemplo do crescimento dos assuntos sociais na agenda do MERCOSUL é a criação em 2009 do Instituto Social do MERCOSUL (ISM), sediado no Paraguai, e a criação da função do Alto Representante do MERCOSUL, cujo primeiro titular foi o Embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães, substituído, em agosto de 2012, pelo também brasileiro Ivan Ramalho, que havia sido Secretário-Executivo do Ministério

do Desenvolvimento, Indústria e Comércio durante o governo Lula. Conforme Brennand (2012, p. 38) esses avanços “comprovam a incorporação na agenda política da integração regional rumo a uma abordagem mais ampla do MERCOSUL, extrapolando as anteriores agendas pautadas, quase que exclusivamente, pelas questões comerciais e, agora, incorporando os temas sociais”.

Menos institucionais que as questões apresentadas à cima, assuntos como saúde, educação e projetos para micro e pequenos empresários também tem sido levado à discussão. Assim, houve avanços quanto à circulação de produtos de assistência à saúde e desde 2007, grupos de trabalho entre Brasil e Uruguai foram criados nas zonas de fronteira a fim de garantir o acesso à saúde pública às populações dessas áreas. Dessa forma, cidadãos brasileiros e uruguaios que residam nas cidades brasileiras Chuí, Santa Vitória do Palmar, Balneário Hermenegildo, Barra do Chuí, Jaguarão, Aceguá, Santana do Livramento e Quaraí e nas cidades uruguaias Chuy, 18 de Julio, Barra do Chuy, La Coronilla, Río Branco, Aceguá, Rivera, Artigas e Bella Unión terão a possibilidade de, quando necessário, serem atendidos na cidade vizinha evitando deslocamentos até unidades de referências nacionais mais distantes. Por exemplo, os pacientes brasileiros que moram em Quaraí que necessitam de procedimentos de hemodiálise podem ser atendidos em Artigas, no Uruguai.

Um dos setores com avanços consideráveis é a educação (MARTINS; SILVA, 2011). Os temas centrais são: o ensino obrigatório dos idiomas espanhol e português, o reconhecimento dos diplomas universitários, a mobilidade de alunos e professores, o estímulo à pesquisa, o incentivo à leitura, a criação de bibliotecas, o intercâmbio entre cursos de pós-graduação e a capacitação de funcionários públicos para atuação no MERCOSUL. Como respostas a tais demandas, o MERCOSUL estabeleceu no plano do setor educacional 2011-2015 cinco diretrizes de atuação:

- (1) contribuir para a integração regional por meio de acordos e da execução de políticas educacionais que promovam a cidadania regional e uma cultura de paz e respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente;
- (2) promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo;
- (3) promover a cooperação solidária e o intercâmbio para a melhoria dos sistemas educacionais;
- (4) implantar e fortalecer programas de mobilidade de estudantes, docentes, pesquisadores, gestores, diretores e profissionais da educação;
- (5) negociar políticas que articulem a educação ao processo de integração (MERCOSUL, 2011).

Além disso, o bloco instituiu a obrigatoriedade do ensino do espanhol nas escolas brasileiras desde 2010 e a criação, pelo governo brasileiro, em 2009 Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), onde em seu quadro de docentes e discentes a metade são brasileiros e a outra, é composta por nacionais de outros países latinos. A UNILA se localiza em Foz do Iguaçu (PR) e tem como alvo os estudantes das cidades fronteiriças do Brasil, da Argentina e do Paraguai. Outro avanço na educação foi a implementação do Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos de Graduação (MEXA).

O MEXA tem como objetivo validar os títulos de grau universitário no âmbito do MERCOSUL, o que contribui para facilitar a mobilidade de pessoas entre os países da Região e melhorar a qualidade da educação pela relação entre os processos de formação em termos de qualidade acadêmica. Conforme os princípios gerais do Memorando de Entendimento, participam do MEXA somente as Instituições de Educação Superior reconhecidas pelo país de origem e habilitadas a outorgar títulos universitários ou equivalentes de acordo com a sua legislação interna. A adesão destas instituições ao processo de acreditação é voluntária. Os Ministros de Educação dos Estados Partes e Associados acordaram que ao fim da fase experimental do Mecanismo os cursos acreditados pelo MEXA serão reconhecidos por todos eles. Ou seja, terão validade em todos os países membros do bloco. Foi estipulado ainda que o reconhecimento acadêmico dos títulos de grau universitário concedido em virtude do MEXA tem caráter exclusivamente acadêmico, não possibilitando o direito ao exercício profissional (ANDRÉS. 2009).

3.4 Limites da participação e Percepção dos participantes

Apesar dos avanços no que se refere à participação das organizações da sociedade no MERCOSUL, muito ainda deve ser pensando sobre sua efetividade e eficiência. Alguns pontos foram analisados por Alemany, Leandro (2006) e Santos (2007) consistem basicamente na falta de informação e transparência.

Ao analisar os sites e documentos disponibilizados pelo bloco, fica clara a dificuldade em acessar as informações produzidas nos espaços institucionais do MERCOSUL, pois não há um único site ou portal que centralize os documentos produzidos pelos órgãos existentes, como atas de reuniões, documentos, recomendações, materiais publicados, declarações, entre outros. A página oficial do bloco limita-se a incorporar deliberações e normativas dos órgãos principais. Em 2008, a Secretaria do MERCOSUL publicou uma convocatória para se criar um projeto de reestruturação do portal oficial, visando à melhoria externa, mas também interna do portal (SECRETARIA DO MERCOSUL, 2008). Entretanto, essa modificação ainda não foi realizada e os poucos documentos e anexos encontrados estão em sites esparsos de programas, reuniões especializadas e no site das presidências pro-tempore, que também não apresentam qualquer padronização na forma, nem coerência no conteúdo. Segundo Soligo (2010, p. 51):

As páginas das Presidências Pro-tempore encontram-se nos sites dos Ministérios das Relações Exteriores de cada país, e não seguem qualquer padrão. Diversas informações, como a normativa do MERCOSUL, são neles repetidas, inexistindo uma relação de complementaridade, mas sim, de concorrência, com o portal oficial.

Apesar da previsão de um plano para o fortalecimento institucional do bloco, o que incluiria a melhoria na comunicação, feito pelo atual programa de trabalho da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), não existe até então uma política no bloco que regule a comunicação dos seus órgãos institucionais. A maioria deles, inclusive aqueles com poder decisório, não possui páginas individualizadas. A exceção a essa máxima são as páginas da Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL e da Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL, que disponibilizam agendas e atas das reuniões, bem como o subgrupo que trata da saúde, que também possui um site. E esse não é atualizado desde 2006, sendo que o mesmo acontece com o site do SOMOS MERCOSUL.

A falta de informações e transparência limita a participação de organizações que não sejam especializadas e engajadas nos temas do MERCOSUL, mas que ainda assim poderiam contribuir para o processo de integração. Ainda sobre a participação,

uma vez que cada órgão pode ter uma lógica de participação própria e diferente, muitos espaços possuem uma representação de empresários e sindicatos significativamente maior do que de outros atores sociais. Outros problemas que também se constata é a elitização da representação e o caráter meramente recomendatório/propositivo da participação cidadã, que acaba à mercê da vontade dos órgãos de representação intergovernamental. Por fim, a participação sofre limitações pela ausência de um orçamento que a viabilize e dê seguimento, como também de uma secretaria administrativa que a organize e estabelece critérios para a participação.

Por meio das entrevistas cedidas por Onuki (VENTURA et al., 2012) foi possível analisar como algumas associações percebem sua participação na Cúpula Social do MERCOSUL. As questões versavam sobre o Programa MERCOSUL Social e Participativo⁵⁷ e as Cúpulas Sociais do MERCOSUL. Quando perguntados sobre a efetividade do programa, ou seja, se ele cumpria com sua finalidade de “divulgar as políticas, prioridades, propostas em negociação e outras iniciativas do Governo brasileiro relacionadas ao MERCOSUL” (BRASIL, 2008), o Entrevistado 1 relata que o programa organiza as reuniões, entretanto “deixa muito a desejar; este ano, por exemplo, somente houve uma reunião com todos os participantes” (VENTURA et al., 2012, p. 82). Já para o Entrevistado 2 a grande questão é que “as informações são sobre temas que o governo traz como seus pontos da agenda. O PMSP está melhorando agora que a sociedade civil está propondo pontos para pauta das reuniões”. Por fim, o Entrevistado 3 acredita que

O MSP pode cumprir suas finalidades se as organizações que o compõem tiverem uma agenda clara sobre o que querem e onde querem influir no processo do MERCOSUL. O governo (Secretaria-Geral) tem se mostrado aberta às demandas, tem até mesmo cobrado uma agenda social comum. Governo só informa se provocado. Não podemos esperar que as informações nos sejam dadas sem uma demanda (*idem*, p. 82)

Ao tratar da Cúpula Social do MERCOSUL, o Entrevistado 1 diz que nesse âmbito:

a divisão por grupos de trabalho permite uma ampla discussão dos principais temas regionais. No entanto, esse trabalho não tem continuidade, os

⁵⁷ mecanismo brasileiro de participação

participantes só ficam sabendo dos temas uma semana antes e não participam da metodologia das cúpulas. Esse problema se dá, pois, a metodologia é construída pelo país receptor e não em conjunto. Outro complicador é o fato de nunca se ter certeza de datas para as cúpulas o que torna impossível uma organização prévia dos movimentos sociais. No Brasil, a Cúpula recebe um gás, pois o governo brasileiro incentiva a participação social, no Paraguai começa a enfraquecer e quando chega na Argentina nem se pode falar que existe cúpula social do MERCOSUL. Geralmente ela acontece no meio do mato ou das montanhas, e de preferência sem o mínimo de possibilidade de qualquer incidência sobre a Cúpula Presidencial (*idem*, p. 82).

Sobre os pontos levantados pelo entrevistado quanto à continuidade dos assuntos ele já foi comentado na análise dos dados e ratificado na entrevista com Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria Geral da Presidência da República, Fabrício Prado. Prado também concorda com a dificuldade de acesso das Cúpulas realizadas na Argentina. O comum é que os eventos se realizem ou nas capitais (Assunção, Brasília e Montevideu) ou em cidades grandes, com aeroporto e de fácil acesso, como faz o Brasil (Foz do Iguaçu e Salvador). Quanto à indefinição das datas esse foi realmente um dos problemas dessa pesquisa. A proposta inicial era realizar uma observação em lócus da Cúpula, mas a falta de informação sobre onde, quando e quem poderia participar, inviabilizou-a.

Quanto à percepção dos participantes sobre os assuntos debatidos, eles vêm na Cúpula um lugar propício para fomentar: “discussões no campo político, social, cultural, econômico, financeiro e comercial que envolvam aspectos relacionados ao MERCOSUL” (*idem*, p. 82). Entretanto, “como boa parte dos integrantes fazem parte de grupos políticos similares, às vezes não há muito contraditório nas discussões” (*idem*, p. 82). Já sobre a influência social e sobre o processo de elaboração de normas do MERCOSUL os participantes vêem que a pressão popular sempre ajuda no processo: “embora não se tenha visto resultado que esteja diretamente relacionado ao Programa (PMSP), ele teria até potencial, mas ainda não chegou nesse ponto” (*idem*, p. 82). Quando questionado sobre quais os temas tratados os entrevistados alegam que os temas são em geral: “sócio-políticos como educação, saúde, agricultura familiar, pequenas e médias empresas, mulheres, integração regional, etc.” (*idem*, p. 84). A resposta é especialmente interessante, porque o MERCOSUL já produziu centenas de normas sobre os temas mencionados pelo Entrevistado. Para o Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria Geral da Presidência da República, as discussões na

Cúpula acabam sendo de cunho muito mais político, por isso, talvez, a impressão de ineficácia das Cúpulas perante a “sociedade civil”.

Aliado a isso, está o modelo intergovernamental adotado pelo bloco que dificulta a efetivação das normas adotados pelo MERCOSUL dentro do ordenamento jurídico de cada país membro (DASSO JÚNIOR, 2000; VENTURA et al., 2012). Segundo Dasso Júnior (2000), a opção pelo modelo intergovernamental reflete algumas das características do bloco como:

os órgãos são compostos por representantes dos governos dos países envolvidos; apenas os governos travam relações, criando direitos e obrigações entre eles; as decisões adotadas devem ser implementadas pelos governos dos países; as decisões são tomadas por consenso com a presença de todos os países; o controle do cumprimento das normas é função dos governos; quando há alguma controvérsia são os próprios governos que resolvem o litígio; os atores não governamentais têm uma participação marginal; não existem órgãos técnicos independentes (DASSO JÚNIOR, 2000. p. 142).

Os órgãos decisórios do MERCOSUL são compostos por representantes dos Ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores, logo os governos – centrais ou federais de cada país membro - são os protagonistas da formulação de políticas. Dessa forma, os órgãos decisórios um caráter preponderantemente político (DASSO JÚNIOR, 2000). Ainda segundo o autor, com exceção de alguns órgãos técnicos, “os outros órgãos refletem em boa parte as Administrações Públicas dos países, onde a regra é a subordinação hierárquica política em detrimento de decisões técnicas” (DASSO JÚNIOR, 2000. p. 142). A maneira como as demandas oriundas do bloco chegam e são recepcionadas pelos governos também é um problema que a intergovernabilidade traz para internalização das normas do MERCOSUL, uma vez que “interesses particulares difusos prevalecem e alteram o rumo normal do processo, fazendo com que objetivos traçados tecnicamente sejam desconsiderados” (DASSO JÚNIOR, 2000. p. 142).

O MERCOSUL pode exercer o seu poder normativo através de duas formas: decisões (CMC), resoluções (GMC) e diretrizes (CCM). Essas fontes podem ser

classificadas em direito originário ou primário⁵⁸ e direito derivado ou secundário⁵⁹ e fontes complementares⁶⁰. O Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias trouxe a primeira definição sobre quais fontes devem ser utilizadas em casos de controvérsias entre os membros do bloco. Segundo o artigo 19, as fontes seriam o Tratado de Assunção (1991), os acordos celebrados no âmbito do mesmo, as decisões do Conselho do Mercado Comum, as resoluções do Grupo do Mercado Comum, assim como os demais princípios e disposições do direito internacional. Posteriormente, o Protocolo de Ouro Preto consagrou as principais fontes jurídicas do MERCOSUL, são elas: Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares; acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos; decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção (TRINDADE, 2007).

As fontes podem ser divididas também de acordo com sua capacidade de produzir efeitos na ordem jurídica interna, as chamadas normas auto executáveis e as normas que devem ser incorporadas pelos Estados. Parte considerável da doutrina entende que as normas originárias do MERCOSUL, são auto executáveis, não necessitando de qualquer método para a incorporação das normas por parte dos países. Entretanto, esse não é um pensamento majoritário, e prevaleceu a ideia segundo a qual todas essas normas devem ser devidamente incorporadas para produzirem efeito (TRINDADE, 2007).

A partir da pesquisa realizada sobre internalização das normas do MERCOSUL (VENTURA, ONUKI, MEDEIROS, 2012) é possível analisar a incorporação das resoluções oriundas do CMC e GMC. Nesse trabalho optou-se pela análise apenas das

⁵⁸ As fontes originárias são formadas pelos principais tratados do Mercosul, como: Tratado de Assunção, Protocolo de Ouro Preto, Protocolo de Olivos, Protocolo de Ushuaia e Protocolo que instituiu o Parlamento do Mercosul (TRINDADE, 2007).

⁵⁹ As fontes secundárias são as decisões do Conselho do Mercado Comum, as resoluções do Grupo Mercado Comum, as diretrizes e propostas da Comissão do Comércio e àqueles atos que estão relacionados às questões internas do bloco (TRINDADE, 2007).

⁶⁰ Princípios de Direito Internacional e Regional, uma vez que o Mercosul integra o rol de organizações internacionais, princípios do direito da integração, decisões dos tribunais arbitrais do Mercosul, jurisprudência dos tribunais nacionais e princípios gerais de direito comum aos Estados partes (TRINDADE, 2007).

resoluções do GMC por ser essa a instância que agrega o maior volume de informações e que tem como órgãos auxiliares os Subgrupos de Trabalho e as Reuniões especializadas. O relatório toma por base as informações fornecidas pelo Ministério de Relações Exteriores, retiradas da coluna brasileira do quadro de incorporação de normas mantido pela Secretaria do MERCOSUL. Os dados baseiam-se nas resoluções do GMC entre 1991 a 2011 e foram notificadas 1.447 resoluções.

De acordo com a tabela abaixo, não há grande discrepância entre a porcentagem de resoluções que exigem incorporação e as que não exigem ou não se tem informação.

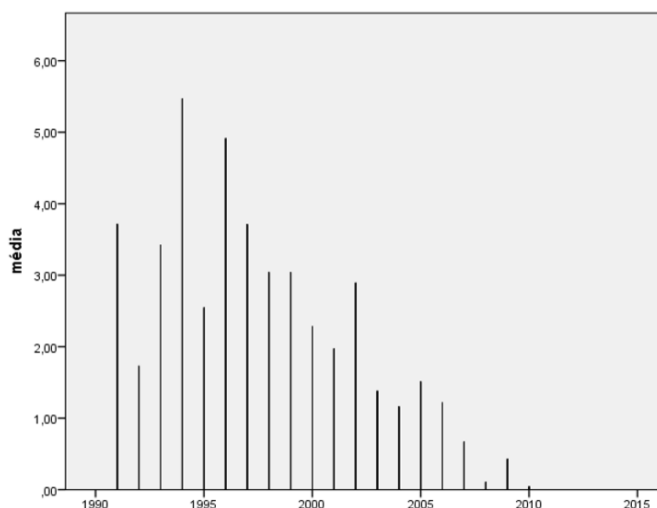
TABELA 8 – Número de resoluções do MERCOSUL que exigem incorporação pelos países membros entre os anos de 1991-2011.

	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL ACUMULADO
Exige Incorporação	760	55,0	55,0	55,0
Não Exige ou Não tem informação	622	45,0	45,0	100,0
Total	1382	100,0	100,0	

Fonte: VENTURA et al (2012, p. 44)

Outro dado importante é referente à velocidade de incorporação ao longo dos anos, ou seja, o lapso de tempo entre a criação da resolução e a incorporação no plano doméstico. Observa-se que o tempo de incorporação das resoluções vem diminuindo gradativamente.

GRÁFICO 4 – Lapso de tempo entre o ano de assinatura das resoluções e de incorporação nos países membros entre os anos de 1991-2011.



Fonte: VENTURA et al (2012, p. 46)

Contudo, a internalização das resoluções varia significativamente de acordo com o Subgrupo de Trabalho⁶¹ do GMC. Conforme se verifica na tabela abaixo, o SGT 3 que se refere aos Regulamentos técnicos tem o maior número de normas incorporadas ao ordenamento jurídico, seguido do Subgrupo da Agricultura (SGT 2) e do Subgrupo da Saúde (SGT 11). Em contrapartida os Subgrupos do Meio Ambiente (SGT 6) e Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade (SGT 10) destacam-se pelo baixo dinamismo em termos de incorporação das normas:

⁶¹ SGT-1: Comunicações; SGT-2: Aspectos Institucionais; SGT-3: Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade; SGT-4: Assuntos Financeiros; SGT-5: Transportes; SGT-6: Meio Ambiente; SGT-7: Indústria; SGT-8: Agricultura; SGT-9: Energia e mineração; SGT-10: Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social; SGT-11: Saúde; SGT-12: Investimentos; SGT-13: Comércio Eletrônico; e SGT-14: Acompanhamento da Conjuntura Econômica e Comercial.

TABELA 9 – Compromissos assumidos por Subgrupo de trabalho entre os anos de 1991-2011.

	Frequência	%	% válido	% acumulado
SGT1	78	5,6	5,6	5,6
SGT2	37	2,7	2,7	8,3
SGT3*	363	26,3	26,3	34,6
SGT4	17	1,2	1,2	35,8
SGT5	14	1,0	1,0	36,8
SGT6	5	,4	,4	37,2
SGT7	13	,9	,9	38,1
SGT8*	244	17,7	17,7	55,8
SGT10	9	,7	,7	56,4
SGT11*	147	10,6	10,6	67,1
Outros	455	32,9	32,9	100,0
Total	1382	100,0	100,0	

Fonte: VENTURA et al (2012, p. 47)

Apesar de serem Subgrupos que se destacam no número de resoluções internalizadas em relação aos outros SGTs se eles forem analisados separadamente ainda é uma quantidade muito pequena de normas incorporadas ao ordenamento jurídico. O SGT 3 teve 363 normas aprovadas e apenas 95 incorporadas. O mesmo pelo SGT 8 e SGT 11 cada um teve apenas 43 e 18 normas, respectivamente, internalizadas. Outro fato que se deve salientar é que do ponto de vista da exigência de incorporação de normas o SGT 3 também se destaca. Mais de 21% das resoluções desse grupo exigem incorporação doméstica, seguido pelo Subgrupo da Agricultura (SGT 8).

O MERCOSUL também carece de um arcabouço jurisprudencial que seja capaz de uniformizar as jurisprudências existentes nos tribunais nacionais, no que diz respeito à aplicação das normas mercosulinas, e principalmente, ao caráter hierárquico das normas.

Ao analisar as declarações das Cúpulas Sociais de 2006 até julho de 2013 é possível notar claramente a ampliação dos atores sociais dentro do âmbito de discussão e diálogo do MERCOSUL. Surge dentro do bloco associações da sociedade civil que atuam predominante no âmbito local/nacional. Entretanto, muitas dessas associações vêem no MERCOSUL a oportunidade de transcender seus problemas e

influência do doméstico para o nível regional. Assim, apesar da escala de atuação ser nacional é possível notar que o bloco propicia uma estrutura de oportunidades que incentivam conexões transnacionais. O aumento dos participantes faz com as pautas e interesses levados até os presidentes dos países membros também sejam alargados. Associações da sociedade civil que já tinham presença no bloco mantiveram sua influência e permanecem apresentando propostas específicas e concretas. Outras que não possuíam a mesma penetração nos meios de discussão do bloco adquiriram voz e muitas de suas demandas tornaram-se normas do MERCOSUL. Contudo, a participação ainda sofre limitações principalmente quanto às informações disponibilizadas a fim de que as associações da sociedade civil se organizem para participar das Cúpulas. Outro problema são os entraves postos na internalização das normas oriundas do MERCOSUL, o que explica porque os participantes entrevistados não notam eficácia na sua participação dentro do evento apesar de várias normas terem sido feitas dentro das diretrizes e propostas das comissões/grupos de trabalho das Cúpulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas duas décadas a América Latina tem experimentando uma ressignificação nos seus modelos democráticos. Isso não significa excluir a democracia representativa, mas aprofundá-la com experiências de participação social, como é o caso de vários instrumentos de democracia participativa que vem sendo adotados no continente latino-americano. Grande parte dessas experiências tem a sua base na ideia de governabilidade social, ou seja, na participação ativa da sociedade civil frente à gestão, implementação e acompanhamento de políticas públicas. Desse modo, tanto partidos políticos e organizações sociais podem ser corresponsáveis pela governabilidade. A mudança político-ideológica dos países do bloco influenciaram as diretrizes de participação no MERCOSUL; dessa forma, as Cúpulas se inspiraram em experiências locais de participação.

Nesse novo contexto, o conceito de sociedade civil se modifica de acordo com as estruturas sócio-políticas de cada Estado-nação. Dessa maneira, torna-se inviável adequar um modelo universal de sociedade civil. O que precisamos é reconhecer que o que de fato existem são sociedades civis e na sua maioria elas são constituídas de muitos mais atores dos que originalmente pensadas na Europa – o contexto de suas principais formulações teóricas. Assim, foi preferível utilizar a noção de associações de Warren (2001) para captar a heterogeneidade da realidade latino-americana em termos de sociedade civil, pois o conceito “hegemônico” comumente usado acaba por excluir, em função de perspectivas teóricas e ideológicas, atores que podem ou não produzir efeitos democráticos para o debate.

A utilização do conceito de associações também parece apropriado dentro do MERCOSUL, uma vez que esse bloco já entende sociedade civil de forma muito mais ampla que o conceito criado por Cohen e Arato e até mesmo de outros autores latino-americanos. Ainda não há critérios definidos para a participação e representação da “sociedade civil” nas Cúpulas, vindo a participar qualquer um que se entenda como parte representante dela. A fim de criar critérios para participação e padronizá-la entre os Estados-membros, a secretaria do MERCOSUL está providenciando o funcionamento da Unidade de Participação Social.

Salienta-se que foi exatamente essa flexibilidade na participação que proporcionou o aumento no número de participantes dentro do bloco. A Cúpula Social tem permitido que centrais sindicais, redes e plataformas regionais de setores, como a agricultura familiar, as pastorais sociais, as cooperativas, os pequenos e médios empresários, a economia solidária, os direitos humanos, as mulheres, a juventude, o movimento negro, o meio ambiente, a saúde, a educação e cultura, entre outros, adquiriram um peso relativo maior nas discussões sobre os destinos do bloco.

Outro fato interessante é que essa abertura trouxe para o bloco associações com formatos diferentes dos que comumente se encontravam dentro do MERCOSUL. Há nas Cúpulas a participação de um número considerável de ONG's, associações civis e institutos de pesquisa; em compensação, nota-se a ausência de movimentos sociais tradicionais, como o Movimento dos Sem Terra. Ainda sobre a participação, é forte a presença de sindicatos e associações de empregados, assim como a de associações de empregadores. Logo, não se pretende afirmar que houve uma total mudança de foco na integração regional do econômico para o social, mas sim a integração de dois campos em prol de uma integração mais solidificada e em busca de avanços sociais. Outro acontecimento que corrobora essa afirmação é a assinatura de muitos órgãos oficiais nacionais nas declarações das Cúpulas.

Quanto à escala de atuação das associações da sociedade civil que participam das Cúpulas Sociais do MERCOSUL, ela ainda ocorre principalmente no âmbito local/nacional. Assim, o bloco não cria redes transnacionais sobre os assuntos tratados em seus grupos de trabalho, mas oportuniza o diálogo e troca de experiências entre as associações locais/ nacionais, possibilitando coalizões de dentro/de fora entre elas. Em certo sentido, a Cúpula torna-se uma estrutura de oportunidades que estimula a interconexão transnacional.

O aumento do número de participantes e sua variedade de formatos associativos e áreas de atuação proporcionou a entrada de novas demandas na agenda de debates do MERCOSUL. Demandas essas que em certa medida tem sido atendida pelos órgãos decisivos do bloco, como a contagem do tempo de serviço em qualquer um dos Estados Partes para efeito de aposentadoria, o atendimento médico em cidades de fronteira, a harmonização de currículos do ensino superior e a promoção de ações

conjuntas para o enfrentamento da violência contra a mulher. Também se destaca a criação de mecanismos de financiamento e crédito para as atividades de interesse social, como o Fundo MERCOSUL de Garantias para as Micro, Pequenas e Médias Empresas e o Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL. Das várias áreas mencionadas, a Educação e Saúde possuem um número considerável de políticas públicas desenvolvidas. Apesar disso os entraves jurídicos que o modelo intergovernamental impõe, mais a falta de transparência e informação do bloco, gera nos participantes a impressão de não serem atendidos em suas reivindicações.

Quanto aos limites da pesquisa, a falta de transparência e informação foram os problemas que mais a afetaram, impossibilitando até mesmo uma observação *in loco* que havia sido programada. Apenas para exemplificar, a chamada para participar da Cúpula que ocorreu no primeiro semestre de 2015 foi publicada na página oficial da SGPR no Facebook duas semanas antes do evento⁶². Isso ocorre também porque a Cúpula Social do MERCOSUL é um dos poucos eventos que não aparecem no calendário oficial da presidência pro tempore. A falta de informação dificulta a presença das associações e possibilidade de elaboração de uma agenda entre elas, além de mais pesquisas sobre o tema, gerando um ciclo vicioso cuja tendência para o futuro é difícil de prever. O MERCOSUL e seus canais de participação são vulneráveis a muitas contingências políticas e econômicas nos âmbitos internos. A autonomia e o trabalho das associações da sociedade civil ficam prejudicadas diante desses constrangimentos. Logo, a institucionalização desse mecanismo de diálogo pelo bloco é uma das poucas garantias de sobrevivência desse espaço de diálogo.

⁶² <https://www.facebook.com/SecretariaGeralIPR/photos/a.324746200934574.72718.324716950937499/866485346760654/?type=3>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABACC. **Ata para a Integração Brasileiro-Argentina**. 1986. Disponível em: <<http://www.abacc.org.br/?p=551>> Acesso em: 05 abr. 2015.

ALEMANY, C; LEANDRO, B. **Analisis e propuestas para la participación ciudadana en MERCOSUR**. Montevideu: Friedrich ElbertStiftung, 2006

ALMEIDA, P. Trajetória do MERCOSUL em sua primeira década (1991-2001): uma avaliação política através do brasil. *In*: PIMENTEL, L (Org). **Direito da integração: estudos em homenagem a Werter R. Faria**. Curitiba: Juruá, 2001.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**. São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf> Acesso em: 17 mai. 2014.

ANDRÉS, A. **A Educação Superior no Setor Educacional do MERCOSUL**. Brasília: Câmara dos Deputados. 2009. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2009_9885_.pdf> Acesso em: 14 ago. 2015.

ARATO, A. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, a. 10, n. 27, fev. 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_02.htm>. Acesso em: 20 mar. 2015

ARATO, A.; COHEN, J. La sociedad civil y la teoria social. *In*: OLVERA, A. (Coo.). **La Sociedad Civil: de la teoria a la realidad**. México: El colégio de Mexico, Centro de Estudios Sociológicos. 1999.

_____. **Sociedad civil y teoría política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

ARAUJO JR. J. Integração econômica e harmonização de políticas na América do Norte e no Cone Sul. **Revista de Economia Política**, vol. II, n.º 2 (42), abril-junho/ 1991. Disponível em: <www.rep.org.br/pdf/42-7.pdf> Acesso em: 17 abr. 2015

AVRITZER, L. Além da dicotomia estado/ mercado: Habermas, Cohen e Arato. **Novos Estudos CEBRAP**, n 36, p.213-222, jul. 1993. Disponível em: <novosestudos.uol.com.br/v1/files/.../20080625_alem_da_dicotomia.pdf> Acesso em: 06 mar. 2015.

_____. O orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Editora, 2003. p. 13-60.

BALLESTRIN, L. **Com quantas armas se faz uma sociedade —civil? Controles sobre armas de fogo na governança global, Brasil e Portugal (1995-2010)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. 2º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987

_____.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 2.ed.Brasília: UnB,1986.

BÖHLKE, M. **O processo de integração regional e a autonomia do seu ordenamento jurídico**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina. 2002

BRASIL. **Decreto nº 6.594**. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6594.htm> Acessado em: 09 ago. 2015

BRENNAND, C. **Cúpula Social do Mercosul: Participação Social na Integração Regional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Democracia, República e Movimentos Sociais). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

CAMMAERTS, B. Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação. **Revista Matrizes** Ano 7 – nº 2 jul./dez. 2013 - São Paulo - Brasil –p. 13-36 Disponível em: <www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/69404/71970> Acesso em: 13 mai. 2014

CERVO, A.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2008. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1071-historia_da_politica_exterior_do_brasil.pdf> Acesso em: 16 abr. 2015

COELHO, V. Política Social: o que podemos esperar da participação? **III Encontro Nacional de Ciência Política**. Associação Brasileira de Ciência Política. Petrópolis. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/.../12482>> Acesso em: 20 abr. 2015

COHEN, J. Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 3, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000300001> Acesso em: 09 nov. 2014.

COSTA, S. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos Estudos**. n.º 38. 1994. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/72/20080626_esfera_publica_redescoberta.pdf> Acesso em: 18 mar. 2015.

_____. Contextos de construção do espaço público no Brasil". **Novos Estudos Cebrap**, nº 47. 1997 Disponível em: <http://novosestudios.org.br/v1/files/.../20080626_contextos_da_construcao.pdf> Acessado em: 18 mar. 2015.

_____. DEMOCRACIA COSMOPOLITA: déficits conceituais e equívocos políticos. **RBCS**. Vol. 18 no. 53, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/1807> Acesso em: 20 mar. 2015

_____. Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil. **ANPOCS**. Bib nº 43. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em:
<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=472&Itemid=293> Acesso em: 20 mar. 2015.

DAGNINO, E. OLVERA, A. PAFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: _____. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra. 2006

DASSO JUNIOR, A. **Integração e Democracia no Cone Sul da América Latina: Processos Entrecruzados (1983-2000)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre –RS. 2000

DATHEIN, R. MERCOSUL: antecedentes, origem e desempenho recente. **Revista de Economia**. Curitiba (UFPR), 2005. Disponível em:
<ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/economia/article/download/5026/3796> Acesso em: 14 mai. 2015.

ERÓSTEGUI, S. Sociedade civil, participação cidadã e democracia no novo contexto político da América Latina: um olhar para os desafios e estratégias de ação a partir da sociedade civil. In: SERAFIN, L. MORONI, J. (Orgs.). **Sociedade civil e novas institucionalidades democráticas na América Latina: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Instituto Pólis e INESC, 2009.

ESTADÃO. **MERCOSUL aprova retorno do Paraguai**. Disponível em:
<<http://m.internacional.estadao.com.br/noticias/geral,mercosul-aprova-retorno-do-paraguai,1052869>> Acesso em: 21 mai. 2015.

FEDOZZI, A.; MARTINS, F.; NOGUEIRA, G.; CORRÊA, J.; MILTON CRUZ, S. Participação, cultura política e cidades. **Sociologias**. vol.14 no.30 Porto Alegre. 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222012000200002> Acesso em: 18 nov. 2013.

FEENSTRA, R. **Democracia monitorizada en la era de la nueva galaxia mediática: la propuesta de John Keane**. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2012.

FLORES, M. **O Mercosul nos discursos do governo brasileiro**. FGV, 2005.

FREITAS, V. **A circulação do trabalho no MERCOSUL e na União Europeia**. Santa Cruz do Sul: EDUNIS. 2009.

FREIXO, A.; RISTOFF, T. Democracia e Integração Regional: a experiência do Mercosul. **Agenda Social**. Revista do PPGPS / UENF. Campos dos Goytacazes, v.2 , n.1, 2008. Disponível em:
<http://www.lepeb.uff.br/files/Agenda_Social_5273_1208282265.pdf> Acesso em: 15 jan. 2015.

FRUTUOSO, J. O Fórum Social Mundial e a participação de organizações baseadas na fé. In: VON BÜLLOW, M. (org.). **Fórum Social Mundial: a transnacionalização da sociedade civil brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013

GOHN, M. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. **Cadernos Metrôpole**. n. 7. São Paulo. 2002. Disponível em:
<<http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Participa%C3%A7%C3%A3o-Social-M-G-Gonh.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2014.

_____. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. In: **Cadernos CRH**. v. 21, n. 54. Salvador. 2008. Disponível em:
<www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=588> Acesso: 18 jan. 2014

GÓMEZ, J. Entre potencialidades e limites, temores e esperanças – notas sobre a sociedade civil e a globalização. In: GARCIA, J. et al. (Orgs.). **Sociedade e políticas: novos debates entre ONGs e universidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

GROPPO, L. Tocqueville, o associativismo em alguns apontamento sobre o terceiro setor. Revista de Filosofia Aurora. v. 20, n. 26. Curitiba. 2008. Disponível em:
<www2.pucpr.br/reol/index.php/rf?dd99=pdf&dd1=1992> Acesso em: 25 fev. 2015.

HABERMAS, J. Facticidad y validez. Ed. Trotta, Madrid. 1998

HIRST, M. Atributos e Dilemas Políticos do Mercosul. **Escenarios Alternativos**. Ano 4, n 9. Buenos Aires: Winter. 2000. Disponível em:
<<http://www.escenariosalternativos.org/default.asp?seccion=revistas2&subseccion=revistas2¬a=2288>> Acesso em: 23 mai. 2015.

JARA, F. A institucionalização da Participação Cidadã In: DAGNINO, E. OLVERA, A. PAFICHI, A. (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra. 2006

LAFER, C. Relações Brasil-Argentina: alcance e significado de uma parceria estratégica. **Contexto Internacional**, v. 19, n. 2. 1997. Disponível em:
<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Lafer_vol19n2.pdf> Acesso em: 28 abr. 2015.

LAMPREIA, L. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. Revista brasileira de Política Internacional. vol.41 no.2 Brasília July/Dec. 1998. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200001> Acesso em: 03 mai. 2015.

LÜCHMANN, L. A representação no interior das experiências de participação **Lua Nova** no. 70. São Paulo 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452007000100007&script=sci_arttext> Acesso em: 16 mai. 2015.

_____. Associativismo e democracia no Brasil contemporâneo. **Em Debate**. Belo Horizonte, v.3, n.4. 2011. Disponível em:
<www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/Artigo_Ligia.pdf> Acesso em: 17 mai. 2015.

_____. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Revista de Sociologia Política**. v. 20, n. 43. Curitiba. 2012. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n43/a04v20n43.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2015.

MAIA, R. O papel democrático da sociedade civil em questão. **Lua nova**. v. 81. São Paulo. 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000300007>
Acesso em: 20 abr. 2015.

MARTINS, J. ALBUQUERQUE, C. GOMENSORO, F. Mercosul social e participativo: a ampliação da esfera publica regional. In: GERALDO, C. (Coord.). **Mercosur 20 anos**. Montevideu: CEFIR. 2011. Disponível em:
<library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/07904.pdf> Acesso em: 20 jun. 2013.

MARTINS, J. SILVA, C. Políticas sociais e participação social: a constituição de uma esfera pública regional no Mercosul. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Brasília: Ipea, n. 5. 2011. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8921>
Acesso em: 25 jun. 2013.

MERCOCIDADES. <<http://www.mercociudades.org>> Acesso em: 29 mai. 2015.

MERCOSUL. **Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai**. 1991. Disponível em:
<<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

MERCOSUL. **Declaração presidencial sobre compromisso democrático no MERCOSUL**. 1996. Disponível em:
<http://www.mercosur.int/innovaportal/file/4677/1/cmc_1996_acta01_declara-presiden_pt_compdemocratico.pdf> Acesso em: 24 mai. 2015.

MERCOSUL. **Protocolo de Ouro Preto**. 1991. Disponível em:
<http://www.mercosur.int/msweb/SM/Normas/PT/CMC_1994_OuroPreto.pdf> Acesso em: 24 mai. 2015.

MERCOSUL. **Resolução nº 20/98 - Reunião Especializada da Mulher**. 1998. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/mercosul/o-que-e-a-rem-actualizado.pdf>> Acesso em: 24 mai. 2015.

MERCOSUL. **Revista FCCR**. 2010. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/saf-fccr/fccr-mercosul/publicacoes-1/revista-fccr>> Acesso em: 04 jun. 2015.

MERCOSUL. **Documento De Trabalho Para Representantes**, 2010b. Disponível em: <<http://parlamentojuvenil.educ.ar/wp-content/uploads/2010/03/Documento-de-trabalho-para-representantes.pdf>> Acesso: 25 mar. 2013

MERCOSUL. **Plano de ação do setor educacional do MERCOSUL**. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8674-plano-acao-2011-mercosul-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 14 ago. 2015

MERCOSUL. **Reuniões especializadas**. 2015. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/index.php/coordenadores-nacionais/grupo-mercado-comum-gmc/reunioes-especializadas>> Acesso em: 04 ago. 2015

MUNHOZ, D. Dívida externa: um viés antiintegração. In: BAUMANN, R.; LERDA, J. (Orgs.). **Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate**. São Paulo/Brasília, Marco Zero/UnB. 1987.

NUNES, I. **A cooperação internacional de política e desenvolvimento do governo alemão em parceria com os países da América Latina. Como exemplo: O desempenho da “Iniciativa Somos Mercosul”**. Monografia (Especialização em Relações Internacionais). Universidade de Brasília. 2010.

OLIVEIRA, A. ONUKI, J. Brasil, Mercosul e a segurança regional. *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol. 43. Brasília. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200005&script=sci_arttext> Acesso em: 05 jun. 2015.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINTO, C. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol. 49, nº 3. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/dados/v49n3/a08v49n3.pdf> Acesso em: 10 mai. 2015.

REAF. **Resolução n. 25/07 – Diretrizes para o reconhecimento e identificação da Agricultura Familiar no MERCOSUL**. 2007. Disponível em: <http://www.reafmercosul.org/index.php/acerca-de/biblioteca/marco-legar/item/download/43_7632fc33e7dfc92535f7daa63b95a80a> Acesso em: 06 ago. 2015.

REAF. <<http://www.reafmercosul.org>> Acesso em: 10 ago. 2015.

REM. <<http://www.mercosurmujeres.org>> Acesso em: 10 ago. 2015

SANTOS, M. **Democracia y participación de la sociedad civil en los procesos de integración**. ASC – Aliança Social Continental. 2007.

SANTOS, B.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B.(Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

SCHERER-WARREN, I. Redes de Movimentos Sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, v.21, n.54. Salvador . 2008. Disponível em: <www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=591> Acesso em: 20 jan. 2014

SECRETARIA DO MERCOSUL. **Convocatória para a Reestruturação e Redesenho do Portal Oficial do MERCOSUL**. 2008. Disponível em: <<http://www.mercosur.int.net>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

SILVA, A. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica : a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade federal do Rio Grande do Sul. 2009.

SOLIGO, D. **Direito e espaço público no Mercosul: uma utopia realista**. Dissertação (Mestrado em Direito Público) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2010

SORJ, B. Brasil: Sociedade civil e política no Brasil. In: _____.; OLIVEIRA, M. (Eds.). **Sociedade civil e democracia na América Latina: Crise e reinvenção da política** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social. 2007

_____. (Des)Construindo a sociedade civil na América Latina. In: SORJA, B. FAUSTO, S. (Orgs.). **O Estado da Democracia na América Latina**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2010

TARROW, S. OUTSIDERS INSIDE E INSIDERS OUTSIDE: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos. **Caderno CRH**. V. 22, n. 55. Salvador. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000100009>
Acesso em: 04 mai. 2014.

TRINDADE, O. **O MERCOSUL no direito brasileiro – incorporação de normas e segurança jurídica**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007

VENTURA, D.; ONUKI, J.; MEDEIROS, M.; et al. Internalização das normas do MERCOSUL. **Série Pensando o Direito**. vol. 45. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

VIGEVANI, T.; MARIANO, K.; OLIVEIRA, M. Democracia e atores políticos no Mercosul. In: LIMA, M.; MEDEIROS, M. (Orgs.). **O Mercosul no limiar do século XXI**. São Paulo: Cortez/Clacso, 2000.

VIZENTINI, P. O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Vol. 1, Nº 1. 2007. Disponível em:
<<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/download/1489/1114>> Acesso em: 08 mai. 2015.

VON BÜLLOW, M. Sociedade civil e negociações comerciais: A construção de um novo campo de ação nas Américas. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 86. 2009. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/195>> Acesso em: 20 mar. 2015.

VON BÜLLOW, M. Entre o nacional e o transnacional – O caso das organizações da agricultura familiar no MERCOSUL. In: GOHN, M. BRINGEL, B. (Orgs) **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012

WARREN, E. **Democracy and Association**. Princeton: Princeton University. 2001

ANEXOS

ANEXO I - LISTA DE ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES DAS CÚPULAS ENTRE OS ANOS DE 2006 E 2013

2006. 1

REGIONAL

COPROFAM

Delegación de Santo Andre Mercociudades.

Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur
Mercociudades

Unidad MERCOSUR Crecenea/Codesul

UTJ Mercociudades

ARGENTINA

Delegación Municipalidad de Gualeguaychu

CGT

CTA

Ministerio de la Producción Pcia de Santa Fe

Gabinete Pcia de Tierra del Fuego

Subsecretaria de Gestión Municipal Ministerio del Interior de la Nación.
Dr. Carlos Vicente Secretario de Asuntos Institucionales y Cooperación
Internacional Municipalidad de Cordoba.

Consejo sociedade civil

Vivienda y Habitat Gobierno Autónomo de la Ciudad Buenos Aires.

Ministerio de Desarrollo Social

Comisión de Juventud e Integración Cancillería Argentina

BRASIL

Secretaria de Estado Governos Locais

CUT

CGT

Força Sindical

Secretaria Nacional de Juventud

Secretaria general de la Presidencia

URUGUAI

PIT/CNT

Instituto de Mujeres Uruguay

Ministerio de Desarrollo Social

PARAGUAI

CUT

VENEZUELA

Delegación Alcaldía Caracas

Tele sur

Ministerio de Educación

2006.2

REGIONAL

Programa Somos Mercosul

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul
 Aliança Social Continental (Regional)
 Conselho de Educação de Adultos da América Latina
 Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul
 Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul
 Fórum Universitário do Mercosul – FOMERCO
 Associação Latino-Americana de Pequenas e Médias Empresas
 Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes
 Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores
 Programa Mercosul Social e Solidário
 Rede Mercocidades
 Associação de Educadores da América Latina e Caribe

BRASIL

Ação Educativa
 Aliança Estratégica Afrolatina
 Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras
 Associação Brasileira de ONGs – ABONG
 ATTAC
 Campanha Nacional pelo Direito à Educação
 Central Única dos Trabalhadores – CUT
 Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais
 Associação Brasileira de Festivais Independentes
 Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa
 Confederação Geral dos Trabalhadores
 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
 Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia)
 Coordenação Nacional de Entidades Negras
 Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil
 Fórum Brasileiro de Economia Solidária –
 Força Sindical
 Associação dos Estudantes Indígenas
 Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
 Marcha Mundial das Mulheres
 Rede Brasileira pela Integração dos Povos
 União Nacional dos Estudantes
 Educafro
 Escola de Gente Comunicação e Inclusão
 Fábrica do Futuro
 Fase
 Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Fórum Cultural Mundial
 Fórum Mundial de Educação
 Grupo de Trabalho Amazônico
 Ibase
 Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania Global
 Instituto Observatório Social
 Instituto Pólis
 Instituto Paulo Freire
 Instituto Solidariedade Brasil
 Instituto Terceiro Setor
 Instituto Terra Azul
 Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil
 Movimento Organizado Hip-Hop Brasil
 Organização Brasileira de Juventude
 Pontão de Cultura Teatro do Oprimido –RJ
 Ponto de Cultura Cinema de Animação – PE
 Ponto de Cultura Cachoeira – BA
 Ponto de Cultura Rede Comunitária
 Ponto de Cultura Circo Voador – RJ
 Ponto de Cultura Vila Buarque – SP
 Ponto de Cultura Acartes – CE
 Rede de Jovens do Nordeste
 União dos Escoteiros do Brasil
 União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
 Articulação de Mulheres Brasileiras
 Centro de Cultura Luiz Freires
 Centro de Estudos Ambientais
 Centro de Estudos Estratégicos Sul-Americanos
 CFEMEA
 Comissão Brasileira Justiça e Paz
 Conectas Direitos Humanos
 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
 Projeto Axé

ARGENTINA

Asociación Civil Red Ambiental
 Red no a la Trata)
 Red Provincial de Monitoreo de la Ley de Violencia
 Federación Agraria Argentina
 Feministas en Acción
 Foro de la Agricultura Familiar de Argentina
 Foro Social Mundial/Argentina
 Conciencia Sin Barreras

	Encuentro Latinoamericano por la Soberanía y la Integración Confederación General de Profesionales de la República Argentina
URUGUAI	Amigos de la Tierra ANONG - Asociación Nacional de Organizaciones No Gubernamentales Orientadas al Desarrollo de Uruguay Articulación Feminista Marcosur Comisión Nacional de Fomento Rural Projeto Axé (Brasil) Radio Mundo Real Social Watch/ Instituto Tercer Mundo Red Diáspora/ Idas y Vueltas
PARAGUAI	Asociación de ONGs. del Paraguay CUT Unión Agrícola Nacional
VENEZUELA	Central Unitaria de Trabajadores de Venezuela Red de Organizaciones Afrovenezolanas Universidad Bolivariana Universidad Latinoamericana y del Caribe Centro de Innovación Tecnológica y Cooperación Internacional Movimiento Bolivariano para la Unidad Latinoamericana FEDEINDUSTRIA INAMUJER Federación Bolivariana de Asociaciones de Estudiantes Universitarios de Tinaquillo Instituto Nacional de la Juventud TELESUR
CHILE	Confederación Campesina e Indígena de Chile Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile
2007.2	
REGIONAL	Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur Alianza Social Continental (ASC) Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe Consejo Latinoamericano de las Ciencias Sociales (CLACSO) Convergencia de Movimientos Populares de América (COMPA) Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI) Federación Luterana Mundial Grito de los Excluidos/as Mesoamericano Jubileo Sur/Américas (JS/A) Justicia, Paz e Integridad de la Creación (JUPIC),

Observatorio Internacional de la Deuda en América Latina (OID)
 Organización Caribeña y Latinoamericana de Estudiantes (OCLAE)
 Plataforma Interamericana de Derechos Humanos,
 Democracia y Desarrollo - Iniciativa Mercosur
 Red Internacional de Género y Comercio
 Red Latinoamericana de Mujeres Transformando la Economía (REMTE)
 Red Latinoamericana sobre Deuda,
 LATINDADD
 Red Solidaria por los Derechos Humanos (REDH)
 Servicio Paz y Justicia en América Latina (SERPAJ-AL)
 COPOFRAM
 Sociedad Latinoamericana de Economía Política (SEPLA)

ARGENTINA

CGT
 CTA
 Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios (APYME)
 Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH) Rosario
 Asociación Ambientalista EcoLa Paz
 Asociación Ex Detenido Desaparecido (AEDD)
 Asociación Civil Cheguera
 Asociación de Ex Trabajadores y Familiares de Desaparecidos de Mercedes Benz
 – ATTAC –
 Convocatoria No al CIADI, Sí a la Soberanía
 Club de la Pluma - Economistas de izquierda (EDI)
 Espacio Ecuménico
 Federación Judicial Argentina (FJA)
 Liga Argentina de Derechos del Hombre (LADH)
 Museo Che Guevara
 Movimiento por la Paz, la Soberanía y la Solidaridad (MOPASSOL)
 Movimiento Campesino Santiago del Estero (MOCASE)
 Multisectorial de Solidaridad con Cuba
 Movimiento por la Soberanía y la Integración de los Pueblos (MoSIP) - MoSIP/ Lanús
 Red Eco Alternativo
 Red de Organizaciones Indígenas, Chaco
 Periódico El Espejo
 Partido Comunista
 Unión de Campesinos PORIAJHU
 Fundación Servicio Paz y Justicia
 Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora
 Revista Cuadernos del Sur
 Raquel Abourachid
 Alberto Croce, Fundación SES
 Julio Gambina (ATTAC)

	Grito de los Excluidos
BOLIVIA	Movimiento Boliviano por la Soberanía y la Integración Solidaria de los Pueblos Red de Mujeres y Minería CONAMAQ ATTAC Brasil
BRASIL	CARE Brasil Cáritas Brasil Centro Acadêmico Josué de Castro de la Universidade do Estado do RJ E- Changer/Brasil Esplar, Centro de Pesquisa e Assessoria FASE/AM (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) Fórum da Amazônia Oriental FAOR - Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense FMAP - Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos Instituto Políticas Alternativas para elConoSur (PACS) Rede Brasil sobre InstitucionesFinancierasMultilaterales Rede Jubileu Sul Brasil Rede Social de Justiça e Direitos Humanos Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (Sodireitos) Socorro Damasceno Sindsaúde (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde) Fórum de Economia Popular Solidária IBASE Roseli Macedo Silva, Central dos Movimentos Populares (CMP) José Paulo Guedes Pinto - ATTAC Brasil Antonia Soares Salgado, Marcha Mundial das Mulheres Maria Luiza de Carvalho Nunes, Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará Comisión Etica contra la Tortura, IX región
CHILE	CETSUR Identidad Territorial Lafkenche Revista Economía Crítica y Desarrollo Companheir@s da Fe das Americas Cs. Soc., Santiago Asociación Nacional de Empleadosdel Banco de la República ANEBRE
COLOMBIA	Campaña Nacional "En Deuda con los Derechos" - Censat Agua Viva Centro de Estudios Escuela para el Desarrollo (CESDE) Federación de Prosumidores Agroecológicos "agrosolidaria" Federación Nacional de Sindicatos Bancarios – Jubileo Sur Colombia

	Marcha Mundial de Mujeres de Colombia Mesa de Mujeres y Economía Organización Futuro Popular Colombia Red de Mujeres Transformando la Economía Colombia (REMTE) Unión Nacional de Empleados Bancarios Dário Bossi -Missionários Colombianos Kihilizafrakunturpillkukhamaqshiani Mesa Mujer y Economía Universidad Externado Cuba Centro Memorial Martin Luther King Jr. Universidad de la Habana Ecuador CADTM-Ecuador Grupo Nacional de la Deuda Confederación de los Pueblos de Nacionalidad Kichua del Ecuador Red Guayaquil Proyecto Comunitario Bastion Popular, Andres Mendoza Reynoso, Ecuador Dario Cervantes, Ecuador Refundación Socialista
GUATEMALA	
	Plataforma de Acción para un Desarrollo Alternativo (PAPDA)
HAITI	
	Bloque Popular Hondureño Coordinadora Nacional de Resistencia Popular Pedro Marchetti, S.J., Instituto Centroamericano de Espiritualidad Centro de Estudios Internacionales
NICARAGUA	
	Red Mexicana de Acción contra el Libre Comercio (RMALC)
MEXICO	
	Instituto de Investigaciones
PARAGUAI	
	Iniciativa Paraguaya por la Integración de los Pueblos Capítulo Paraguayo de la ASC Amigos de la Tierra SOBREVIVENCIA Alianza Social Continental, Capítulo Perú
PERU	
	Marcha Mundial de Mujeres Coordinadora Andina de Comunidades Afectadas por la Minería Centro Cultural Dominico-Haitiano
R. DOMINICANA	
	CONAMUCA FUNDELOSA

	Indajoven
	Comisión Ciudadana por una Auditoría de la Deuda
URUGUAI	
	Grupo Historia y Memoria
	Red Solidaria por los Derechos Humanos (REDH)
	REDES Amigos de la Tierra
	Nuevo Sur SUDACA
	Internacional Alianza Internacional de los Habitantes
INTERNACIONAL	
	Comité por la Abolición de la Deuda del Tercer Mundo (CADTM)
	Jubilee South (JS)
	Observatorio Internacional de la Deuda (OID)
	Red Internacional de Género y Comercio (IGTN)
	CTA
2008.1	
ARGENTINA	
	Movimiento de Ocupantes e Inquilinos
	Movimiento por la Reforma Urbana
	Cooperativa El Ceibo,
	Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat
	Federación de Cooperativas “Todos Juntos” de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.
	Cooperativa “El Caracol” de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.
	Cooperativa San Expedito de Santa Ana, Pcia. de Tucumán.
	Frente de Organizaciones Sociales de la Pcia. de Tucumán.
	Frente Transversal Nacional y Popular
	Frente de Profesionales Universitarios
	Asociación Civil 17 de Noviembre de la Pcia. de Tucumán.
	Cooperativa de Trabajo “El Manantial” de la Provincia de Tucumán.
	Fundación Pro Bienestar Social de la Provincia de Tucumán.
	Secretaría de Industria
	Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación
	Ministerio de Economía
BRASIL	
	CUT
	UGT
	FORCA SINDICAL
PARAGUAI	
	CUT
URUGUAI	
	PIT-CNT
2008.2	
REGIONAL	

Aliança Social Continental
 AliançaEstratégica Afro-Latina
 ALOP
 Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção
 Associação de Educadores da América Latina e Caribe
 Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação
 CFEMEA
 Conectas Direitos Humanos
 Conf.de Produtores da Agricultura Familiar do MERCOSUL
 Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul
 GeoJuvenil MERCOSUR
 Geo Juvenil para América Latina y el Caribe
 Fórum Universitário do MERCOSUL
 Asociación Latinoamericana de Instituciones de Garantías

ARGENTINA

Asociación Civil Red Ambiental
 Central de los Trabajadores de Argentina
 Centro de Estudios del Sur
 Comisión Nacional de Fomento Rural
 Conciencia Sin Barreras
 Confederación General Económica de la República Argentina
 Confederación General del Trabajo
 Confederación Latinoamericana de Profesionales Universitarios
 Encuentro Latinoamericano por la Soberanía y la Integración
 Federación Agraria Argentina
 Feministas en Acción
 Foro de la Agricultura Familiar de Argentina
 Foro Social Mundial/Argentina
 Fedecámaras
 Foro Latinoamericano del Deporte, Educación Física y Recreación
 Fundación SES – Sustentabilidad , Educación e Solidariedad
 GeoJuvenil MERCOSUR
 Geo Juvenil para América Latina y el Caribe
 Movimiento por la Paz y la Solidariedad y Derechos Humanos
 Red No a la Trata de Personas
 Red Provincial de Monitoreo de la Ley de Violencia
 União de Mulheres da Argentina
 Conf.General de Profesionales de la República Argentina

BRASIL

Ação Educativa
 Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida
 Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras
 AssociaçãoBrasileira de ONGs

Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
 Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais
 Associação de Juventude pelo Resgate da Cultura e da Cidadania
 Articulação de Mulheres Brasileira
 Associação Emissoras Públicas, Educativas e Culturais
 Associação dos Estudantes Indígenas
 Campanha Nacional pelo Direito à Educação
 Cáritas Brasileira
 CEBRAPAZ
 Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
 Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
 Central Única dos Trabalhadores
 Centro de Apoio ao Migrante – CAMI
 Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária
 Centro de Referência Especializado de Assistência Social
 Centro Int. Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento
 Centro de Cultura Luiz Freire
 Centro de Estudos Ambientais
 Centro de Estudos Estratégicos Sul-Americanos
 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 Conf. Nac. dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
 Comissão Brasileira Justiça e Paz
 Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
 Confederação das Mulheres do Brasil
 Escola de Gente
 Fábrica do Futuro
 FASE
 Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF
 Fórum Brasileiro de Economia Solidária
 Fórum Cultural Mundial
 Fórum Mundial de Educação
 Fed. Brasileira de ONGs Meio Ambiente e Desenvolvimento
 Força Sindical
 Fórum Municipal em Defesa da Cidadania
 Fundação Abrinq – Brasil
 Geledés – Instituto da Mulher Negra
 Grupo CRIA
 Grupo de Trabalho Amazônico
 Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos
 Instituto Equit
 Inst. de Desenvolvimento da Cooperação e Relações Internacionais
 Instituto Observatório Social

	Instituto Polis Instituto Paulo Freire InstitutoSolidariedadeBrasil InstitutoTerceiroSetor Instituto Terra Azul Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil Movimento Organizado Hip-Hop Brasil OrganizaçãoBrasileira de Juventude Pontão de Cultura Teatro do Oprimido Projeto Axé Rede de Jovens do Nordeste Rede Brasileira pela Integração dos Povos – REBRIP União dos Escoteiros do Brasil União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação UniãoGeral dos Trabalhadores União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo União Nac.das Coop. Agricultura Familiar e Economia Solidária UniãoNacional dos Estudantes União Brasileira de Mulheres
BOLIVIA	Central de Integración de las Organizaciones Campesinas Central Obrera Boliviana
CHILE	Acción Chile Comité para la Soberanía Alimentaria de A. Latina y el Caribe Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile confederacion campesina del chile Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile
EQUADOR	Confederación de Trabajadores del Ecuador
PARAGUAI	Asociación de ONGs del Paraguay CUT Auténtica Fe y Alegría OrganizaciónNacionalCampesina Red de Entidades Privadas al Servicio de los Pueblos Indígenas Secretaría Ejecutiva del Comité de Iglesias União de MulheresParaguaias Unión AgrícolaNacional Colectivo Rebeldía
PERU	ConfederaciónCampesina de Perú

	Confederación General de Trabajadores del Perú
	União Popular de Mulheres Peruanas
URUGUAI	Asociación de Colonos de Uruguay
	Asociación de Mujeres Rurales de Uruguay
	Asociación Nacional de Micro y Pequeña Empresa
	Asociación Nacional de ONGs de Uruguay
	Amigos de la Tierra
	Asociación Nacional de ONGs Desarrollo de Uruguay
	ArticulaciónFeminista MARCOSUR
	Centro de Formação da Integração Regional – CEFIR
	Confederación Campesina e Indígena de Chile
	El Abrojo
	Idas y vueltas - Red Diáspora
	Intergremial de Produtores de Leche
	Radio Mundo Real
	Social Watch/ InstitutoTercer Mundo
	União de Mulheres do Uruguai
VENEZUELA	Central Unitaria de Trabajadores de Venezuela
	Fed. Bolivariana de Asociaciones de Estudiantes Universitarios
	Fedeindustria
	INAMUJER
	Instituto Nacional de la Juventud
	Movimiento Bolivariano para la Unidad Latinoamericana
	Red de OrganizacionesAfrovenezolanas
	Red Seguridad Social
	TELESUR
	Universidad Bolivariana
	Universidad Latinoamericana y del Caribe
2009.1	
ARGENTINA	Direção Nacional de Juventude da República Argentina
	Central Trabajadores Argentinos CTA
	Confederación General de losTrabajadores CGT
	Fundación SES
	Africa y su Diáspora
	Red Ambiental
	Comissão de Juventude da Chancelaria
	Central de los Trabajadores Argentinos
	Movimento Negro Unificado (MNU)
BRASIL	FASE

IBASE

Fórum Nacional da Juventude Negra

Central Única dos Trabalhadores

União Geral dos Trabalhadores

Escola da Gente

União Brasileira de Mulheres

União da Juventude Socialista

Fundação Friedrich Ebert

Fórum Nacional Movimentos e Organizações de Juventude .

Força Sindical

Rede FALE -

Confederação das Mulheres do Brasil .

União Municipal dos Estudantes Secundaristas .UMES

Comissão Nacional de Pontos de Cultura

Instituto Pólis

Comissão Paulista de Pontos de Cultura

Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA)

Central Única dos Trabalhadores, CUT;

União Nacional dos Estudantes, UNE;

Casa de Cultura Tainã

Secretaria Geral da Presidência da República Federativa do Brasil;

PARAGUAI

Casa da Juventude

Central Única de los Trabajadores Autentica

Vice-Ministério de Juventude da República do Paraguai

Plenario Intersindical de Trabajadores y Convención Nacional Trabajadores

URUGUAI

Instituto Nacional de Juventude da República Oriental do Uruguai

VENEZUELA

Instituto Nacional de Juventude da República Bolivariana da Venezuela

2009.2

ARGENTINA

CTA

CGT

Dirección Nacional de la Juventud de la República Argentina;

Comisión de Juventud e integración del Consejo Consultivo de la Cancillería Argentina

Plataforma Federal de Juventudes Argentina

ÁFRICA Y SU DIÁSPORA

Red Ambiental

BRASIL

Secretaría General de la Presidencia De Brasil

IBASE Instituto Brasileiro de Análisis Sociales y Económicos

	UNE Unión Nacional de Estudiantes
	Consejo Nacional de la Juventud
	CUT,
	Forca Sindical,
	UGT,
	CTB
	CGTB
	CUT
CHILE	
	Diálogos Sociales
PARAGUAI	
	Viceministerio de la Juventud de la República del Paraguay
	CUT
	CUT-A
URUGUAI	
	Departamento de Jóvenes del PIT-CNT
	Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay
	Instituto Nacional de la Juventud de la República Oriental del Uruguay
	PIT-CNT
VENEZUELA	
	Embajada de la República Bolivariana de Venezuela en Paraguay
REGIONAL	
	Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur
2010.1	
ARGENTINA	
	Rotary Club Resistencia Oeste
	Comisión Ciencias y Tecnología
	Asociación Narradores Argentinos
	Movimiento Evita
	Carta Abierta
BRASIL	
	Centro Esportivo Virtual
	Movimento estudantil
CHILE	
	Asociación Nacional de Funcionarios de Chile Deportes.
COLOMBIA	
	Universidad CAUCA
GUATEMALA	
	Asociación de Deporte para Personas con Discapacidad
MEXICO	
	Instituto de Actividad Física y Salud - universidad de Guadalajara
	Colectivo de Estudiantes Guaraní Vzla
PARAGUAI	

	Espacio Unitario - Congreso popular Sociedad Economía Política del Paraguay –SEPPY
URUGUAI	Escuela de Entrenadores ENEDIF. Ciudad de Montevideo. Teatro Comunitario Catalina
2010.2	
ARGENTINA	Carta abierta Radio Madres de Plaza de Mayo Radio El Libertador Agrupación Isauro Arancibia APEBI Asociación civil El Ágora Asociación Civil Generación (Posadas). Asociación Ester Goldenberg Asociación Trabajadores del Estado – Santa Fe Asociaciones Civiles de Discapacidad de San Juan y Nuevo cuyo CAMAC Cascos Blancos Centro de Comunicación Testimonio – Rafaela Centro de Investigación y Capacitación para Emprendedores Sociales Colectivo Discapacidad San Isidro Comisión de Pueblos Originarios. Comisión Discapacidad del CCSC de la Provincia de Chaco Confederación General de Profesionales de la Argentina Consejo Federal de Comunicación Audiovisual Cooperativa Libertador - Misiones. Corriente Nacional Martín Fierro. Federación Tierra y Vivienda. FEMEBA Frente Transversal Nacional y Popular. Fundación de Organización Comunitaria. Fundación Espíritu Santo Fundación Nosotros Fundación para la Epilepsia Fundación Protagonistas Idealistas.org Médicos del Mundo Arg/Cono Sur Movimiento Evita Mujeres de la Comunidad (Lomas de Zamora) Museo Isla del Cerrito. Radio Encuentro – Río Negro.

Radio Gráfica – Buenos Aires
 Radio La Nueva – Formosa
 Radio La Voz de las Madres – Buenos Aires
 Radio San Patricio – Rafaela
 Radios Comunitarias de Santiago Del Estero.
 Secretaría de Juventud (San Juan)
 Sociedad de Argentina de Medicina Antropológica
 Universidad Belgrano (UB)
 Universidad Católica Argentina
 Universidad de Buenos Aires (UBA)
 Universidad Kennedy (UK)
 Universidad Nacional de Jujuy
 Universidad Nacional de San Martín (UNSAM)
 Voluntarios Sin Fronteras
 Comisión de Afrodescendientes y Africanos/as Del Consejo Consultivo de la Cancillería
 Asociación Africa y su Diaspora
 Diafar
 FM La Nueva

BRASIL

Intervozes
 Radio de la Juventud
 Associação Brasileira de Empresas e empreendedores da comunicação
 Geledes – SP
 CENARAB- CONEN/ES
 Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN)
 Rede de Juventudes Negras Steven Biko
 Centro nacional de Africanidade e resistência afro-brasileira
 Instituto Adolpho Bahuer
 Movimento Negro Unificado (MNU)
 Sindicato dos Empregados de Processamento do Dados do Espírito Santo
 UNILA
 PARTIDO DOS TRABALHADORES
 Universidade de Santa Catarina

PARAGUAI

Radio Fe y Alegría
 Voces de Paraguay
 Asociación Parigual
 Decidamos
 FEDEM
 Ministerio de Comunicación
 Movimiento Tesai Reka
 Radio Candela

	Radio Patria Querida
URUGUAI	Universitarios y Técnicos Afrodescendientes (UAFRO) CEFIR Ovejas Negras Red Especial Uruguay Federación de Estudiante Universitarios FUS/ PIT-CNT Movimiento de Usuarios del Sistema de Salud Observatorio de Discapacidad de Montevideo Semanario Brecha
2011.1	
ARGENTINA	Unión de Madres Comisión de Tecnologías Sociales del Consejo Consultivo de la Sociedad Civil de la Cancillería Argentina Asociación Civil Software Libre Argentina, SoLAr Secretaría General de la FANCV Comisión de Afrodescendientes del Consejo Consultivo de la Cancillería Argentina Amigos de las Islas de Cabo Verde, Agrupación Afro Xango. Asociación Civil Cultura de Pasillos Asociación Civil La Causa Asociación Civil La Vereda DGCyE Dir. Infancia Municipio de Navarro Federación de tierra y vivienda, Red de Jardines Maternales Comunitarios Fundación Niños Unidos por el mundo Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires Madres contra el Paco Manos Solidarias Mujeres Activas, Nueva Identidad
BRASIL	Rede Cultural da Terra
PARAGUAI	Red Paraguaya de Afrodescendientes, Agrupación tradicional KambaCua. Plataforma de Teatro del Interior Sindicato de Ballet y Danza Sintraballet Organización de Profesionales del Audiovisual Paraguayo Centro Cultural Popular la Chispa Centro Paraguayo de Teatro

Federación Sin Techo y Centro Paraguayo de Teatro

La Comuna Cultural

FEPANE

Colectivo de Estudiantes y Actores de Teatro

Gabinete Civil de la Presidencia de la República del Paraguay;

Paraguay Educa - Programa una computadora por niño.

URUGUAI

CoopSolpy

UAFRO

Proyecto InfoArt

CEFIR

Observatorio de Políticas Públicas de Derechos Humanos en el Mercosur en Uruguay

Red Especial Uruguay

2011.2

ARGENTINA

Universidad de Buenos Aires

Unión de Madres

Movimiento Afrocultural Agrupación XANGO

INTI

CCSC

ECO SALUD

SOLAR

PROJETO EDUCA

Frente Transversal

Coop. Unión de Carreros

Comisión de Afrodescendientes del consejo Consultivo

Asociación Civil Cultura de Pasillos

Asociación Civil La Causa

Asociación Civil La Vereda

Asociación de Productores de Cine para la infancia

Observatorio APCI

Casa Vela

Dir. Alternativas Pedagógicas

DGCyE

Dir. Infancia Municipio de Navarro

Escuela municipal de Danzas N°1 "Nelly Ramicone"

Federación de tierra y vivienda

Fundación Niños Unidos por el mundo

late (Latinoamérica unida en trabajo y educación)

Madres contra el Paco

Manos Solidarias

Mujeres Activas

Nueva Identidad

	Red Iberoamericana de Trabajo con Familias
	Red de Jardines Maternales Comunitarios
	Red Unidos
	Les Madres
BRASIL	
	BANCO DO BRASIL
BOLIVIA	
	ACCICEU
PARAGUAI	
	MEC
	PRESIDENCIA PARAGUAI
	MINISTERIO DE SALUD
	ONG SUMANDO
URUGUAI	
	PROJETO EDUCA
	Acsun
	REDESUY
	Uafro
	Ruda y Chocolate
	Comisión de Afrodescendientes del consejo Consultivo Cancilleria
	CEFIR
	ANTEL
2012.1	
ARGENTINA	
	Emprender Juntos Asociación Civil
	Organización ADETEPS
	Comunidad Homosexual Argentina
	100% Diversidad y Derechos
	Putos Peronistas
	Agrupación" La campora"
	Agrupación "15 de Julio"
	Aequalis
	Observatorio para la promoción de derechos de la diversidad sexual
	Consejo Consultivo de la Sociedad Civi
	Confederación de Trabajadores Municipales-CTM
	Programa ECOANDINIA
	FESTRAM
	Fomento a la inserción laboral
	CTA
	AMSAFE
	Mutual Ayuda a la Comunidad
	Movimiento Evita
	ATE – INAES-

	Asociación civil “La casa”
	Organización Social y Política “Los Pibes”
	Sindicato de Trabajadores Municipales de Guaymallén
	Asociación Judicial Bonaerense
	Unión Productiva de Empresas Autogestionadas
	Fundación Argentina de Etoecología – F.A.E.
	Asociación Proteger
	Universidad de Buenos Aires
	Estudio López Dardaine.
	Rotary Club Belgrano
	Laberinto Sur
	Universidad Abierta Interamericana
	Asoc.Comun.Santa Elvira
	FAVIM
	Foro Nuevo Cuyo
	Uncuyo C. Políticas
	Ciudadano
CHILE	
	Pueblo Hace Cultura
EL SALVADOR	
	PAIZ
URUGUAI	
	Confederación Mipymes
	CADESYC
PARAGUAI	
	Consejo Permanente de la Sociedad Civil Paraguaya ante el MERCOSUR
	Asociación Desarrollo Económico y Cultural – ADEC
	Organización de Vendedores Ambulantes OVA
	Coordinadora Organizacional de Recicladores de Asunción
	Juventud del PSUV
REGIONAL	
	Mesa Permanente Economía Social Solidaria del Mercosur.
2013.1	
ARGENTINA	
	Socialistas para la Victoria
	Casa Patria Grande
	CGT
	Comisión Cambio Climático
	Comisión Comunicación
	Comisión Cultura
	Comisión Deportes
	Comisión Derechos Humanos
	Comisión Discapacidad

Comisión Educación
 Comisión Equidad de Género
 Comisión Infancia y Adolescencia
 Comisión Informalidad Laboral
 Comisión Juventud
 Comisión Migraciones
 Comisión Pensamiento Latinoamericano
 Comisión Pueblos Originarios
 Comisión Salud
 Comisión Soberanía Alimentaria
 Comisión Tierra, Vivienda y Hábitat
 Comisión Usuarios
 Consejo Consultivo de la Sociedad Civil
 Corriente Nacional Descamisados
 Confederación Sindical de Trabajadores/as de las Americas CTA
 Instituto Interamericano de Derechos Humanos Instituto Interamericano del
 Niño, la Niña y el Adolescente - IIN-OEA Junto a Cristina Siempre
 Kolina
 Argentina La Cámpora
 Martín Fierro
 Movimiento Evita
 Partido Comunista Argentino

BRASIL

Federação Democrática Internacional de Mulheres
 Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
 Fórum Brasileiro de Economia Solidária
 Rede Brasileira Pela Integração dos Povos
 UGT
 UNEGRO
 União Brasileira de Mulheres
 Universidade Federal da Integração Latino-Americana
 Central Geral de Trabalhadores do Brasil
 Centro de Apoio ao Migrante
 Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante
 Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa
 Confederação de Mulheres do Brasil
 Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
 CUT
 Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

CHILE

CAT
 CUTCH

HAITI

	Coordinadora por el retiro de tropas de Haití
PARAGUAI	SUMANDO Consejo de organizaciones sociales Asociación de Desarrollo Económico y Cultural Asociación de Indígenas del Paraguay Asociación de Organizaciones Juveniles Comunitarias de Curuguaty Axial Naturaleza y Cultura CAPICI Central nacional de trabalhadores (CNT) CUTA UNT VOCES PARAGUAY Parigual
URUGUAI	Unión Nacional de Ciegos del Uruguay Centro Comercial e Industrial de Santa Lucia Centro Cooperativista Uruguayo Centro de Atención Técnico Especializado Centro Industrial de Panaderos Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo Centro Nacional de Rehabilitación Psíquica Dr. Alberto Martínez Visca Centro Talleres Mecánicos de Automóviles Confederación Empresarial del Uruguay Colectivo Ovejas Negras Comisión Nacional No a la Baja Consenso por la Paz Palestino Israelí Cotidiano Mujer DINAPYME Empresarial BPS ACAC ANMYPE Asociación Civil " Grupo de la Esperanza" Asociación Civil y Cultural Casa de los Inmigrantes "Cesar Vallejo" Asociación Comercial e Industrial de Rivera Asociación de Profesionales para el Estudio Social Integral Asociación Latinoamericana de Hidrología Subterránea para el Desarrollo Asociación Todos Unidos Enfermedades Raras Uruguay CADESYC Fundación Entre Soles y Lunas FUNDASOL Idas y Vueltas, familiares y amigos de migrantes InfoART Instituto de Promoción Económico Social del Uruguay

Mesa de Convención Mipymes
 MIDES
 UAFRO
 Parque Industrial del Cerro
 PIT-CNT
 Oficina de Planeamiento y presupuesto (OPP)
 Red Especial Uruguay
 República Microfinanzas
 Unidad Mypes de la Intendencia Montevideo
 Unión de Mujeres Uruguayas

VENEZUELA

Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora
 Gran Polo Patriota (GPP)
 Radio Espacio
 Red de Justicia y Paz
 AFLCIO Afro Descendientes
 Araña Feminista
 ALBA T.V
 Aldeas Infantiles SOS
 BARRIO TV
 CBST
 Colectivo Alianza Sexo Género Diverso Revolucionaria
 Colectivo Radiofónico de Petare

REGIONAL

Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur
 Alampyme - Associação Latino Americana de Micro Pequenas e Médias
 Incidir. Iniciativas para la Cooperación Internacional, el Desarrollo y la Integración Regional
 Mercociudades
 Programa Mercosur Social y Solidário
 Observatorio de Políticas Públicas de Derechos Humanos en el MERCOSUR
 Programa Microfinanzas
 Instituto Interamericano del Niño, la Niña y el Adolescente
 Instituto Interamericano de Derechos Humanos

ANEXO II - LISTA DE ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES DAS CÚPULAS SOCIAIS DO MERCOSUL ENTRE 2006 E 2013 SEGUNDO A ÁREA DE ATUAÇÃO

AFRODESCENDENTES

Aliança Estratégica Afro-Latina	ARGENTINA
Diafar	ARGENTINA
Amigos de las Islas de Cabo Verde,	ARGENTINA
Agrupación Afro Xango.	ARGENTINA
Africa y su Diáspora	ARGENTINA
Aliança Estratégica Afrolatina (Brasil)	BRASIL
Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN)	BRASIL
Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará	BRASIL
Movimento Negro Unificado (MNU)	BRASIL
Fórum Nacional da Juventude Negra	BRASIL
Rede de Juventudes Negras Steven Biko	BRASIL
Centro nacional de Africanidade e resistência afro-brasileira (CENARAB- CONEN/ES)	BRASIL
UNEGRO	BRASIL
Red Paraguaya de Afrodescendientes, Agrupación tradicional KambaCua.	PARAGUAI
Red Diáspora/ Idas y Vueltas (Uruguai)	URUGUAI
Universitarios y Técnicos Afrodescendientes (UAFRO) - Uruguay	URUGUAI
Asocioacion cultural y social uruguay negro (Acsun)	URUGUAI
Ruda y Chocolate	URUGUAI
Red de Organizaciones Afrovenezolanas (Venezuela)	VENEZUELA
AFLCIO Afro Descendientes	VENEZUELA

AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Federación de Cooperativas “Todos Juntos” de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.	ARGENTINA
Cooperativa El Ceibo,	ARGENTINA
Cooperativa “El Caracol” de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.	ARGENTINA
Cooperativa San Expedito de Santa Ana, Pcia. de Tucumán.	ARGENTINA
Unión de Campesinos PORIAJHU	ARGENTINA
Foro de la Agricultura Familiar de Argentina	ARGENTINA
Movimiento Campesino Santiago del Estero (MOCASE)	ARGENTINA
Coop. Unión de Carreros	ARGENTINA
Cooperativa de Trabajo “El Manantial” de la Provincia de Tucumán.	ARGENTINA
Unión Productiva de Empresas Autogestionadas-(Argentina).	ARGENTINA
Federación Agraria Argentina	ARGENTINA
Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários	BRASIL
Conf. Nac. dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	BRASIL
União Nac.das Coop. Agricultura Familiar e Economia Solidária	BRASIL
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG	BRASIL

Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil – FETRAF (Brasil)	BRASIL
Rede Cultural da Terra	BRASIL
FEPS/PA (Fórum de Economia Popular Solidária)	BRASIL
Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES (Brasil)	BRASIL
Unión Agrícola Nacional (Paraguay)	PARAGUAI
Organización Nacional Campesina	PARAGUAI
Centro Cooperativista Uruguayo	URUGUAI
Intergremial de Productores de Leche	URUGUAI
Asociacion de Colonos	URUGUAI

AMBIENTE

Asociación Civil Red Ambiental	ARGENTINA
Red Eco Alternativo	ARGENTINA
Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación	ARGENTINA
Fed. Brasileira de ONGs Meio Ambiente e Desenvolvimento	BRASIL
Grupo de Trabalho Amazônico (Brasil)	BRASIL
Centro de Estudos Ambientais (Brasil)	BRASIL
Amigos de la Tierra	PARAGUAI
SOBREVIVENCIA	PARAGUAI
Movimiento Tesai Reka	PARAGUAI
Amigos de la Tierra	URUGUAI
Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe	REGIONAL

COMUNICAÇÃO

Red Eco Alternativo	ARGENTINA
Radio Encuentro	ARGENTINA
Radio Gráfica	ARGENTINA
Radio La Nueva	ARGENTINA
Radio La Voz de las Madres	ARGENTINA
Radio San Patricio	ARGENTINA
Radios Comunitarias de Santiago Del Estero.	ARGENTINA
Periódico El Espejo	ARGENTINA
Radio Madres de Plaza de Mayo	ARGENTINA
Radio El Libertador	ARGENTINA
Revista Cuadernos del Sur	ARGENTINA
Carta Abierta	ARGENTINA
Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC	BRASIL
Radio da Juventude	BRASIL
Associação Brasileira de Empresas e empreendedores da comunicação (Altercom)	BRASIL
Intervozes	BRASIL
Fábrica do Futuro – Cataguases – MG (Brasil)	BRASIL

CARE

RADIO Fe y Alegria

Voces Paraguay

Radio Candela

Radio Patria Querida

Radio Mundo Real (Uruguai)

Carta aberta

Nuevo Sur SUDACA

semanario brecha

TELESUR

Radio Espacio

ALBA T.V

BARRIO TV

Colectivo Radiofónico de Petare

BRASIL

PARAGUAI

PARAGUAI

PARAGUAI

PARAGUAI

URUGUAI

URUGUAI

URUGUAI

URUGUAI

VENEZUELA

VENEZUELA

VENEZUELA

VENEZUELA

VENEZUELA

CULTURA

Museo Che Guevara

Museo Isla del Cerrito.

Escuela municipal de Danzas N°1 "Nelly Ramicone"

Asociación Narradores Argentinos

Associação Brasileira de Festivais Independentes – ABRAFIN (Brasil)

Movimento Organizado Hip-Hop Brasil (Brasil)

Pontão de Cultura Teatro do Oprimido –RJ (Brasil)

Ponto de Cultura Cinema de Animação – PE (Brasil)

Ponto de Cultura Cachoeira – BA (Brasil)

Ponto de Cultura Rede Comunitária (Brasil)

Ponto de Cultura Circo Voador – RJ (Brasil)

Ponto de Cultura Vila Buarque – SP (Brasil)

Ponto de Cultura Acartes – CE (Brasil)

Centro de Cultura Luiz Freire (Brasil)

Associação de Juventude pelo Resgate da Cultura e da Cidadania

Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

Comissão Paulista de Pontos de Cultura

Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA)

Fórum Cultural Mundial (Brasil)

Casa de Cultura Tainã

Projeto Axé

Plataforma de Teatro del Interior

Sindicato de Ballet y Danza Sintraballet

Centro Cultural Popular la Chispa

Centro Paraguayo de Teatro

Colectivo de Estudiantes y Actores de Teatro

ARGENTINA

ARGENTINA

ARGENTINA

ARGENTINA

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

BRASIL

PARAGUAI

PARAGUAI

PARAGUAI

PARAGUAI

PARAGUAI

Teatro Comunitario Catalina

URUGUAI

DIREITOS HUMANOS

FANCV (Fundación Argentina a las Naciones Camino a la Verdad).

ARGENTINA

Rotary Club Belgrano

ARGENTINA

Rotary Club Resistencia Oeste

ARGENTINA

ATTAC ARGENTINA

ARGENTINA

Voluntarios Sin Fronteras

ARGENTINA

Mutual Ayuda a la Comunidad

ARGENTINA

CAMAC

ARGENTINA

Red no a la Trata de personas

ARGENTINA

Red Provincial de Monitoreo de la Ley de Violencia

ARGENTINA

Foro Social Mundial/Argentina

ARGENTINA

Foro Nuevo Cuyo

ARGENTINA

Red Iberoamericana de Trabajo con Familias

ARGENTINA

Frente de Organizaciones Sociales de la Pcia. de Tucumán.

ARGENTINA

Asociación Ex Detenido Desaparecido (AEDD)

ARGENTINA

Asociación Civil Cheeguera

ARGENTINA

Asociación civil El Ágora

ARGENTINA

Asociación Civil Generación (Posadas).

ARGENTINA

Asociación Ester Goldenberg

ARGENTINA

Fundación de Organización Comunitaria.

ARGENTINA

Fundación Espíritu Santo

ARGENTINA

Fundación Nosotros

ARGENTINA

Fundación Protagonistas

ARGENTINA

Rotary Club Belgrano

ARGENTINA

Programa ECOANDINIA

ARGENTINA

Movimiento Evita

ARGENTINA

Asociación Civil Cultura de Pasillos

ARGENTINA

Asociación Civil La Causa

ARGENTINA

Asociación Civil La Vereda

ARGENTINA

Rotary Club Resistencia Oeste

ARGENTINA

Fundación Pro Bienestar Social de la Provincia de Tucumán.

ARGENTINA

Fundación Servicio Paz y Justicia

ARGENTINA

Asociación civil "La casa"

ARGENTINA

Red Solidaria por los Derechos Humanos (REDH)

ARGENTINA

Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH) Rosario

ARGENTINA

Manos Solidarias

ARGENTINA

FAVIM

ARGENTINA

Asociación Proteger

ARGENTINA

Fundación Niños Unidos por el mundo

ARGENTINA

Asociación Civil 17 de Noviembre de la Pcia. de Tucumán.	ARGENTINA
Liga Argentina de Derechos del Hombre (LADH)	ARGENTINA
Movimiento por la Paz, la Soberanía y la Solidaridad (MOPASSOL)	ARGENTINA
ATTAC BRASIL	BRASIL
Conectas Direitos Humanos	BRASIL
Intervozes	BRASIL
Rede de Jovens do Nordeste (Brasil)	BRASIL
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos	BRASIL
Fórum Nacional Movimentos e Organizações de Juventude .	BRASIL
Fórum Municipal em Defesa da Cidadania	BRASIL
Fórum da Amazônia Oriental	BRASIL
Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)	BRASIL
Fed. Brasileira de ONGs Meio Ambiente e Desenvolvimento	BRASIL
Central dos Movimentos Populares (CMP)	BRASIL
Fundação Abrinq – Brasil	BRASIL
Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante	BRASIL
Centro de Apoio ao Migrante – CAMI	BRASIL
CARE Brasil	BRASIL
E- Changer/Brasil	BRASIL
Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida	BRASIL
Campanha Global contra a Fome e a Pobreza	PARAGUAI
Decidamos	PARAGUAI
Idas y Vueltas, familiares y amigos de migrantes	URUGUAI
Plataforma Interamericana de Derechos Humanos	REGIONAL
Grito de los Excluidos/as Mesoamericano	REGIONAL
Instituto Interamericano del Niño, la Niña y el Adolescente	REGIONAL
Instituto Interamericano de Derechos Humanos	REGIONAL
Red Solidaria por los Derechos Humanos (REDH)	INTERNACIONAL

DIREITOS REPRODUTIVOS E SEXUAIS

Comunidad Homosexual Argentina	ARGENTINA
100% Diversidad y Derechos	ARGENTINA
Putos Peronistas	ARGENTINA
Observatorio para la promoción de derechos de la diversidad sexual	ARGENTINA
Les Madres	ARGENTINA
Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (Sodireitos)	BRASIL
Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais	BRASIL
Colectivo Ovejas Negras	URUGUAI
Colectivo Alianza Sexo Género Diverso Revolucionaria	VENEZUELA

EDUCAÇÃO

Conselho de Educação de Adultos da América Latina	ARGENTINA
Universidad Belgrano (UB)	ARGENTINA
Universidad Católica Argentina	ARGENTINA
Universidad de Buenos Aires (UBA)	ARGENTINA
Universidad Kennedy (UK)	ARGENTINA
Universidad Nacional de Jujuy	ARGENTINA
Universidad Nacional de San Martín (UNSAM)	ARGENTINA
Universidad Nacional de Cuyo	ARGENTINA
Red de Jardines Maternales Comunitarios	ARGENTINA
Aequalis	ARGENTINA
União Nacional dos Estudantes (Brasil)	BRASIL
Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Brasil)	BRASIL
Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (Brasil)	BRASIL
Educafro (Brasil)	BRASIL
União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Brasil)	BRASIL
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	BRASIL
Universidade de Santa Catarina	BRASIL
Unila	BRASIL
Esplar, Centro de Pesquisa e Assessoria	BRASIL
União Municipal dos Estudantes Secundaristas	BRASIL
Movimento Estudantil	BRASIL
Fórum Mundial de Educação (Brasil)	BRASIL
FMAP - Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos, Maria Alice de Paula Santos	BRASIL
Centro Esportivo Virtual	BRASIL
Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay	URUGUAI
Escuela de Entrenadores ENEDIF.	URUGUAI
Centro de Atención Técnico Especializado	URUGUAI
Universidad Bolivariana (Venezuela)	VENEZUELA
Universidad Latinoamericana y del Caribe (Venezuela)	VENEZUELA
Federación Bolivariana de Asociaciones de Estudiantes Universitarios de Tinaquillo (Venezuela)	VENEZUELA
Organización Caribeña y Latinoamericana de Estudiantes (OCLAE)	REGIONAL
Universidad Abierta Interamericana	REGIONAL
Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes	REGIONAL
Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação	REGIONAL

INDÍGENAS

Comisión de Pueblos Originarios.	ARGENTINA
Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI)	ARGENTINA
Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia – COIAB (Brasil)	BRASIL
Red de Entidades Privadas al Servicio de los Pueblos Indígenas	PARAGUAI
Asociación de Indígenas del Paraguay	PARAGUAI
Axial Naturaleza y Cultura	PARAGUAI

Red de Organizaciones Indígenas, Chaco

REGIONAL

INTEGRAÇÃO REGIONAL

Cascos Blancos	ARGENTINA
Casa Patria Grande	ARGENTINA
Red Unidos	ARGENTINA
Convocatoria No al CIADI, Sí a la Soberanía	ARGENTINA
Movimiento por la Soberanía y la Integración de los Pueblos (MoSIP)	ARGENTINA
Casa Patria Grande	ARGENTINA
Ministerio de la Producción Pcia de Santa Fe	ARGENTINA
Comisión Cambio Climático AR	ARGENTINA
Comisión Comunicación AR	ARGENTINA
Comisión Cultura AR	ARGENTINA
Comisión Deportes AR	ARGENTINA
Comisión Derechos Humanos AR	ARGENTINA
Comisión Discapacidad AR	ARGENTINA
Comisión Educación AR	ARGENTINA
Comisión Equidad de Género AR	ARGENTINA
Comisión Infancia y Adolescencia AR	ARGENTINA
Comisión Informalidad Laboral AR	ARGENTINA
Comisión Juventud AR	ARGENTINA
Comisión Migraciones AR	ARGENTINA
Comisión Pensamiento Latinoamericano AR	ARGENTINA
Comisión Pueblos Originarios AR	ARGENTINA
Comisión Salud AR	ARGENTINA
Comisión Soberanía Alimentaria AR	ARGENTINA
Comisión Tierra, Vivienda y Hábitat AR	ARGENTINA
Comisión Usuarios AR	ARGENTINA
Gabinete Pcia de Tierra del Fuego AR	ARGENTINA
Subsecretaría de Gestión Municipal Ministerio del Interior de la Nación AR	ARGENTINA
Asuntos Institucionales y Cooperación Internacional Municipalidad de Cordoba.	ARGENTINA
Secretaría de Industria AR	ARGENTINA
Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación AR	ARGENTINA
Ministerio de Economía AR	ARGENTINA
Comisión Nacional de Fomento Rural AR	ARGENTINA
CCSC	ARGENTINA
Consejo Federal de Comunicación Audiovisual	ARGENTINA
Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (IANES)	ARGENTINA
Ministerio de Desarrollo Social	ARGENTINA
Comisión de Juventud e Integración Cancillería Argentina	ARGENTINA
Delegación Municipalidad de Gualaguaychu	ARGENTINA
Fomento a la inserción laboral-(Buenos Aires-Argentina).	ARGENTINA

Direção Nacional de Juventude da República Argentina	ARGENTINA
Comisión de Afrodescendientes y Africanos/as Del Consejo Consultivo de la Cancilleria	ARGENTINA
Comisión de Tecnologías Sociales del Consejo Consultivo de la Sociedad Civil de la Cancillería Argentina	ARGENTINA
DGCyE	ARGENTINA
Dir. Infancia Municipio de Navarro	ARGENTINA
Secretaría de Juventud (San Juan)	ARGENTINA
Dir. Alternativas Pedagógicas	ARGENTINA
INTI	ARGENTINA
PROJETO EDUCA	ARGENTINA
Plataforma Federal de Juventudes Argentina	ARGENTINA
Secretaria de Estado Gobiernos Locales	BRASIL
Secretaria Nacional de Juventud	BRASIL
Secretaria general de la Presidencia	BRASIL
Comissão Brasileira Justiça e Paz (Brasil)	BRASIL
COMPIR/ Betim M.G.	BRASIL
Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Brasil)	BRASIL
Vice-Ministério de Juventude da República do Paraguai	PARAGUAI
Ministerio de Comunicación	PARAGUAI
Gabinete Civil de la Presidencia de la República del Paraguay	PARAGUAI
Paraguay Educas.	PARAGUAI
MEC	PARAGUAI
MINISTERIO DE SALUD	PARAGUAI
Iniciativa Paraguaya por la Integración de los Pueblos	PARAGUAI
Consejo Permanente de la Sociedad Civil Paraguaya ante el MERCOSUR	PARAGUAI
Ministerio de Desarrollo Social	URUGUAI
Comisión Nacional de Fomento Rural (Uruguai)	URUGUAI
Comisión de Afrodescendientes del consejo Consultivo Cancilleria	URUGUAI
Proyecto InfoArt	URUGUAI
Oficina de Planeamiento y presupuesto (OPP)	URUGUAI
Rede especial uruguaya	URUGUAI
Ministerio de Educación	VENEZUELA
Instituto Nacional de Juventude da República Bolivariana da Venezuela	VENEZUELA
Embajada de la República Bolivariana de Venezuela en Paraguay	VENEZUELA
Movimiento Bolivariano para la Unidad Latinoamericana- MOBUL (Venezuela)	VENEZUELA
Encuentro Latinoamericano por la Soberanía y la Integración	REGIONAL
iniciativas para la Cooperación Internacional, el Desarrollo y la Integración Regional	REGIONAL
Programa Somos Mercosul	REGIONAL
Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul	REGIONAL
Programa Mercosul Social e Solidário	REGIONAL
Rede Mercocidades	REGIONAL
Democracia y Desarrollo - Iniciativa Mercosur	REGIONAL
Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul	REGIONAL

Conf.de Produtores da Agricultura Familiar do MERCOSUL	REGIONAL
Mesa Permanente Economía Social Solidaria del Mercosur.	REGIONAL
GeoJuvenil MERCOSUR	REGIONAL
Geo Juvenil para América Latina y el Caribe	REGIONAL
Observatorio de Políticas Públicas de Derechos Humanos en el MERCOSUR	REGIONAL
Fórum Universitário do Mercosul – FOMERCO (Regional)	REGIONAL
Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM)	REGIONAL

MULHERES

União de Mulheres da Argentina	ARGENTINA
Mujeres Activas,	ARGENTINA
Mujeres de la Comunidad (Lomas de Zamora)	ARGENTINA
Feministas en Acción	ARGENTINA
Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras	BRASIL
Marcha Mundial das Mulheres	BRASIL
Articulação de Mulheres Brasileiras	BRASIL
Centro feministas de estudos e assessoria CFEMEA	BRASIL
Confederação das Mulheres do Brasil	BRASIL
Geledés – Instituto da Mulher Negra	BRASIL
União Brasileira de Mulheres	BRASIL
Federação Democrática Internacional de Mulheres	BRASIL
FAOR - Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense	BRASIL
União de Mulheres Paraguias	PARAGUAI
Instituto de Mujeres Uruguay	URUGUAI
Articulación Feminista Marcosur (Uruguai)	URUGUAI
Asociación de Mujeres Rurales de Uruguay	URUGUAI
União de Mulheres do Uruguai	URUGUAI
Cotidiano Mujer	URUGUAI
INAMUJER	VENEZUELA
Araña Feminista	VENEZUELA
Red Latinoamericana de Mujeres Transformando la Economía (REMTE)	REGIONAL

PESQUISA E CAPACITAÇÃO

Club de la Pluma - Economistas de izquierda (EDI)	ARGENTINA
Observatorio APCI	ARGENTINA
Centro de comunicacion testimonio - Rafaela	ARGENTINA
Fundación SES	ARGENTINA
Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais Econômicas)	BRASIL
Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC (Brasil)	BRASIL
Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania Global (Brasil)	BRASIL
Instituto Observatório Social (Brasil)	BRASIL

Instituto Pólis (Brasil)	BRASIL
Instituto Paulo Freire (Brasil)	BRASIL
Instituto Solidariedade Brasil (Brasil)	BRASIL
Instituto Terceiro Setor (Brasil)	BRASIL
Instituto Terra Azul (Brasil)	BRASIL
Instituto Políticas Alternativas para elConoSur (PACS)	BRASIL
Instituto Adolpho Bahuer	BRASIL
Centro de Estudos Estratégicos Sul-Americanos (Brasil)	BRASIL
Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária	BRASIL
Centro de Referência Especializado de Assistência Social	BRASIL
Centro Int. Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento	BRASIL
Fundação Friedrich Ebert	BRASIL
Social Watch/ Instituto Tercer Mundo (Uruguai)	URUGUAI
Centro de Investigación y Capacitación para Emprendedores Sociales (CICES)	URUGUAI
CEFIR	URUGUAI
Instituto Nacional de Juventude da República Oriental do Uruguay	URUGUAI
Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo	URUGUAI
Centro Talleres Mecánicos de Automóviles	URUGUAI
Instituto de Promoción Económico Social del Uruguay	URUGUAI
Centro de Innovación Tecnológica y Cooperación Internacional (Venezuela)	VENEZUELA
Consejo Latinoamericano de las Ciencias Sociales (CLACSO)	REGIONAL
Observatorio Internacional de la Deuda en América Latina (OID)	REGIONAL

POLÍTICA

Partido comunista argentino	ARGENTINA
Agrupación" La campora"	ARGENTINA
Agrupación "15 de Julio"	ARGENTINA
Kolina	ARGENTINA
Socialistas para la Victoria	ARGENTINA
Frente Transversal Nacional y Popular	ARGENTINA
Corriente Nacional Martín Fierro.	ARGENTINA
União da Juventude Socialista	BRASIL
Partido dos Trabalhadores	BRASIL
Espacio Unitario - Congreso popular	PARAGUAI
JUVENTUD DEL PSUV	PARAGUAI
Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora	VENEZUELA
Gran Polo Patriótico (GPP)	VENEZUELA

PORTADORES DE NECESIDADES

Asociaciones Civiles de Discapacidad de San Juan y Nuevo cuyo	ARGENTINA
CAMAC	ARGENTINA

Colectivo Discapacidad San Isidro	ARGENTINA
Fundación para la Epilepsia	ARGENTINA
Casa Vela	ARGENTINA
APBI	ARGENTINA
Casa Vela	ARGENTINA
Federacion Paraguaya de personas com necesidades especiales (FEPANE)	PARAGUAI
Observatorio de Discapacidad de Montevideo	URUGUAI
Centro Nacional de Rehabilitación Psíquica Dr. Alberto Martínez Visca	URUGUAI
Asociación Todos Unidos Enfermedades Raras Uruguay	URUGUAI

RELIGIÃO

Conciencia Sin Barreras	ARGENTINA
Espacio Ecuménico	ARGENTINA
Associação dos Estudantes Indígenas (Brasil)	BRASIL
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (Brasil)	BRASIL
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC (Brasil)	BRASIL
Cáritas Brasil rede	BRASIL
Rede FALE - BRASIL	BRASIL
Comissão Brasileira Justiça e Paz (Brasil)	BRASIL
Secretaría Ejecutiva del Comité de Iglesias	PARAGUAI
Jubileo Sur/Américas (JS/A)	REGIONAL
Servicio Paz y Justicia en América Latina (SERPAJ-AL)	REGIONAL
Justicia, Paz e Integridad de la Creación (JUPIC)	REGIONAL
Federación Luterana Mundial	INTERNACIONAL

TRABALHO: EMPREGADORES

Sociedad de Argentina de Medicina Antropológica	ARGENTINA
FEMEBA	ARGENTINA
Asociación Civil Software Libre Argentina, SoLAr	ARGENTINA
ECO SALUD	ARGENTINA
Estudio López Dardaine.	ARGENTINA
Médicos del Mundo Arg/Cono Sur	ARGENTINA
Rede Brasil sobre Instituciones Financieras Multilaterales	BRASIL
BANCO DO BRASIL	BRASIL
Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania	BRASIL
Sociedad Economía Política del Paraguay –SEPPY	PARAGUAI
CoopSolpy (cooperativa - software livre)	PARAGUAI
Asociación Nacional de Micro y Pequeña Empresa	URUGUAI
ANTEL	URUGUAI
Centro Comercial e Industrial de Santa Lucia	URUGUAI
Centro Industrial de Panaderos	URUGUAI

Confederación Empresarial del Uruguay	URUGUAI
Empresarial BPS	URUGUAI
Parque Industrial del Cerro	URUGUAI
Confederación Mipymes (micro e pequenas empresas)	URUGUAI
Direciona Nacional de Artesanías, pequeñas y medianas empreas (DINAPYME)	URUGUAI
ACAC (instituição financeira)	URUGUAI
Asociacion Nacional de Micro y Pequeñas empresas (ANMYPE)	URUGUAI
FUNDASOL	URUGUAI
República Microfinanzas	URUGUAI
Unidad Mypes de la Intendencia Montevideo	URUGUAI
FEDEINDUSTRIA (Venezuela)	VENEZUELA
Confederación Latinoamericana de Abogados.	REGIONAL
Programa Microfinanzas	REGIONAL
Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios (APYME)	REGIONAL
Alampyme - Associação Latino Americana de Micro Pequenas e Médias	REGIONAL

TRABALHO: EMPREGADOS

Frente de Profesionales Universitarios	ARGENTINA
Confederación General de Profesionales de la República Argentina	ARGENTINA
CTA	ARGENTINA
ATTAC ARGENTINA	ARGENTINA
Asociación Trabajadores del Estado – Santa Fe	ARGENTINA
Confederación de Trabajadores Municipales-CTM	ARGENTINA
Confederación General de Profesionales de la Argentina	ARGENTINA
FESTRAM	ARGENTINA
Sindicato de Trabajadores Municipales de Guaymallén	ARGENTINA
Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul	BRASIL
CGT	BRASIL
CTA	BRASIL
CUT	BRASIL
FORÇA SINDICAL	BRASIL
CGT	BRASIL
CGTB	BRASIL
UGT	BRASIL
CTB	BRASIL
Sindicato dos Empregados de Processamento do Dados do Espírito Sant	BRASIL
ATTAC BRASIL	BRASIL
SINDSAUDE	BRASIL
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Brasil)	BRASIL
CUT	PARAGUAI
CUT-A	PARAGUAI
Organización de Profesionales del Audiovisual Paraguay	PARAGUAI

CNT	PARAGUAI
Sindicato de Ballet y Danza Sintraballet	PARAGUAI
Convencion Nacional de Trabajadores (CNT)	URUGUAI
Asociación de Profesionales para el Estudio Social Integral	URUGUAI
Asociación Latinoamericana de Hidrología Subterránea para el Desarrollo	URUGUAI
Central Unitaria de Trabajadores de Venezuela – CUTV (Venezuela)	VENEZUELA
Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores	REGIONAL
Associação de Educadores da América Latina e Caribe	REGIONAL
Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores	REGIONAL
Associação de Educadores da América Latina e Caribe	REGIONAL
OUTROS	
Ciudadano	ARGENTINA
Laberinto Sur	ARGENTINA
Emprender Juntos Asociación Civil	ARGENTINA
Organización Social y Política “Los Pibes”	ARGENTINA
Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora	ARGENTINA
Madres contra el Paco	ARGENTINA
Manos Solidarias	ARGENTINA
FAVIM	ARGENTINA
Nueva Identidad	ARGENTINA
Organización Social y Política “Los Pibes”	ARGENTINA
Multisectorial de Solidaridad con Cuba	ARGENTINA
Idealistas.org	ARGENTINA
Movimiento de Ocupantes e Inquilinos	ARGENTINA
Madres contra el Paco	ARGENTINA
Nueva Identidad	ARGENTINA
Unión de Madres	ARGENTINA
Movimiento por la Reforma Urbana	ARGENTINA
Cooperativa Libertador - Misiones.	ARGENTINA
Fundación Argentina de Etoecología – F.A.E	ARGENTINA
Idealistas.org	ARGENTINA
Asociación Judicial Bonaerense	ARGENTINA
Escola de Gente Comunicação e Inclusão (Brasil)	BRASIL
Associação Brasileira de ONGs – ABONG (Brasil)	BRASIL
Escola de Gente Comunicação e Inclusão (Brasil)	BRASIL
Fábrica do Futuro – Cataguases – MG (Brasil)	BRASIL
Organização Brasileira de Juventude (Brasil)	BRASIL
União dos Escoteiros do Brasil (Brasil)	BRASIL
FBOMS (FORUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS)	BRASIL
Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (Brasil)	BRASIL
Federação de Entidades vecinalistas del Paraguay (FEDEM)	PARAGUAI

Federación Sin Techo	PARAGUAI
Asociación de ONGs. del Paraguay	PARAGUAI
Casa da Juventude	PARAGUAI
Asociación Parigual	PARAGUAI
ONG SUMANDO	PARAGUAI
Asociación Desarrollo Económico y Cultural – ADEC	PARAGUAI
Organización de Vendedores Ambulantes OVA ****	PARAGUAI
Coordinadora Organizacional de Recicladores de Asunción	PARAGUAI
Consejo de organizaciones sociales	PARAGUAI
Asociación de Organizaciones Juveniles Comunitarias de Curuguaty	PARAGUAI
La Comuna Cultural	PARAGUAI
ANONG - Asociación Nacional de Ong al Desarrollo de Uruguay	URUGUAI
Asociación Nacional de ONGs de Uruguay	URUGUAI
Movimiento de Usuarios del Sistema de Salud	URUGUAI
Asociación Civil " Grupo de la Esperanza"	URUGUAI
Comisión Ciudadana por una Auditoría de la Deuda	URUGUAI
Grupo Historia y Memoria	URUGUAI
el abrojo	URUGUAI
CADESYC	URUGUAI
no la baja (maioridade penal)	URUGUAI
Consenso por la Paz Palestino Israelí	URUGUAI
Fundación Entre Soles y Lunas	URUGUAI
Idas y Vueltas, familiares y amigos de migrantes	URUGUAI
Red de Justicia y Paz	VENEZUELA
Aldeas Infantiles SOS	VENEZUELA
iniciativas para la Cooperación Internacional, el Desarrollo y la Integración Regional	REGIONAL
LATINDADD	REGIONAL
Convergencia de Movimientos Populares de América (COMPA)	REGIONAL
Observatorio Internacional de la Deuda en América Latina (OID)	REGIONAL
Red Internacional de Género y Comercio	REGIONAL
Sociedad Latinoamericana de Economía Política (SEPLA)	REGIONAL
Geo Juvenil para América Latina y el Caribe	REGIONAL

ANEXO III - LISTA DE ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES DAS CÚPULAS SOCIAIS DO MERCOSUL ENTRE 2006 E 2013 SEGUNDO O FORMATO ASSOCIATIVO

ASSOCIAÇÃO

ATTAC ARGENTINA	ARGENTINA
Voluntarios Sin Fronteras	ARGENTINA
Nueva Identidad	ARGENTINA
Mutual Ayuda a la Comunidad	ARGENTINA
Diafar - Diapora Africana de la Argentina	ARGENTINA
Amigos de las Islas de Cabo Verde,	ARGENTINA
Africa y su Diáspora	ARGENTINA
Mujeres Activas,	ARGENTINA
Mujeres de la Comunidad (Lomas de Zamora)	ARGENTINA
Feministas en Acción	ARGENTINA
Asociación Ex Detenido Desaparecido (AEDD)	ARGENTINA
Asociación Civil Cheeguera	ARGENTINA
Asociación civil El Ágora	ARGENTINA
Asociación Civil Generación (Posadas).	ARGENTINA
Asociación Ester Goldenberg	ARGENTINA
Asoc.Comun.Santa Elvira	ARGENTINA
Asociación Civil Cultura de Pasillos	ARGENTINA
Asociación Civil La Causa	ARGENTINA
Asociación Civil La Vereda	ARGENTINA
Asociación civil "La casa"	ARGENTINA
Asociación Proteger	ARGENTINA
Asociación Judicial Bonaerense	ARGENTINA
Asociación Civil 17 de Noviembre de la Pcia. de Tucumán.	ARGENTINA
Asociación Civil Red Ambiental	ARGENTINA
Asociación Narradores Argentinos	ARGENTINA
Asociaciones Civiles de Discapacidad de San Juan y Nuevo cuyo	ARGENTINA
Laberinto Sur	ARGENTINA
Emprender Juntos Asociación Civil	ARGENTINA
Associação Brasileira de ONGs – ABONG (Brasil)	BRASIL
Associação dos Estudantes Indígenas (Brasil)	BRASIL
Associação Brasileira de Festivais Independentes – ABRAFIN (Brasil)	BRASIL
Associação de Juventude pelo Resgate da Cultura e da Cidadania	BRASIL
Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC	BRASIL
Associação Brasileira de Empresas e empreendedores da comunicação (Altercom)	BRASIL
Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais	BRASIL
ATTAC BRASIL	BRASIL
Asociación de ONGs. del Paraguay	PARAGUAI
Asociación Parigual	PARAGUAI
Asociación Desarrollo Económico y Cultural – ADEC	PARAGUAI
Asociación de Organizaciones Juveniles Comunitarias de Curuguaty	PARAGUAI
Asociación de Indígenas del Paraguay	PARAGUAI
Asociacion de Colonos	URUGUAI
ANONG - Asociación Nacional de Ong al Desarrollo de Uruguay	URUGUAI
Asociación Nacional de ONGs de Uruguay	URUGUAI
Asociación Civil " Grupo de la Esperanza"	URUGUAI

Asociación de Profesionales para el Estudio Social Integral	URUGUAI
Asociación Latinoamericana de Hidrología Subterránea para el Desarrollo	URUGUAI
Asocioacion cultural y social uruguay negro (Acsun)	URUGUAI
Asociación de Mujeres Rurales de Uruguay	URUGUAI
Asociación Todos Unidos Enfermedades Raras Uruguay	URUGUAI

CENTRAL

Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários	BRASIL
Central dos Movimentos Populares (CMP)	BRASIL
Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante	BRASIL
Centro de Apoio ao Migrante – CAMI	BRASIL

(CON)FEDERAÇÃO

Federación de Cooperativas “Todos Juntos” de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.	ARGENTINA
Federación Agraria Argentina	ARGENTINA
Federación Tierra y Vivienda.	ARGENTINA
Conf. Nac. dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	BRASIL
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG	BRASIL
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil – FETRAF (Brasil)	BRASIL
Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)	BRASIL
Fed. Brasileira de ONGs Meio Ambiente e Desenvolvimento	BRASIL
Confederação das Mulheres do Brasil	BRASIL
Federação Democrática Internacional de Mulheres	BRASIL
CARE	BRASIL
Federação de Entidades vecinalistas del Paraguay (FEDEM)	PARAGUAI
Federación Sin Techo	PARAGUAI
Federacion Paraguaya de personas com necesidades especiales (FEPANE)	PARAGUAI
Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay	URUGUAI
Federación Bolivariana de Asociaciones de Estudiantes Universitarios de Tinaquillo	VENEZUELA
Federación Luterana Mundial	INTERNACIONAL

COOPERATIVAS

Cooperativa El Ceibo,	ARGENTINA
Cooperativa “El Caracol” de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.	ARGENTINA
Cooperativa San Expedito de Santa Ana, Pcia. de Tucumán.	ARGENTINA
Coop. Unión de Carreros	ARGENTINA
Cooperativa de Trabajo “El Manantial” de la Provincia de Tucumán.	ARGENTINA
Cooperativa Libertador - Misiones.	ARGENTINA

EMPRESAS/ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADORES

Aequalis	ARGENTINA
----------	-----------

Sociedad de Argentina de Medicina Antropológica	ARGENTINA
FEMEBA	ARGENTINA
Asociación Civil Software Libre Argentina, SoLAr	ARGENTINA
ECO SALUD	ARGENTINA
Estudio López Dardaine.	ARGENTINA
Médicos del Mundo Arg/Cono Sur	ARGENTINA
Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania	BRASIL
Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC	BRASIL
Associação Brasileira de Empresas e empreendedores da comunicação (Altercom)	BRASIL
Educafro	BRASIL
Rede Brasil sobre Instituciones Financieras Multilaterales	BRASIL
Banco do Brasil	BRASIL
Sociedad Economía Política del Paraguay –SEPPY	PARAGUAI
CoopSolpy	PARAGUAI
Asociación Nacional de Micro y Pequeña Empresa	URUGUAI
ANTEL	URUGUAI
Centro Comercial e Industrial de Santa Lucia	URUGUAI
Centro Industrial de Panaderos	URUGUAI
Confederación Empresarial del Uruguay	URUGUAI
Empresarial BPS	URUGUAI
Parque Industrial del Cerro	URUGUAI
Confederación Mipymes	URUGUAI
Direciona Nacional de Artesanías, pequeñas y medianas empreas (DINAPYME)	URUGUAI
ACAC (instituição financeira)	URUGUAI
Asociacion Nacional de Micro y Pequeñas empresas (ANMYPE)	URUGUAI
FUNDASOL	URUGUAI
República Microfinanzas	URUGUAI
Unidad Mypes de la Intendencia Montevideo	URUGUAI
FEDEINDUSTRIA (Venezuela)	VENEZUELA
Confederación Latinoamericana de Abogados.	REGIONAL
Programa Microfinanzas	REGIONAL
Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios (APYME)	REGIONAL
Alampyme - Associação Latino Americana de Micro Pequenas e Médias	REGIONAL
FÓRUM	
Foro de la Agricultura Familiar de Argentina	ARGENTINA
Foro Social Mundial/Argentina	ARGENTINA
Foro Nuevo Cuyo	ARGENTINA
Fórum Nacional Movimentos e Organizações de Juventude .	BRASIL
Fórum Municipal em Defesa da Cidadania	BRASIL
FBOMS (FORUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS)	BRASIL

Fórum da Amazônia Oriental	BRASIL
Fórum Mundial de Educação	BRASIL
FMAP - Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos, Maria Alice de Paula Santos	BRASIL
Fórum Nacional da Juventude Negra	BRASIL
FAOR - Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense	BRASIL
Fórum Cultural Mundial	BRASIL
FEPS/PA (Fórum de Economia Popular Solidária)	BRASIL
Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES	BRASIL

FUNDAÇÃO

Fundación de Organización Comunitaria.	ARGENTINA
Fundación Espíritu Santo	ARGENTINA
Fundación Nosotros	ARGENTINA
Fundación Protagonistas	ARGENTINA
Fundación Pro Bienestar Social de la Provincia de Tucumán.	ARGENTINA
Fundación Servicio Paz y Justicia	ARGENTINA
Fundación Argentina de Etoecología – F.A.E	ARGENTINA
Fundación Niños Unidos por el mundo	ARGENTINA
Fundación para la Epilepsia	ARGENTINA
Fundação Abrinq – Brasil	BRASIL
Fundação Friedrich Ebert	BRASIL
Fundación Entre Soles y Lunas	URUGUAI

INSTITUTOS E CENTROS DE ESTUDO

Centro de comunicacion testimonio - Rafaela	ARGENTINA
Centro feministas de estudos e assessoria CFEMEA	BRASIL
Esplar, Centro de Pesquisa e Assessoria	BRASIL
Centro Esportivo Virtual	BRASIL
Centro de Estudos Ambientais (Brasil)	BRASIL
Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais Econômicas)	BRASIL
Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC (Brasil)	BRASIL
Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania Global (Brasil)	BRASIL
Instituto Observatório Social (Brasil)	BRASIL
Instituto Pólis (Brasil)	BRASIL
Instituto Paulo Freire (Brasil)	BRASIL
Instituto Solidariedade Brasil (Brasil)	BRASIL
Instituto Terceiro Setor (Brasil)	BRASIL
Instituto Terra Azul (Brasil)	BRASIL
Instituto Políticas Alternativas para elConoSur (PACS)	BRASIL
Instituto Adolpho Bahuer	BRASIL
Centro de Estudos Estratégicos Sul-Americanos (Brasil)	BRASIL

Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária	BRASIL
Centro de Referência Especializado de Assistência Social	BRASIL
Centro Int. Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento	BRASIL
Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará	BRASIL
Geledés – Instituto da Mulher Negra	BRASIL
Social Watch/ Instituto Tercer Mundo (Uruguai)	URUGUAI
Centro de Investigación y Capacitación para Emprendedores Sociales (CICES)	URUGUAI
CEFIR	URUGUAI
Instituto Nacional de Juventude da República Oriental do Uruguai	URUGUAI
Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo	URUGUAI
Centro Talleres Mecánicos de Automóviles	URUGUAI
Instituto de Promoción Económico Social del Uruguay	URUGUAI
Centro de Innovación Tecnológica y Cooperación Internacional (Venezuela)	VENEZUELA
Instituto Interamericano del Niño, la Niña y el Adolescente	REGIONAL
Instituto Interamericano de Derechos Humanos	REGIONAL

MOVIMIENTO SOCIAL

Movimiento Campesino Santiago del Estero (MOCASE)	ARGENTINA
Movimiento Evita	ARGENTINA
Movimiento de Ocupantes e Inquilinos	ARGENTINA
Movimiento por la Reforma Urbana	ARGENTINA
Movimiento por la Paz y la Solidaridad y Derechos Humanos	ARGENTINA
Movimiento por la Paz, la Soberanía y la Solidaridad (MOPASSOL)	ARGENTINA
Movimiento por la Soberanía y la Integración de los Pueblos (MoSIP) - MoSIP/ Lanús	ARGENTINA
Madres contra el Paco	ARGENTINA
Agrupación Afro Xango.	ARGENTINA
Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (Brasil)	BRASIL
Movimento Estudantil	BRASIL
Movimento Negro Unificado (MNU)	BRASIL
Movimento Organizado Hip-Hop Brasil (Brasil)	BRASIL
Movimiento Tesai Reka	PARAGUAI
Movimiento Tesai Reka	PARAGUAI
Movimiento de Usuarios del Sistema de Salud	URUGUAI
Movimiento de Usuarios del Sistema de Salud	URUGUAI
Movimiento Bolivariano para la Unidad Latinoamericana- MOBUL (Venezuela)	VENEZUELA

ONG

Rotary Club Belgrano	ARGENTINA
Rotary Club Resistencia Oeste	ARGENTINA
Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora	ARGENTINA
Manos Solidarias	ARGENTINA

APEBI	ARGENTINA
100% Diversidad y Derechos	ARGENTINA
Conectas Direitos Humanos	BRASIL
Escola de Gente Comunicação e Inclusão (Brasil)	BRASIL
Casa de Cultura Tainã	BRASIL
ONG SUMANDO	PARAGUAI
Casa da Juventude	PARAGUAI
El abrojo	URUGUAI
Cotidiano Mujer	URUGUAI
Aldeas Infantiles SOS	VENEZUELA

ORGÃOS OFICIAIS (NACIONAIS E TRANSNACIONAIS)

Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación	ARGENTINA
Ministerio de la Producción Pcia de Santa Fe	ARGENTINA
Comisión Cambio Climático AR	ARGENTINA
Comisión Comunicación AR	ARGENTINA
Comisión Cultura AR	ARGENTINA
Comisión Deportes AR	ARGENTINA
Comisión Derechos Humanos AR	ARGENTINA
Comisión Discapacidad AR	ARGENTINA
Comisión Educación AR	ARGENTINA
Comisión Equidad de Género AR	ARGENTINA
Comisión Infancia y Adolescencia AR	ARGENTINA
Comisión Informalidad Laboral AR	ARGENTINA
Comisión Juventud AR	ARGENTINA
Comisión Migraciones AR	ARGENTINA
Comisión Pensamiento Latinoamericano AR	ARGENTINA
Comisión Pueblos Originarios AR	ARGENTINA
Comisión Salud AR	ARGENTINA
Comisión Soberanía Alimentaria AR	ARGENTINA
Comisión Tierra, Vivienda y Hábitat AR	ARGENTINA
Comisión Usuarios AR	ARGENTINA
Gabinete Pcia de Tierra del Fuego AR	ARGENTINA
Subsecretaria de Gestión Municipal Ministerio del Interior de la Nación AR	ARGENTINA
Asuntos Institucionales y Cooperación Internacional Municipalidad de Cordoba.	ARGENTINA
Secretaría de Industria AR	ARGENTINA
Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación AR	ARGENTINA
Ministerio de Economía AR	ARGENTINA
Comisión Nacional de Fomento Rural AR	ARGENTINA
CCSC	ARGENTINA
Consejo Federal de Comunicación Audiovisual	ARGENTINA
Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (IANES)	ARGENTINA

Ministerio de Desarrollo Social	ARGENTINA
Comisión de Juventud e Integración Cancillería Argentina	ARGENTINA
Delegación Municipalidad de Gualguaychu	ARGENTINA
Fomento a la inserción laboral-(Buenos Aires-Argentina).	ARGENTINA
Direção Nacional de Juventude da República Argentina	ARGENTINA
Comisión de Afrodescendientes y Africanos/as Del Consejo Consultivo de la Cancilleria	ARGENTINA
Comisión de Tecnologías Sociales del Consejo Consultivo de la Sociedad Civil de la Cancillería Argentina	ARGENTINA
DGCyE	ARGENTINA
Dir. Infancia Municipio de Navarro	ARGENTINA
Secretaría de Juventud (San Juan)	ARGENTINA
Dir. Alternativas Pedagógicas	ARGENTINA
INTI	ARGENTINA
PROJETO EDUCA	ARGENTINA
Plataforma Federal de Juventudes Argentina	ARGENTINA
Cascos Blancos	ARGENTINA
Casa Patria Grande	ARGENTINA
Red Unidos	ARGENTINA
Secretaria de Estado Gobiernos Locales	BRASIL
Secretaria Nacional de Juventud	BRASIL
Secretaria general de la Presidencia	BRASIL
Comissão Brasileira Justiça e Paz (Brasil)	BRASIL
COMPIR/ Betim M.G.	BRASIL
Vice-Ministério de Juventude da República do Paraguai	PARAGUAI
Ministerio de Comunicación	PARAGUAI
Gabinete Civil de la Presidencia de la República del Paraguay	PARAGUAI
Paraguay Educas.	PARAGUAI
MEC	PARAGUAI
MINISTERIO DE SALUD	PARAGUAI
Consejo Permanente de la Sociedad Civil Paraguaya ante el MERCOSUR	PARAGUAI
Vice-Ministério de Juventude da República do Paraguai	PARAGUAI
Ministerio de Comunicación	PARAGUAI
Gabinete Civil de la Presidencia de la República del Paraguay	PARAGUAI
Paraguay Educas.	PARAGUAI
MEC	PARAGUAI
MINISTERIO DE SALUD	PARAGUAI
Consejo Permanente de la Sociedad Civil Paraguaya ante el MERCOSUR	PARAGUAI
Ministerio de Desarrollo Social	URUGUAI
Comisión Nacional de Fomento Rural (Uruguai)	URUGUAI
Comisión de Afrodescendientes del consejo Consultivo Cancilleria	URUGUAI
Proyecto InfoArt	URUGUAI
Oficina de Planeamiento y presupuesto (OPP)	URUGUAI
Ministerio de Desarrollo Social	URUGUAI

Comisión Nacional de Fomento Rural (Uruguai)	URUGUAI
Comisión de Afrodescendientes del consejo Consultivo Cancilleria	URUGUAI
Proyecto InfoArt	URUGUAI
Oficina de Planeamiento y presupuesto (OPP)	URUGUAI
Rede especial uruguaya	URUGUAI
Instituto de Mujeres Uruguay	URUGUAI
Delegación Alcaldía Caracas	VENEZUELA
Ministerio de Educación	VENEZUELA
Instituto Nacional de Juventude da República Bolivariana da Venezuela	VENEZUELA
Embajada de la República Bolivariana de Venezuela en Paraguay	VENEZUELA
Instituto Nacional de la Mujer (INAMUHER)	VENEZUELA
Delegación Alcaldía Caracas	VENEZUELA
Ministerio de Educación	VENEZUELA
Instituto Nacional de Juventude da República Bolivariana da Venezuela	VENEZUELA
Embajada de la República Bolivariana de Venezuela en Paraguay	VENEZUELA
Programa Somos Mercosul	REGIONAL
Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul	REGIONAL
Programa Mercosul Social e Solidário	REGIONAL
Rede Mercocidades	REGIONAL
Democracia y Desarrollo - Iniciativa Mercosur	REGIONAL
Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul	REGIONAL
Conf.de Produtores da Agricultura Familiar do MERCOSUL	REGIONAL
Mesa Permanente Economía Social Solidaria del Mercosur.	REGIONAL
GeoJuvenil MERCOSUR	REGIONAL
Geo Juvenil para América Latina y el Caribe	REGIONAL
Observatorio de Políticas Públicas de Derechos Humanos en el MERCOSUR	REGIONAL
Fórum Universitário do Mercosul – FOMERCO (Regional)	REGIONAL
Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM)	REGIONAL

PARTIDO POLÍTICO

Partido comunista argentino	ARGENTINA
Frente Transversal Nacional y Popular	ARGENTINA
Partido dos trabalhadores	BRASIL
Juventud del PSUV	PARAGUAI

RÁDIO E JORNAL

Radio Encuentro	ARGENTINA
Radio Gráfica	ARGENTINA
Radio La Nueva	ARGENTINA
Radio La Voz de las Madres	ARGENTINA
Radio San Patricio	ARGENTINA

Rádios Comunitarias de Santiago Del Estero.	ARGENTINA
Periódico El Espejo	ARGENTINA
Radio Madres de Plaza de Mayo	ARGENTINA
Radio El Libertador	ARGENTINA
Revista Cuadernos del Sur	ARGENTINA
Carta Abierta	ARGENTINA
Radio da Juventude	BRASIL
Fábrica do Futuro – Cataguases – MG (Brasil)	BRASIL
Centro Cultural Popular la Chispa	PARAGUAI
Centro Paraguayo de Teatro	PARAGUAI
Colectivo de Estudiantes y Actores de Teatro	PARAGUAI
RADIO Fe y Alegria	PARAGUAI
Voces Paraguay	PARAGUAI
Radio Candela	PARAGUAI
Radio Patria Querida	PARAGUAI
Teatro Comunitario Catalina	URUGUAI
Radio Mundo Real (Uruguai)	URUGUAI
Carta aberta	URUGUAI
Nuevo Sur SUDACA	URUGUAI
semanario brecha	URUGUAI
TELESUR	VENEZUELA
Radio Espacio	VENEZUELA
ALBA T.V	VENEZUELA
BARRIO TV	VENEZUELA
Colectivo Radiofónico de Petare	VENEZUELA
REDE E ALIANÇA	
Red no a la Trata de personas	ARGENTINA
Red Provincial de Monitoreo de la Ley de Violencia	ARGENTINA
Red Iberoamericana de Trabajo con Familias	ARGENTINA
Red de Jardines Maternales Comunitarios	ARGENTINA
Red Eco Alternativo	ARGENTINA
Aliança Estratégica Afro-Latina	ARGENTINA
Jubileo Sur/Américas (JS/A)	ARGENTINA
Rede Cultural da Terra	BRASIL
Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Brasil)	BRASIL
Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico)	BRASIL
Rede de Jovens do Nordeste (Brasil)	BRASIL
Rede Jubileu Sul Brasil	BRASIL
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos	BRASIL
Cáritas Brasil	BRASIL
Rede FALE - BRASIL	BRASIL
Aliança Estratégica Afrolatina	BRASIL

Rede de Juventudes Negras Steven Biko	BRASIL
Red de Entidades Privadas al Servicio de los Pueblos Indígenas	PARAGUAI
Red Paraguaya de Afrodescendientes, Agrupación tradicional KambaCua.	PARAGUAI
Red Diáspora/ Idas y Vueltas	URUGUAI
Red de Organizaciones Afrovenezolanas	VENEZUELA
Red de Justicia y Paz	VENEZUELA
Araña Feminista	VENEZUELA
LATINDADD - Rede latino america sobre deuda, desarrollo y derechos	REGIONAL
Red Latinoamericana de Mujeres Transformando la Economía (REMTE)	REGIONAL
Red Solidaria por los Derechos Humanos (REDH)	REGIONAL
Aliança Social Continental	REGIONAL
Red Internacional de Género y Comercio	INTERNACIONAL

SINDICATO/ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS

Confederación General de Profesionales de la República Argentina	ARGENTINA
CTA	ARGENTINA
Asociación Trabajadores del Estado – Santa Fe	ARGENTINA
Confederación de Trabajadores Municipales-CTM	ARGENTINA
Confederación General de Profesionales de la Argentina	ARGENTINA
FESTRAM	ARGENTINA
Sindicato de Trabajadores Municipales de Guaymallén	ARGENTINA
Frente de Profesionales Universitarios	ARGENTINA
CGT	BRASIL
CTA	BRASIL
CUT	BRASIL
FORÇA SINDICAL	BRASIL
CGT	BRASIL
CGTB	BRASIL
UGT	BRASIL
CTB	BRASIL
Sindicato dos Empregados de Processamento do Dados do Espírito Santo	BRASIL
SINDSAUDE	BRASIL
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação	BRASIL
Sindicato de Ballet y Danza Sintraballet	PARAGUAI
CUT	PARAGUAI
CUT-A	PARAGUAI
Organización de Profesionales del Audiovisual Paraguay	PARAGUAI
CNT	PARAGUAI
Asociación de Profesionales para el Estudio Social Integral	URUGUAI
Convencion Nacional de Trabajadores (CNT)	URUGUAI
Central Unitaria de Trabajadores de Venezuela – CUTV	VENEZUELA
Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul	REGIONAL
Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores	REGIONAL

Associação de Educadores da América Latina e Caribe

REGIONAL

UNIÃO

Unión de Campesinos PORIAJHU

ARGENTINA

Unión Productiva de Empresas Autogestionadas-(Argentina).

ARGENTINA

Unión de Madres

ARGENTINA

União de Mulheres da Argentina

ARGENTINA

União Nac.das Coop. Agricultura Familiar e Economia Solidária

BRASIL

União dos Escoteiros do Brasil (Brasil)

BRASIL

União Nacional dos Estudantes (Brasil)

BRASIL

União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Brasil)

BRASIL

União Municipal dos Estudantes Secundaristas

BRASIL

UNEGRO

BRASIL

União Brasileira de Mulheres

BRASIL

União da Juventude Socialista

BRASIL

Unión Agrícola Nacional (Paraguai)

PARAGUAI

União de Mulheres Paraguias

PARAGUAI

Unión Agrícola Nacional (Paraguai)

PARAGUAI

União de Mulheres do Uruguai

URUGUAI

UNIVERSIDADE

Universidad Belgrano (UB)

ARGENTINA

Universidad Católica Argentina

ARGENTINA

Universidad de Buenos Aires (UBA)

ARGENTINA

Universidad Kennedy (UK)

ARGENTINA

Universidad Nacional de Jujuy

ARGENTINA

Universidad Nacional de San Martín (UNSAM)

ARGENTINA

Universidad Nacional de Cuyo

ARGENTINA

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

BRASIL

Universidade de Santa Catarina

BRASIL

Universidad Bolivariana

VENEZUELA

Universidad Latinoamericana y del Caribe

VENEZUELA

Universidad Abierta Interamericana

REGIONAL

UNILA

REGIONAL

OUTROS

Frente de Organizaciones Sociales de la Pcia. de Tucumán.

ARGENTINA

Programa ECOANDINIA

ARGENTINA

Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH) Rosario

ARGENTINA

Corriente Nacional Martín Fierro.

ARGENTINA

Liga Argentina de Derechos del Hombre (LADH)

ARGENTINA

Conselho de Educação de Adultos da América Latina	ARGENTINA
Club de la Pluma - Economistas de izquierda (EDI)	ARGENTINA
Observatorio APCI	ARGENTINA
Comisión de Pueblos Originarios.	ARGENTINA
Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI)	ARGENTINA
Espacio Ecuménico	ARGENTINA
Convocatoria No al CIADI, Sí a la Soberanía	ARGENTINA
Museo Che Guevara	ARGENTINA
Museo Isla del Cerrito.	ARGENTINA
Escuela municipal de Danzas N°1 "Nelly Ramicone"	ARGENTINA
Agrupación" La campora"	ARGENTINA
Agrupación "15 de Julio"	ARGENTINA
Kolina	ARGENTINA
Socialistas para la Victoria	ARGENTINA
Colectivo Discapacidad San Isidro	ARGENTINA
Comunidad Homosexual Argentina	ARGENTINA
Observatorio para la promoción de derechos de la diversidad sexual	ARGENTINA
Conciencia Sin Barreras	ARGENTINA
Ciudadano	ARGENTINA
Organización Social y Política "Los Pibes"	ARGENTINA
FAVIM	ARGENTINA
Multisectorial de Solidaridad con Cuba	ARGENTINA
Idealistas.org	ARGENTINA
Les Madres	ARGENTINA
Coletivo Pueblo hace cultura	ARGENTINA
CAMAC	ARGENTINA
Casa Vela	ARGENTINA
Putos Peronistas	ARGENTINA
Ação Educativa	BRASIL
Organização Brasileira de Juventude (Brasil)	BRASIL
Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida	BRASIL
Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Brasil)	BRASIL
Grupo de Trabalho Amazônico (Brasil)	BRASIL
Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia – COIAB (Brasil)	BRASIL
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (Brasil)	BRASIL
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC (Brasil)	BRASIL
Comissão Brasileira Justiça e Paz (Brasil)	BRASIL
Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN)	BRASIL
Centro nacional de Africanidade e resistência afro-brasileira (CENARAB- CONEN/ES)	BRASIL
Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (Brasil)	BRASIL
Marcha Mundial das Mulheres (Brasil)	BRASIL
Pontão de Cultura Teatro do Oprimido –RJ (Brasil)	BRASIL
Ponto de Cultura Cinema de Animação – PE (Brasil)	BRASIL

Ponto de Cultura Cachoeira – BA (Brasil)	BRASIL
Ponto de Cultura Rede Comunitária (Brasil)	BRASIL
Ponto de Cultura Circo Voador – RJ (Brasil)	BRASIL
Ponto de Cultura Vila Buarque – SP (Brasil)	BRASIL
Ponto de Cultura Acartes – CE (Brasil)	BRASIL
Centro de Cultura Luiz Freire (Brasil)	BRASIL
Comissão Nacional dos Pontos de Cultura	BRASIL
Comissão Paulista de Pontos de Cultura	BRASIL
Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA)	BRASIL
Projeto Axé	BRASIL
Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (Sodireitos)	BRASIL
Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa	BRASIL
E-Changer	BRASIL
Organización Nacional Campesina	PARAGUAI
Campanha Global contra a Fome e a Pobreza	PARAGUAI
Organización de Vendedores Ambulantes OVA ****	PARAGUAI
Coordinadora Organizacional de Recicladores de Asunción	PARAGUAI
Consejo de organizaciones sociales	PARAGUAI
Secretaría Ejecutiva del Comité de Iglesias	PARAGUAI
Iniciativa Paraguaya por la Integración de los Pueblos	PARAGUAI
Centro Cultural Popular la Chispa	PARAGUAI
Centro Paraguayo de Teatro	PARAGUAI
Colectivo de Estudiantes y Actores de Teatro	PARAGUAI
Espacio Unitario - Congreso popular	PARAGUAI
La Comuna Cultural	PARAGUAI
Amigos de la Tierra	PARAGUAI
SOBREVIVENCIA	PARAGUAI
Axial Naturaleza y Cultura	PARAGUAI
Plataforma de Teatro del Interior	PARAGUAI
Centro Cooperativista Uruguayo	URUGUAI
Intergremial de Productores de Leche	URUGUAI
Comisión Ciudadana por una Auditoría de la Deuda	URUGUAI
Grupo Historia y Memoria	URUGUAI
Colectivo Ovejas Negras	URUGUAI
Escuela de Entrenadores ENEDIF.	URUGUAI
Centro de Atención Técnico Especializado	URUGUAI
Articulación Feminista Marcosur (Uruguai)	URUGUAI
Teatro Comunitario Catalina	URUGUAI
Observatorio de Discapacidad de Montevideo	URUGUAI
Centro Nacional de Rehabilitación Psíquica Dr. Alberto Martínez Visca	URUGUAI
CADESYC	URUGUAI
no la baja	URUGUAI
Consenso por la Paz Palestino Israelí	URUGUAI

Amigos de la Tierra (Uruguai)	URUGUAI
Universitarios y Técnicos Afrodescendientes (UAFRO) - Uruguay	URUGUAI
Ruda y Chocolate	URUGUAI
Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora	VENEZUELA
Gran Polo Patriótico (GPP)	VENEZUELA
Colectivo Alianza Sexo Género Diverso Revolucionaria	VENEZUELA
AFLCIO Afro Descendientes	VENEZUELA
Plataforma Interamericana de Derechos Humanos,	REGIONAL
Convergencia de Movimientos Populares de América (COMPA)	REGIONAL
Organización Caribeña y Latinoamericana de Estudiantes (OCLAE)	REGIONAL
Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes	REGIONAL
Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação	REGIONAL
Consejo Latinoamericano de las Ciencias Sociales (CLACSO)	REGIONAL
Observatorio Internacional de la Deuda en América Latina (OID)	REGIONAL
Encuentro Latinoamericano por la Soberanía y la Integración	REGIONAL
Justicia, Paz e Integridad de la Creación (JUPIC)	REGIONAL
iniciativas para la Cooperación Internacional, el Desarrollo y la Integración Regional	REGIONAL

ANEXO IV – LISTA DE ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES DAS CÚPULAS SOCIAIS ENTRE 2006 E 2013 QUANTO À ESCALA DE ATUAÇÃO REGIONAL E INTERNACIONAL

INTERNACIONAL

Federación Luterana Mundial
 Observatorio Internacional de la Deuda en América Latina (OID)
 Red Internacional de Género y Comercio
 Red Solidaria por los Derechos Humanos (REDH)

REGIONAL

Alampyme - Associação Latino Americana de Micro Pequenas e Médias
 Aliança Estratégica Afro-Latina
 Aliança Social Continental
 Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe
 Associação de Educadores da América Latina e Caribe
 Asociación Latinoamericana de Odontopediatria (ALOP)
 Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação
 Confederación Latinoamericana de Abogados.
 Conf.de Produtores da Agricultura Familiar do MERCOSUL (COPROFAM)
 Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
 Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul
 Conselho de Educação de Adultos da América Latina
 Consejo Latinoamericano de las Ciencias Sociales (CLACSO)
 Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul
 Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI)
 Convergencia de Movimientos Populares de América (COMPA)
 Democracia y Desarrollo - Iniciativa Mercosur
 Fórum Universitário do Mercosul – FOMERCO (Regional)
 GeoJuvenil MERCOSUR
 GeoJuvenil para América Latina y el Caribe
 Grito de los Excluidos/as Mesoamericano
 iniciativas para la Cooperación Internacional, el Desarrollo y la Integración Regional
 Instituto Interamericano del Niño, la Niña y el Adolescente
 Instituto Interamericano de Derechos Humanos
 Jubileo Sur/Américas (JS/A)
 Justicia, Paz e Integridad de la Creación (JUPIC)
 Mesa Permanente Economía Social Solidaria del Mercosur.
 Observatorio de Políticas Públicas de Derechos Humanos en el MERCOSUR

Observatorio Internacional de la Deuda en América
Organización Caribeña y Latinoamericana de Estudiantes (OCLAE)
Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes
Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores
Plataforma Interamericana de Derechos Humanos,
Programa Mercosul Social e Solidário
Programa Microfinanzas
Programa Somos Mercosul
Red Internacional de Género y Comercio- capítulo latinoamericano
Red Latinoamericana de Mujeres Transformando la Economía (REMTE)
Red Latinoamericana sobre Deuda, Derechos Humanos y Desarrollo (LATINDADD)
Rede Mercocidades
Servicio Paz y Justicia en América Latina (SERPAJ-AL)
Sociedad Latinoamericana de Economía Política (SEPLA)